

**HISTÓRIA DAS LEGISLATURAS CONTEMPORÂNEAS**

**VOLUME I**



# **SÃO PAULO NA TRIBUNA**

## **PRIMEIRA LEGISLATURA (1948-1951)**

**Organizador: Luiz Casadei Manechini**



**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**SÃO PAULO**

**ESCOLA DO PARLAMENTO**

HISTÓRIA DAS LEGISLATURAS CONTEMPORÂNEAS

**SÃO PAULO NA TRIBUNA**  
**PRIMEIRA LEGISLATURA (1948-1951)**

ESCOLA DO PARLAMENTO DA CMSP

## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

### **Mesa Diretora - Sessão Legislativa 2012**

Presidente	José Police Neto
1º Vice-Presidente	Claudio de Souza
2º Vice-Presidente	Dalton Silvano
1º Secretário	Ítalo Cardoso
2º Secretário	Toninho Paiva
1º Suplente	Claudio Prado
2º Suplente	Noemi Nonato

### **Integrantes da escola do Parlamento - 2012**

Roberto Eduardo Lamari	Diretor Presidente
Antonio Rodrigues de Freitas Jr.	Diretor Executivo
Milton Luiz Bellintani Filho	Diretor Executivo
Carlos Alexandre Leite Nascimento	Diretor Acadêmico
Fernanda Graziella Cardoso	Diretor Acadêmico
Leonardo Barbagallo	Diretor Acadêmico
José Mauro da Silva	Coordenador
Roberto Tadeu Noritomi	Coordenador
Dimitrios Sacute Valentim	Auxiliar de Secretaria
Camila Barrero Breitenvieser	Auxiliar de Secretaria
Carmem Lucia Gameiro Ghobril	Assessoria
Fatima Elisabete Pereira Thimoteo	Assessoria
Luiz Casadei Manechini	Assessoria
Roberto Cardoso Ferreira	Assessoria
Evandro Finardi Saboia	Estagiário

**HISTÓRIA DAS LEGISLATURAS CONTEMPORÂNEAS**

# **SÃO PAULO NA TRIBUNA**

## **PRIMEIRA LEGISLATURA (1948-1951)**

**Organizador: Luiz Casadei Manechini**

**ESCOLA DO PARLAMENTO DA CMSP**



São Paulo, 2012

## **Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP – SGP.32**

---

São Paulo (SP). Câmara Municipal. Escola do Parlamento

São Paulo na Tribuna : primeira legislatura (1948-1951) / Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo ; organizado por Luiz Casadei Manechini. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

184 p. (Projeto História das Legislaturas Contemporâneas da Câmara Municipal de São Paulo)

1. Câmara Municipal – São Paulo (SP) – História (1948-1951) I. Manechini, Luiz Casadei. II. Título. III. Série.

CDU 342.532(815.6SP)“1948/1951”

---

### **Palácio Anchieta**

Viaduto Jacareí, 100 13º andar sala 1302 A

CEP 01319-900 Bela Vista São Paulo SP

Tels: 3396-4372; 3396-5068; 3396-4000 (PABX)

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	7
PREFÁCIO _____	17
<b>DEPOIMENTO – A PRIMEIRA LEGISLATURA DE QUE TANTO ME ORGULHO</b>	
<b>Décio Grisi</b> _____	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A PRIMEIRA ELEIÇÃO AO PARLAMENTO PAULISTANO PÓS-DITADURA VARGAS E O DRAMA DOS VEREADORES COMUNISTAS</b>	
<b>José D’Amico Bauab</b> _____	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 2 – SÃO PAULO EM MOVIMENTO: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS ATRAVÉS DO OLHAR DA CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>Carla Reis Longhi</b> _____	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 3 – CENAS DE PUGILATO NA TRIBUNA E A PRIMEIRA CPI SECRETA</b>	
<b>Luiz Casadei Manechini</b> _____	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO 4 – PREFEITOS E VEREADORES NA PRIMEIRA LEGISLATURA: NUANCES DA RELAÇÃO ENTRE OS DOIS PODERES</b>	
<b>Ubirajara de Farias Prestes Filho</b> _____	<b>93</b>
<b>CAPÍTULO 5 – A PIONEIRA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (1948-1951): UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA SUA PRODUÇÃO LEGISLATIVA</b>	
<b>Caio Marcelo de Carvalho Giannini</b> _____	<b>113</b>
<b>CAPÍTULO 6 – DE VEREADOR A PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>	
<b>Luiz Casadei Manechini</b> _____	<b>127</b>
<b>EPÍLOGO – REFLEXOS DE UMA DOCUMENTAÇÃO NA HISTÓRIA DE SÃO PAULO</b>	
<b>Lia Mara Meneghel Ribeiro Chagas</b> _____	<b>148</b>
<b>GALERIA DE IMAGENS</b> _____	<b>151</b>



## Era preciso atravessar a rua

Luiz Casadei Manechini

Várias mãos ajudaram a tecer e a costurar o conteúdo desta publicação, abrangendo a Primeira Legislatura (1948-1951), marco inicial do projeto **História das Legislaturas Contemporâneas da Câmara Municipal de São Paulo**. Tudo começou quando dei por falta e perguntei à Roseli Sobral, supervisora da Biblioteca da CMSP: “Existe uma história elaborada sobre as legislaturas mais recentes da Câmara, pós-Getúlio?” Quando me disse que não, da importância desse resgate, descortinei pela frente um projeto ousado e fascinante a realizar. Como jornalista, habituado a prospectar boas pautas, com gosto pela pesquisa, não perderia a oportunidade.

Houve quem fizera ouvidos de mercador quando apresentei a ideia pela primeira vez, insisti posteriormente. O projeto - ainda incipiente, mas que já dizia muito em uma página de computador - estava destinado à gaveta, como lá permaneceu por um bom tempo. Felizmente, há os que acreditam e abrem o caminho. Entre eles, o presidente da Casa, o vereador José Police Neto, a quem recorri. Por conhecê-lo minimamente, tinha certeza que daria atenção a um projeto que não interessava somente à Câmara, mas também à história de São Paulo.

Leu com atenção o que já havia se transformado em três ou quatro páginas da apresentação do projeto e, também, a um início de pesquisa, resultado de idas e vindas à biblioteca. Ali constava o fato de que 15 vereadores do Partido Social Trabalhista (PST), eleitos e diplomados em 1947, tiveram seus registros de candidatura cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à véspera do dia da posse, 31/12/1947. Eram chamados de “Candidatos de Prestes”, 13 dos quais comunistas, que se abrigaram na legenda do PST. Quinze? Sim, um terço da representação da Câmara na época, fato pouco pesquisado pelos historiadores.

Após perceber a importância do projeto, Police atendeu, inclusive, ao meu pedido de trabalhar num local mais adequado, com mais liberdade, no caso a Escola do Parlamento, para organizar a primeira publicação do projeto **História das Legislaturas Contemporâneas da Câmara Municipal de São Paulo**, referente ao período 1948 a 1951. A ideia do resgate, porém, é mais ampla. Pretende-se elaborar o conteúdo para cada uma das legislaturas pós-Estado Novo, quando a Câmara reiniciou seus trabalhos praticamente do zero, inclusive, com a retomada de um novo ciclo de legislaturas até os dias de hoje. Pela frente, portanto, um longo caminho a percorrer: a história de 15 legislaturas, pouco antes de se iniciar a décima sexta. A meta é elaborar uma publicação por ano para cada legislatura. E a contagem inicia-se com a primeira da série – **São Paulo na Tribuna: Primeira Legislatura (período 1948-1951)**. Explica-se a razão da pesquisa não retroceder aos plenários do Império, da República Velha, ou até para mais perto, à Legislatura de 1936-1937, encravada entre os dois primeiros governos de Getúlio. O motivo é simples: a pesquisa será plena quando houver depoimentos de pessoas que vivenciaram a época.

Para iniciar o projeto, seria necessário reunir o melhor da *expertise* da CMSP, experiência de profissionais que atuam em diferentes áreas do conhecimento, funcionários graduados e pós-gradua-

dos em história, direito, jornalismo, política, economia, sociologia, biblioteconomia, entre outras formações. Quanto mais contribuições, mais abrangente o conteúdo da publicação, com diferentes olhares, sem a obrigatoriedade de circunscrever o projeto aos intramuros da Câmara, abrindo-se a possibilidade de buscar externamente, nas universidades e outras instituições, especialistas para somarem e enriquecerem ainda mais os temas a ser tratados. Assim ocorreu.

O primeiro desses especialistas, José D'Amico Bauab, historiador nato, com formação em direito e pesquisador do Centro de Memória Eleitoral (CEMEL), do TRE-SP, entusiasmou-se com o projeto logo de início, quando lhe remeti algumas informações sobre as eleições de vereadores em 1947, que precisavam ser verificadas quanto à exatidão - por exemplo: votações obtidas pelos 15 candidatos do PST, seus nomes e grafias; os suplentes que ocuparam os cargos e suas legendas.

Preciso nas informações, assim iniciou a sua resposta: “Antes de mais nada, Luiz, a relação que você transcreveu foi obtida, acredito eu, do importante trabalho do grande historiador paulista Hernâni Donato, publicado no livro ‘História da Cidade de São Paulo’, vol. 3, pp. 598/599. Em que pese a excelência daquele artigo, a relação dos vereadores eleitos pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1947, nele mencionada, traz algumas imprecisões ortográficas e a citação de Maria Cartazzi e Antonio Catalano como eleitos, quando, na verdade, eram apenas suplentes”.

As questões foram respondidas com acréscimos e riqueza nos detalhes. Percebi que estava diante do primeiro colaborador de peso, organizador de publicações importantes do TRE-SP, que se localiza nas vizinhanças do Viaduto Jacaré. Sem o convite formal, feito posteriormente e aceito, tivemos várias conversas agradáveis transcorridas nos finais de tarde, quase intermináveis, tal era o entusiasmo com novas informações e fatos surgidos no decorrer da pesquisa.

A conquista do segundo colaborador, Ubirajara de Farias Prestes Filho, foi fundamental. Com formação e doutorado em história, único funcionário da Câmara com cargo de consultor na área, é responsável pelo do livro Câmara Municipal de São Paulo - 450 anos, disponível também na Internet. Bira, em seu trabalho no arquivo da CMSP, acaba sendo requisitado por todos que se envolvem em pesquisas na Casa. A princípio, a intenção era que coordenasse os estagiários na pesquisa dos Anais da Câmara. Mas, devido ao acúmulo de trabalho nas atividades que já exerce, a chefia responsável pelo setor não permitiu mais essa atribuição. Mesmo assim, o que seria uma participação informal virou responsabilidade.

Integrou-se ao projeto, ajudou montar o espelho dos capítulos e, por meio de suas indicações, foi reunido o corpo de articulistas. Confirmou José D'Amico Bauab como o mais adequado para tratar das eleições de 47 e a cassação dos 15 candidatos de Prestes. Sugeriu e ficou responsável pelo capítulo que aborda as relações de um Parlamento democrático com um Executivo ainda nomeado: no período de quatro anos, nada menos do que cinco prefeitos tiveram a chancela do governador para assumir o cargo. Depois, feliz coincidência, ficou sabendo que a professora doutora da PUC/SP, Carla Reis Longhi, por indicação do editor de artigos da Revista do Parlamento da CMSP, Leonardo Barbagallo, com quem ela trabalha como parecerista, seria orientadora da pesquisa nos Anais. O nome de Carla Longhi, no entanto, havia sido sugerido pelo próprio Bira ao Leonardo, como avalista da qualidade acadêmica dos artigos da revista. E o melhor de tudo, pessoa certa no lugar certo, com estudos dedicados à cidade São Paulo no período de redemocratização pós-Getúlio.

Coragem combina com a Carla. Provavelmente, muitos outros historiadores declinariam o convite feito de última hora. Mas como o assunto era de sua competência, dizia-lhe respeito, não hesitou, aceitou o desafio de orientar a pesquisa dos Anais, realizada pelos estagiários de história - Adriana, Clayton, Tiago e Vinicius -, que se debruçaram em vários volumes dos Anais da Primeira Legislação, trazendo e levando informações aos articulistas. Com jogo de cintura e bom humor,



Assim cheguei ao acervo de imagens do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). São mais de 25 mil negativos de vidro do periódico extinto em 1963, ainda sem catalogação. Este acervo foi encontrado no lixo, por uma diretora do IEB e aguarda verba para ser restaurado. Depois de localizado o acervo, veio a parte mais complicada: encontrar a foto, que deveria estar em uma das diversas caixinhas de negativos. O primeiro sinal de sorte apareceu já nas caixas, que estavam identificadas, algumas com o ano, outras com a data completa. Na primeira caixa aberta, só negativos grudados. A busca seguiu entre negativos quebrados, manchados, mofados. Diversas caixas depois, de repente aparece uma com a data da foto procurada. E lá estava ele! Negativo intacto! Mas como reproduzir esta imagem a partir de um negativo de vidro? A direção do IEB, também feliz com a descoberta, veio com a boa notícia. Um fotógrafo, professor da USP, estava iniciando um projeto de reprodução de negativos de vidro. A foto do Jânio foi incluída no trabalho e então tivemos a oportunidade de resgatar esta imagem que registra um importante fato histórico e político da cidade de São Paulo.

## Desenvolvimento da pesquisa

Os **Anais** e os **depoimentos** de pessoas que vivenciaram a época tornaram-se as duas fontes principais de pesquisa. Ora os Anais indicavam fatos a ser levantados com os entrevistados, ora os depoentes indicavam situações a serem desvendadas nos Anais. É claro que as publicações sobre o período histórico, livros, periódicos e documentos apontaram para situações importantes, sejam iconográficas ou textuais.

Os Anais da CMSP guardam os principais acontecimentos da sua história, resalte-se, oficial: Indicações, requerimentos, projetos de lei, declarações, discussões e discursos dos parlamentares, entre outros procedimentos da rotina legislativa que neles são registrados. Basicamente, somente que acontece em plenário durante as sessões em andamento. Se a sessão é suspensa em razão de discussões acaloradas, brigas ou por qualquer outro motivo, a taquigrafia também encerra as anotações, até que seja reaberta novamente a sessão.

Se a pesquisa dependesse apenas dos registros oficiais dos Anais, ficariam de fora episódios relevantes como os incidentes ocorridos na Rua Líbero Badaró, no dia da posse dos vereadores (1º/01/48), envolvendo a polícia política, militantes do Partido Comunista e alguns dos “Candidatos de Prestes” que não puderam tomar posse na ocasião. Um deles, o socialista Adroaldo Barbosa Lima, foi preso pelos agentes do DOPS. Os Anais também não registraram as cenas de pugilato ensejadas pelo vereador Altimar Ribeiro de Lima, ao se atracar com o vereador Jânio Quadros, que ocupava a tribuna, em mais uma das acirradas discussões em torno do Projeto de Lei 234/49, de Proteção aos Desportos.

Só na Primeira Legislatura, os registros nos Anais somam 87 volumes, livros espessos com letra miúda. Neles, as demandas de São Paulo da época, o contexto político regional e brasileiro. Descobre-se muito sobre a vida da cidade, até mesmo a existência de uma zona do meretrício, confinada, funcionando legalmente no Bairro do Bom Retiro, sob a proteção da Força Pública, corporação militar que antecedeu a Polícia Militar no Estado de São Paulo.

Um requerimento do vereador Jânio Quadros, apresentado na 361ª Sessão, realizada em 16 de fevereiro de 1951, pouco antes renunciar ao cargo de vereador para assumir o de deputado na Assembleia Legislativa, pedia providências à Secretaria de Segurança para o problema causado a partir de uma decisão da própria pasta. Uma extensa fila vinha se formando na Rua José Paulino, em razão da revista implantada para verificar o porte de armas dos frequentadores. A fila saía da Rua Ribeiro de Lima e se prolongava por boa parte da Rua José Paulino, segundo Jânio, causando os mais sérios

vexames às famílias residentes nas imediações. A zona do meretrício existiu oficialmente na cidade de São Paulo em toda década de 40 e início dos anos 1950. O pai de Jânio, Gabriel Quadros, mulhereengo, tinha uma clínica de procedimentos preventivos na região.

O primeiro encontro, com agendamento de Carlos Marchi, diretor de Comunicação Externa da Câmara, foi marcado com histórico dirigente comunista, o jornalista Armênio Guedes, em sua residência, na Rua Piauí, Higienópolis. A maior parte da vida de Armênio, baiano de nascença, passou-se no eixo Rio-São Paulo, cuidando da organização do Partido e de suas publicações. Em 1947, estava no Rio e pouca participação teve nas eleições de São Paulo em que concorriam os “Candidatos de Pres-tes”. Mas vasculhou a memória e trouxe informações sobre alguns desses candidatos.

Era preciso atravessar a rua, andar pouco mais de 100 metros para encontrar algumas memórias vivas da história da CMSP dispostas a colaborar, e muito, no resgate de acontecimentos marcantes da Primeira Legislatura. Daí em diante, foi um desvendar de fatos, que trouxeram a sensação do novo, da descoberta, do caminhar pela mata que se tornara fechada depois de muito tempo, sem os passantes.

Por recomendação do José Mauro, da Escola do Parlamento, fui ao encontro de Francisco Sammartino, funcionário aposentado na condição de assessor-chefe da mesa, ainda muito atuante na Associação dos Servidores da Câmara. Moreno alto, simpático, com 77 anos, não demorou a recordar de situações importantes. “Olha, teve a briga do Jânio com o Altimar, mas quem pode lembrar melhor do episódio é o doutor Edson Ravena, com escritório aqui perto, na Rua Jacareí. Mas fala também com o Jamir Tognini, que foi assessor das comissões e diretor da mesa, com o ex-vereador Agenor Mônaco...”

Sammartino, boa memória, avesso a gravador, ingressou nos quadros da CMSP como mensageiro, em 1950, aos 14 anos, quando precisou trocar calças curtas por compridas. Lembra de cor do número da lei que instituiu a primeira proibição do cigarro em ambientes públicos na cidade de São Paulo - em veículos destinados ao transporte público, abertos ou fechados, elevadores de passageiros e salas de espetáculos. De autoria do vereador Yukishigue Tamura (PDC), a Lei 3938 prevê em seu artigo 2.º sanções de primeiro mundo para os infratores: “serão convidados a se desfazer dos cigarros, charutos ou do fumo dos cachimbos, ou, caso não o queiram, a se retirar dos veículos, elevadores ou salas de espetáculos. Caso se neguem a observar tal recomendação, será pedida a intervenção policial”.

Em suas lembranças, o Palacete Prates, estilo francês, sede da Câmara até 1969, tem um lugar especial. A entrada para o plenário fazia-se por uma das duas portas de madeira maciça, separadas no meio por uma de ferro, na Rua Líbero Badaró. Na verdade, o prédio era sede da Prefeitura, que cedeu à Câmara o térreo e o 1º andar, ficando o Executivo com o 2º e 3º andares.

Dos arredores do Prates, Sammartino recorda-se de alguns marcos urbanos que desapareceram com o tempo. Quase em frente ao Prates, o boteco Buraco da Onça, onde Jânio degustava algumas cachaças, “e que fique bem claro”, diz o nosso memorialista, após o expediente. Como símbolo de resistência, também defronte à sede do Legislativo paulistano, encontra-se o edifício histórico Sampaio Moreira, relacionado à arquitetura eclética paulista, com 12 pavimentos e 50 metros de altura, construído em 1924, e que figurou como o mais alto de São Paulo até 1929. No térreo, número 340 da Líbero Badaró, permanece até hoje a Casa Godinho, mercearia com produtos importados, que foi frequentada pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes, pelo jornalista Assis Chateaubriand, pelos políticos Jânio e Adhemar, entre outros personagens da paisagem paulistana.

Era uma São Paulo que ainda fazia jus à fama de “terra da garoa”, com pouco mais de dois milhões de habitantes. No Largo São Bento, lembra Sammartino, ainda existia um bebedouro de cavalos remanescente. “Desativado? Ou não estava?” Descendo em direção à Avenida São João, havia o Cine Dom Pedro II, que foi um dos últimos remanescentes em estilo *artenouveau*, com fachada

para o Vale do Anhangabaú, no térreo do prédio dos comerciários. No começo da São João, o Bar Automático, que atendia os pedidos dos clientes por meio de fichas introduzidas numa espécie de máquina; do lado oposto da avenida ficava a salsicharia Dois Porquinhos com luzes de *neon*.

Na Praça Patriarca, os cavalheiros compravam suas roupas na Exposição, do lado da Igreja Santo Antonio (construída no final do século XVI), esquina com a Rua São Bento. Do outro lado da praça, a Casa Fretin e a Kopenhagen. A emissora de rádio Cruzeiro do Sul situava-se onde hoje existe o edifício alto que abriga agências e serviços do Banco Itaú-Unibanco. Nela, além de programas famosos de auditório como “A Hora do Pato”, o jornalista e vereador Cid Franco (PSB) comandou durante anos o “Programa dos Bairros” e, também, o “Programa dos Livros”.

Cid Franco, pai do compositor Walter Franco, foi um dos parlamentares que mais contribuíram com a Legislatura, talvez mais do que o próprio Jânio Quadros, com quem se alinhou em várias questões no plenário, porém com menos espetáculo e mais sobriedade. Socialista sem medo, sua presença era constante nas dependências do DOPS para levar solidariedade e ajudar a libertar presos políticos. Segundo os depoentes, não fez qualquer fortuna e teve um final difícil: portador de um câncer, vendia seus próprios livros para sobreviver.

Próxima parada: Rua Jacaré, 39, escritório do advogado Edson Ravena, 15º andar. Dono de uma empatia singular, mais do que uma fonte, tornou-se um parceiro indispensável para consultas sobre o primeiro Parlamento paulistano eleito após o Estado Novo, período de redemocratização. Na sua e demais opiniões colhidas em entrevistas, foi de longe o melhor, até agora, de todos. Gente de qualidade, com estatura na tribuna, que sabia honrar o ofício de vereador. A Câmara realmente era uma das atrações do centro de São Paulo, com grandes oradores: a cidade era passada a limpo na tribuna.

Ravena, que também se aposentou na Câmara na condição de assessor-chefe da Mesa, desfilou uma série de fatos ocorridos na Sala de Sessões (plenário) do Palacete Prates que colaboraram decisivamente para os rumos da pesquisa. Presenciou e esclareceu com detalhes o episódio no qual Jânio Quadros foi atingido fisicamente pelo vereador Altimar Ribeiro de Lima. Incomodado com a oratória do tribuno, que lançava sucessivos ataques ao Projeto de Proteção aos Desportos, apresentado pela Mesa Diretora e com apoio da maioria dos vereadores, não aguentou a fala ferina e foi à forra. Sangue na tribuna! “Era o que Jânio queria - a oportunidade de um momento ímpar para dar seu espetáculo, do tamanho do seu figurino”, diz Edson Ravena, que pede para verificar se não há vestígios do sangue no processo original.

Apontou ainda para leis importantes aprovadas pela Legislatura e descreveu São Paulo dos anos 1950 como uma cidade com um centro dinâmico e bairros compartimentados, núcleos quase isolados, tal a distância do centro da cidade, com contornos bem delineados. “Só não eram pequenas cidades por não terem recursos e serviços próprios, obrigando os moradores a virem ao centro para ir ao banco, comprar remédios, roupas e outros afazeres”.

Moacir Longo, jornalista, ex-vereador cassado nos anos 60, com uma folha respeitável de serviços prestados ao Partido Comunista, trouxe com sua entrevista o clima das eleições de vereadores de 1947 e o contexto político do período. Nessa época, ainda muito jovem, junto com o seu pai, militava no PCB. Foi quem primeiro se lembrou do protesto dos candidatos comunistas eleitos, abrigados na legenda do PST, no dia da posse, como ato de protesto do PCB à decisão do Tribunal Superior Eleitoral que havia cassado seus registros. Ato de protesto? Até então não se sabia de nenhum episódio, além da fala solitária do vereador Cid Franco em plenário, durante a solenidade de posse, contestando a decisão do tribunal como uma agressão à democracia. Primeiro fio do novelo para se descobrir, depois, os incidentes que ocorreram em frente à Câmara.

As discussões intermináveis sobre as contas do prefeito Paulo Lauro, de 1947, não aprovadas pela Câmara, foram acompanhadas de perto por Jamir Tognini, na época assessor da Comissão de Finanças, que depois se aposentou na condição de diretor da Mesa. “Foi uma avaliação muito séria, na qual os trabalhos em plenário entraram por noites seguidas. Estrelas como Jânio e Cantídio Sampaio, especialistas na arte da oratória, mantiveram debates por horas seguidas durante o processo”. Por ser morador do bairro da Lapa, Jamir lembrou-se do nome de Adroaldo Barbosa Lima, um dos candidatos de Prestes, que era professor e dono de escola, um batalhador pelas melhorias do bairro. “Nunca se soube que era ou foi comunista.” Recordou-se também do filho dele, Clóvis Barbosa Lima, que foi funcionário e se aposentou na Câmara.

O encontro com Clóvis ocorreu nas proximidades da cidade de Itapevi. Por telefone, logo no primeiro contato, disse que a tia, Maria Barbosa Lima, que também tem casa no mesmo condomínio onde mora, seria a pessoa mais adequada, com melhores lembranças sobre o período. Clóvis, antes do encontro, teve o cuidado de fazer uma busca em papéis, antigos documentos a respeito da vida política do pai. No meio do dossiê estava um folheto com a propaganda de Adroaldo como candidato a vereador na eleição de 1959, a terceira em que participou. E nele, um pequeno currículo onde é destacada a sua participação no pleito de 1947 como vereador eleito com expressiva votação e diplomado em 1947. Diz um trecho: “nessa ocasião teve os votos anulados (porém não cassados), nas vésperas da posse, sob o pretexto de que o Partido Social Trabalhista, sob cuja legenda se elegera, não tinha preenchido uma pequena formalidade na constituição de seu diretório. No dia da posse foi espancado e preso pela polícia política”. Era o fio da meada para desvendar a história de vez. O Arquivo Público do Estado, nas imediações da Estação Rodoviária Tietê, era o melhor endereço. E ali, nos documentos e fichas dos “Candidatos de Prestes”, a descrição em detalhes dos fatos ocorridos no dia da posse.

Ainda faltava uma foto e um depoimento a respeito da primeira mulher eleita para a Câmara Municipal de São Paulo: Elisa Kauffmann Abramovich. Novamente, com os conhecimentos de Carlos Marchi, fui apresentado a Irene, uma das filhas, médica, que marcou o encontro no qual a sua irmã Fanny, educadora-escritora, compareceu. Fanny fez questão de fazer por escrito o seu depoimento sobre a mãe, com a condição de não haver mudanças na edição. Irene abriu o álbum da família e colocou as fotos à nossa disposição. E como Elisa era bonita!

Não fossem eles com suas entrevistas, este livro sobre a Primeira Legislatura, rica em acontecimentos, não conteria o mínimo de conteúdo e imagem necessários. A tentativa foi de abarcar os principais fatos históricos do período, com a ressalva de que haverá muitas lacunas a serem preenchidas para quem se dispuser a percorrer o caminho novamente. Missão cumprida, terminaria aqui esta apresentação, não fosse o acaso interferir novamente.

Depois dos textos do livro finalizados, todo material pronto para ser encaminhado à Imprensa Oficial, José D’Amico me ligou à noite perguntando se estava bem acomodado no sofá. Do outro lado da linha, não se continha de contente, havia encontrado o *grand finale* desta publicação, da qual também se apropriou com todo direito. Contou que, assistindo a um programa qualquer da TV Assembleia (só ele mesmo), quase perdeu a respiração, quando localizou Décio Grisi, um dos 45 vereadores da Primeira Legislatura, vivo e bem disposto, participando de uma solenidade em homenagem ao Hospital do Servidor Público Estadual. Vereador atuante, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, juntou-se ao grupo de colaboradores para falar um pouco do que vivenciou na Sala de Sessões do Palacete Prates. A sorte andava do lado.

## Agradecimentos

À Mesa Diretora da Sessão Legislativa de 2012, que aprovou e tornou oficial a primeira publicação do Projeto **História das Legislaturas Contemporâneas da CMSP**.

Aos integrantes da Escola do Parlamento que se envolveram, ajudaram de alguma forma e acreditaram na publicação. E aqui, não quero cometer injustiças, cito apenas os nomes dos que mais contribuíram: Roberto Eduardo Lamari, diretor-presidente, Leonardo Barbagallo, diretor acadêmico e Dimitrios Sacute Valentim, secretário.

Ao Diretor da Assessoria de Comunicação Externa da CMSP, jornalista Carlos Marchi, parceiro nessa caminhada, com contribuições importantes na apresentação de fontes, nas negociações junto à Imprensa Oficial e na montagem da Exposição **Primeira Legislatura**.

Ao Chefe de Gabinete da Presidência, Breno Gandelman, por ter destrinchado situações burocráticas em favor do projeto.

À Secretaria Geral Administrativa da CMSP, especialmente à Maria Nazaré, secretária adjunta, que não conhecia e fiquei surpreso com o seu entusiasmo em somar com as boas causas. Graças a ela, quatro estagiários integraram-se efetivamente ao projeto. E, claro, ao secretário Raimundo Batista, que atendeu e fez fluir as demandas de última hora da publicação.

À Equipe de Biblioteca, especialmente à supervisora Roseli Sobral, incentivadora do projeto desde o primeiro instante.

À Equipe de Documentação do Legislativo, em especial à Maria Cristina Santarém Dias e à Mariangela Bernardo de Souza, que atenderam pacientemente as solicitações de pesquisas nos Anais.

À Equipe de Pesquisa de Mercado e Fornecedores da CMSP, pelo empenho da supervisora Adriana Orsatti Scatone e do funcionário Francisco Sisinho Neto na agilização dos processos de contratação de serviços profissionais e aquisição de imagens. Pelo mesmo motivo, à Lilian Cristina Guilhem, supervisora da Equipe de Planejamento.

Ao Centro de Comunicação Institucional da CMSP, sob a coordenação de José Carlos Teixeira de Camargo Filho, e à Equipe de Eventos e seu supervisor Benedito Airton dos Santos, pela organização do evento de lançamento do livro e, também, pelo auxílio dos profissionais do setor de fotografia na iconografia tanto da publicação quanto da Exposição **Primeira Legislatura**.

Ao Cerimonial da CMSP, particularmente à Cecília de Arruda, pelo empenho na organização do evento de lançamento do livro.

À Secretaria de Recursos Humanos da CMSP, especialmente a Celso Gabriel, e às unidades RH que se integraram de alguma forma na realização do projeto.

À Casa de Imagem (DPH-Secretaria da Cultura), especialmente a João de Pontes Jr., coordenador de Documentação e Pesquisa, pelas imagens cedidas.

À Biblioteca Mário de Andrade, pela atenção dispensada à pesquisa pelas bibliotecárias Joana Darc Moreno de Andrade, Norma Haru e Livia Lopes Garcia.

Aos funcionários do Centro de Memória Eleitoral (CEMEL) do TRE-SP – Alex Ricardo Brasil, José D’Amico Bauab e Washington Assis - pela contribuição inestimável no resgate e esclarecimento de várias informações do conteúdo histórico desta publicação.

À Imprensa Oficial e seus profissionais pelo excelente trabalho de edição e impressão desta publicação.

**O ORGANIZADOR**



Carla Reis Longhi

Este livro propõe a discussão sobre a história política da cidade de São Paulo e recupera este debate a partir da ação de seus vereadores, sujeitos políticos que se situam no cruzamento entre as reclamações e reivindicações dos cidadãos, moradores da cidade, e as outras instâncias de poder, os poderes do estado e da federação, mais distantes das questões propriamente cotidianas. Poderíamos nos questionar se os vereadores seriam os melhores representantes desta interlocução, num país tão marcado pelas relações paternalistas, mas devemos lembrar que o compromisso dos prefeitos com a população local era menor que o seu compromisso com os interesses do estado, através da figura do governador, considerando que até 1953 os prefeitos eram indicados pelo governador do estado. Assim, a vereança assumiu um papel central nesta interlocução.

Este projeto de livro foi organizado e concebido por Luiz Casadei Manechini, jornalista, funcionário da Câmara Municipal de São Paulo e, talvez mais que tudo, um apaixonado pela política e, logo, pela história política de São Paulo. Certamente foi esta paixão que permitiu o *start* deste processo, com a proposição de um projeto de pesquisa que possibilitasse a consulta e análise dos Anais da Câmara Municipal de São Paulo. O projeto é ambicioso, pois pretende retomar a história da cidade de São Paulo, através dos debates de suas legislaturas desde sua reabertura, em 1948, até os dias de hoje. Para cada legislatura um livro, para cada momento da cidade, um registro.

O projeto começa com a legislatura de 1948-51, consumado neste livro, que agora apresentamos. Esta é uma legislatura importante, pois representou simbolicamente a “maioridade” de São Paulo. A conquista foi simbólica pois, como vimos, a Câmara Municipal mantinha uma grande dependência das decisões da esfera estadual, mas era significativa, pois recuperava um importante canal de interlocução com a população. Isto por que a Câmara ficou fechada durante todo o Estado Novo e só voltou aos trabalhos legislativos na eleição de 1947. Assim, de 1937 até 1947, a cidade foi administrada sem a existência do poder legislativo e sem a eleição do prefeito que, como já dito, era indicado pelo governador. Esta situação foi reflexo do cenário nacional, pois o fechamento da Câmara se deu em função da consumação do Estado Novo, impondo um processo de centralização do poder que atingia, também, os níveis estadual e municipal. Vemos que ponderar sobre a cidade e seus debates políticos nos obriga a dialogar com os outros níveis de poder, diálogo este presente no conteúdo e memória dos debates legislativos e é com eles que partimos e situamos a proposta deste livro. Acompanhemos o debate abaixo que incita diferentes análises:

**O Sr. Smith de Vasconcellos** – Fala-se muito, ultimamente, em uma intervenção federal em nosso Estado. O meu sentimento de brasileiro e de paulista não se alarmou por um momento sequer. Boatos dessa natureza só podem impressionar os tímidos e abalar o espírito dos que descreem da índole democrática da nossa gente... Não acredito, Sr. Presidente, no golpe de morte às nossas instituições, porque ele seria dado com a lança do índio Pojucan, que antes de ferir a vítima, mataria aquele que manejava.

Pertenço àquela geração sacrificada, pelo regime instituído em 1930. Assisti a todas as lutas para a restauração da democracia, jamais fugi ao cumprimento de meu dever. De 1930 a 1932, entre os fuzis, que defendiam a liberdade brasileira, no solo abençoado de São Paulo, estava aquele que eu empunhava. Vencidos, conservei no fundo d'álma a certeza da vitória da liberdade. O Brasil ainda é um país de reflexos e, naquele tempo, os ditadores faziam escola pelo mundo. Mas, tão grande é o sentimento democrático do brasileiro, que a ditadura não resistiu a sua própria vitória.

**O Sr. Aloysio Greenhalgh** – V. Excia, me permite um aparte?

É uso e abuso desta casa referir-se ao regime do Sr. Getúlio Vargas acoimando-o de ditadura. Desejava fazer a V. Exa. uma indagação, apenas. V. Exa. pode dar a sua impressão dos atos desse governo, mas não pode desconhecer que o eminente brasileiro foi o mais brando dos governos discricionários que o mundo assistiu. A sua bondade, a magnanimidade dos seus atos foram sempre demonstrados. Nunca perseguiu a quem quer que fosse -muito ao contrário- sempre deu a mão aos seus inimigos...

**O Sr. Jânio Quadros** – É esse o melhor tipo de ditador.

**O Sr. Greenhalgh** – Getúlio Vargas é sem dúvida a maior expressão política do Brasil e talvez das Américas.

**O Sr. Presidente** – (Fazendo soar a campainha) – Atenção! está com a palavra o nobre Vereador Smith de Vasconcellos (1948, vol 2, Requerimento n. 256).

Vemos que a experiência do fechamento da Câmara Municipal alimenta o imaginário político paulista, povoado por imagens de sacrifício e luta, expressos na figura do bandeirante, ícone de bravura, construindo um corpo de ideias em relação ao papel da Câmara Municipal como de bastião da liberdade. Assim, o primeiro aspecto que salta aos olhos são os componentes deste ideário: o sentimento de brasilidade, composto com a valorização do ser paulista; a luta por ideais, tão acesa pelos acontecimentos de 1932; essa luta corporifica a busca pela liberdade e a crítica ao contexto autoritário, trazendo a polêmica sobre democracia e ditadura. Os conflitos inerentes a estas ideias e os reflexos contínuos, no âmbito municipal, das decisões em níveis federal e estadual será o tema de abertura deste livro, recuperando controvérsias entre os poderes federal e municipal e seus reflexos nos debates da Câmara Municipal, com o texto de José D'Amico Bauab.

O cenário da Câmara, contudo, ao mesmo tempo em que expressava os ideários e confrontos nacionais, era o palco privilegiado das questões locais, questões estas, certamente, sempre mediadas pelos ideários circulantes. Aqui, os problemas cotidianos, pequenos e diversos em seus gêneros, espaços e intensidades ganham luz, pois afetam diretamente o morador da cidade, gerando boa parte das demandas que serão discutidas na Casa, como no exemplo citado por Edson Ravena<sup>1</sup>:

Para se ir ao centro, quem estava na zona sul, no bairro de Santo Amaro, por exemplo, não contava com ligação direta pela Avenida 9 de Julho, pois não existiam os túneis que hoje passam por baixo da Paulista. Era preciso contornar pela Vila Mariana, indo pela Liberdade, para chegar ao miolo da cidade. O Viaduto 9 de Julho foi inaugurado semiacabado por volta de 1950.

Vemos que uma decisão e/ou uma obra poderia mudar drasticamente a rotina de muitos de seus moradores, imposta por ritmos trazidos pela materialidade da cidade; as características urbanas criam práticas, modos de ser, ao mesmo tempo em que suscitam pressões, insatisfações, levadas à vereança para a resolução dos problemas e impasses que incomodam seus moradores. É esta tessitura

1. Edson Aparecido Ravena é advogado e funcionário aposentado da Câmara Municipal. No período legislativo analisado neste livro, era mensageiro. Concedeu entrevista ao jornalista Luiz Casadei Manechini, organizador deste livro, em 03/05/2012.

que o capítulo 2 busca reconstituir, problematizando a cidade e o papel da vereança, com o texto de Carla Reis Longhi. Neste percurso, os confrontos seriam contínuos. Vemos, pelo debate entre os vereadores Smith de Vasconcellos e Aloysio Greenhalgh, que estes enfrentamentos ocorriam pela composição de diferentes aspectos: por posturas ideológicas distintas, visíveis na confrontação quanto ao entendimento dos limites da ditadura e possibilidade da democracia; por defesas político-partidárias, como é nítido na postura de Aloysio Greenhalgh que defende Getúlio Vargas, na exaltação de sua magnitude e suavidade autoritária e, também, pela relação que estabeleciam com a cidade e seus moradores. O capítulo 3 deste livro, escrito por Luiz Casadei Manechini recupera alguns grandes dramas travados no cenário da Câmara.

Se os embates entre os vereadores citados nesta apresentação referiam-se especificamente às alianças com o governo federal, apontando para suas articulações partidárias e enfrentamentos ideológicos, vemos que as relações no âmbito da municipalidade não eram mais fáceis, ao considerarmos as dinâmicas entre os poderes executivo e legislativo. Neste sentido, o capítulo quatro, escrito por Ubirajara de Farias Prestes Filho discute a relação dos cinco prefeitos que administraram a cidade ao longo dos quatro anos com a Câmara Municipal, dando um pequeno destaque à atuação do primeiro prefeito desta legislatura, Paulo Lauro, em função dos conflitos gerados. Estas relações passavam tanto pelas diferenças de interesses político-partidários, quanto pela condição da municipalidade, pois como nos coloca Moacir Longo<sup>2</sup>, ao comentar sobre a relação entre o prefeito e a Câmara, havia problemas quanto à autonomia de cada esfera de poder:

Eu acredito que a relação não devia ser boa, porque o sujeito era ungido a comandar o Município e não tinha compromisso com a população, muito menos com a Câmara, porque não dependia da Câmara, dependia do governador. Mas isso durou até 1953, quando passamos a ter a eleição direta do prefeito até a gestão do brigadeiro Faria Lima, depois do golpe de 1964. Gostaria de lembrar que no período, Prestes Maia, quando foi prefeito, eleito em 1961, iniciou uma campanha para derrubar o artigo 20 da Constituição Federal, que continuava limitando a distribuição de recursos para os municípios das capitais, mantendo-se sob forte dependência dos governos estaduais. Então, ele questionava: “De que adianta ter agora prefeito eleito pelo povo se depois não há dinheiro para executar os serviços que a cidade e a população exigem?”.

Percebemos, pela fala de nosso entrevistado, que havia dois problemas estruturais neste percurso de maioria da Câmara: a relação conflituosa entre Prefeitura e Câmara legislativa, em função da maior dependência do prefeito ao governo do estado do que à população da cidade, e a carência de recursos, que eram administrados pelo governo do estado. Esta correlação complexa entre os poderes executivo e legislativo será tema de reflexão deste capítulo.

Os debates no interior da Câmara, suscitados a partir de Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei nem sempre se converteram efetivamente em leis, fato este que leva o capítulo cinco a discutir, efetivamente, as leis aprovadas nesta legislatura, com a reflexão de Caio Giannini. Por fim, destacamos um capítulo em particular para a discussão sobre Jânio Quadros, figura polêmica e político que teve uma carreira meteórica após sua participação nesta legislatura, pois no prazo de menos de 15 anos ele foi vereador, deputado estadual, prefeito, governador, deputado federal e presidente da República, merecendo um capítulo à parte, escrito por Luiz Casadei Manechini. Fechamos este livro

---

2. Moacir Longo, hoje com 82 anos era, na época, militante do PCB, tornando-se posteriormente vereador. Concedeu esta entrevista ao jornalista Luiz Casadei Manechini e a José D’Amico Bauab em 18/06/2012.

com o texto de Lia Mara, que retoma sua longa experiência na Câmara Municipal, alinhavando as discussões propostas ao longo do livro.

A apresentação acima não possibilita ao leitor ter a dimensão das atividades e reforços feitos nesta empreitada. Sempre falo aos meus alunos, de graduação e pós-graduação, que precisam destacar em seus projetos o percurso de pesquisa, muitas vezes lento, difícil, com idas e vindas, muitas perguntas e buscas de diferentes caminhos para se chegar a um resultado que parece simples e tranquilo. O percurso deste livro teve as mesmas problemáticas, estas próprias de qualquer pesquisa e, de certa forma, sempre prazerosas. Os problemas começaram com a dimensão da pesquisa: para podermos falar dos resultados de uma legislatura, precisávamos acompanhar o seu percurso ao longo dos quatro anos, percurso este concretizado em 87 volumes, sendo que os volumes referentes aos anos de 1948 e 1949 têm, em média, 700 páginas e os volumes referentes ao biênio final têm em média 350. Os autores não teriam condições de ler todo o material, nem mesmo numa análise por amostragem, para confeccionar os seus textos. Assim, o Projeto apresentado à Câmara Municipal, via Escola do Parlamento, propunha uma pesquisa de conteúdo dos Anais da Câmara, prevendo a contratação de quatro estagiários que teriam a função de ler o material, mapeando-o em planilhas e destacando os principais momentos. O projeto foi feito em dois momentos: no primeiro, os estagiários trabalharam por amostragem e ofereceram os recursos para a confecção do livro e, no segundo momento, continuaram a leitura integral para a confecção das tabelas analíticas.

Isto foi feito pelos estagiários Adriana Boaventura, Clayton Soares, Tiago Buono e Vinicius Flauaus, todos estudantes de história, atentos aos procedimentos de observação de documentação, mas inexperientes quanto à especificidade do documento. Isto demanda um tempo: a apropriação do formato do documento, o modo como está organizado, em anos, distribuídos em volumes, que passam os diferentes meses e que internamente se dividem pelas sessões. Depois, precisavam se adaptar ao discurso legislativo, que contém suas especificidades e rituais de apresentação. Já familiarizados com os Anais da Câmara, os próprios estagiários nos apontavam aspectos interessantes para a reflexão - “Notamos que cada ano da legislatura propõe um ritual distinto de condução” - ou apontando para o estilo discursivo de cada vereador, identificando-o imediatamente ou, ainda, destacando aspectos temáticos variados e, muitas vezes, surpreendentes ou inesperados para uma discussão em plenário.

Apresentamos um exemplo desta riqueza temática, através de discussão religiosa “(Sr. João Fairbanks)...o Requerimento de minha autoria, sobre a entronização da imagem de Cristo Crucificado, na sala das Sessões, ...” (1948, vol 2, requerimento 169); este debate ocorreu no dia 10 de março e teve continuidade no dia 23 do mesmo mês, com novas solicitações que ampliaram extensamente o debate para uma profunda discussão religiosa:

**Sr. Yukishigue Tamura** – Sem dúvida, alguma, Sr. Presidente, nobres colegas, a grandeza espiritual do Povo brasileiro e particularmente do Povo paulista deve-se, em grande parte, à tradição cristã ligada à nossa gente pela Igreja Católica...Nós nos ufanamos de pertencer a um povo espiritualista e cristão, adotando em tudo e por tudo os princípios da doutrina cristã...

**O Sr. Camillo Ashcar** – Sr. Presidente, nobres Vereadores. Jamais nesta Casa usei da palavra para cuidar de assunto religioso, certo de que este assunto deveria ser reservado para um âmbito diferente daquele em que me encontro...por representar aqui não uma convicção religiosa mas o povo que me elegeu justamente para esta Edilidade. (Muito bem!) (1948, vol. 2, requerimento 231).

O vereador Ashcar votou contra o requerimento do vereador Tamura, o qual propunha “voto de regozijo, associando-se em espírito à Igreja Católica(...) pelas comemorações da Semana Santa”, justificando não só o fato de que o espaço da Câmara não era o espaço por excelência para o debate religioso, como

apontado na transcrição, como também por que entendia que diferentes igrejas, como a igreja protestante ou a igreja reformada, cultuavam a Semana Santa. Podemos observar que o tema extrapolava o conteúdo do requerimento, este já desdobrado de requerimento anterior sobre a entronização da imagem de Cristo, gerando um longo debate sobre a relação política-religião, a relação Igreja Católica-Estado brasileiro, bem como o papel da religiosidade na formação do povo brasileiro, provocando reações de apoio e crítica do plenário. Usamos este exemplo para mostrar a amplitude de temáticas discutidas pois, normalmente, poderíamos não nos atentar para o fato de que a partir do discurso da vereança é possível problematizar sobre questões religiosas, morais, culturais, etc, e não somente políticas, em sentido restrito.

Os resultados deste projeto começam a aparecer, iniciados com a publicação deste livro. Como pesquisadora, vejo diferentes modos de leitura que o mesmo propicia: ele atende a um leitor interessado, que busca conhecer mais sobre a história de nossa cidade e de nossa vereança; atende ao leitor estudante, que pode encontrar muitos dados sobre a cidade, sobre a política em sua organização, partidos, leis, etc, elucidando questões de cunho econômico, político e social; por fim, atende aos pesquisadores, que a partir do livro podem perceber as inúmeras frentes de pesquisa que este enorme acervo documental possibilita. Assim, interessa-nos, particularmente, a difusão do conteúdo do livro e a gestação de novos projetos de pesquisa, quiçá motivados pela leitura e sedimentados pelo mapeamento da legislatura.

# A Primeira Legislatura de que tanto me orgulho

Décio Grisi



Quem conta esta história sou eu, Décio Grisi, ex-vereador remanescente dos que tomaram posse no dia 1º de janeiro de 1948. Podem procurar na lista: o único nome de pessoa que está viva sou eu. Felizmente ou infelizmente, não sei. De qualquer maneira, eu procuro me manter vivo.

Eu me considero remanescente vivo, os meus 44 colegas estão todos mortos. E todos eles, salvo um grupinho, mereciam aplausos infinitos. Era uma Câmara bem consolidada que trabalhava para o interesse coletivo da população de São Paulo, procurando de todas as maneiras consertar aquilo que parecia muito torto, e havia muita coisa torta. Desde logo se conceituou um agregado sólido de defesa do interesse da população em todas as áreas, de ensino, de saúde, construção de obras, calçamento.

A minha campanha foi muito parecida com a do Jânio Quadros, professor como eu. Ele, no Dante Alighieri e no Colégio Vera Cruz, este último na Rua Piratininga; e eu, no Ginásio do Estado, situado na Rua Frederico Alvarenga, Parque D. Pedro II. Ambos contamos com o trabalho dos nossos alunos na campanha. Eles espalhavam mesinhas na cidade com nossas cédulas e foram os principais responsáveis pela nossa eleição. No meu caso, o eleitor que desconhecia o seu local de votação era orientado pelos alunos que estavam munidos de informações das listas de endereço publicadas no Diário Oficial.

Durante a apuração dos votos, que foi feita no Palácio da Justiça, o Partido Social Trabalhista, que incorporou os comunistas como candidatos a vereador pela legenda, era o que tinha o melhor quadro de fiscais, a ponto de auxiliar a mim e ao Jânio na contagem dos nossos votos. Jânio e eu nos conhecemos durante a apuração e permanecemos vigilantes desde a abertura dos trabalhos até o último horário, tarde da noite, acordando cedo para retomarmos a fiscalização. Jânio já usava uma capa com caspas mesmo antes de ser eleito. E o engraçado é que toda vez que passava por uma junta apuradora, perguntava: “Pingou algum aí?”. Já era o Jânio com suas características folclóricas que o acompanhariam até a Presidência da República.

Fui eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com 29 anos de idade, para a Primeira Legislatura pós-Estado Novo. Empossaram-se 30 vereadores eleitos, mais 15 vereadores suplentes que tiveram a satisfação, na véspera da posse, de serem informados que deveriam comparecer ao Tribunal Regional Eleitoral a fim de reclamar os seus diplomas, devido à cassação dos direitos dos 15 vereadores eleitos pelo PST. De qualquer maneira, todos os candidatos se elegeram com ficha limpa, inclusive os vereadores do PST.



Décio Grisi, vereador, c. 1950

Antes de assumir a minha cadeira na Câmara, fui me aconselhar com o doutor Ulysses Guimarães, na época deputado estadual, ouvindo dele o seguinte: “Olha, Grisi, primeira coisa, estude o regimento interno. Estude com profundidade, pois isso lhe permitirá conseguir vitórias em debates parlamentares internos”. Estudei a fundo, a ponto de ter recebido o apelido de “A Noiva do Regimento”, nome do filme famoso que passou naquele tempo.

São Paulo tinha um asfaltamento precário, calçadas inexistentes o sistema de água e esgoto insuficiente, quase inexistente nos bairros mais distantes. Nós nos deparamos com uma cidade bem despreparada para ser uma grande cidade. Ela exigia muito de nós: fizemos durante um bom período uma experiência de *comando da madrugada*. A gente formava um grupo de vereadores de quaisquer partidos (Jânio, Valério Giuli e eu estávamos sempre juntos) que saía noite adentro. Nossa missão era ouvir o que se passava na Mooca, o que se passava na Vila Maria, o que se passava em Baquirivu, hoje São Miguel Paulista. Nós fazíamos obrigatoriamente uma análise local das verdades que eram de interesse da população. Colhíamos diretamente as reclamações, visitando os bairros.

Uma das minhas grandes lutas foi em defesa da Chácara Lane, um terreno de 20 mil metros quadrados, situado na Rua da Consolação, e expropriado pelo prefeito Prestes Maia. Nele, pretendia instalar uma clínica infantil, um parque e um jardim da infância. O terreno, porém, foi repassado, a título precário, ao Instituto Mackenzie para que ampliasse a sua Escola de Engenharia. Fui o único dos 45 vereadores a se levantar contra a doação definitiva, apresentada em projeto de Lei e defendida arduamente pelo vereador Altimar Ribeiro de Lima. Até meu enterro simbólico, devido à minha oposição cerrada, foi realizado nas cercanias do Palacete Prates. No final prevaleceu o bom-senso, não se concretizou a tal doação e essa foi uma vitória importante do meu mandato.

E quero aqui deixar uma palavra final para os vereadores de hoje e os políticos de amanhã: Usem e abusem da honestidade, sempre!



**Décio Grisi**, 94 anos, professor e advogado, foi vereador atuante na Primeira Legislatura da Câmara Municipal paulistana (período 1948-1951).





## A primeira eleição ao parlamento paulistano pós-ditadura Vargas e o drama dos vereadores comunistas

*José D'Amico Bauab*

*Um dos maiores atentados à democracia, diria mesmo que se tratou de uma verdadeira carnificina jurídico-eleitoral cometida nas eleições municipais paulistas de 1947: só na cidade de São Paulo, nada menos do que 15 vereadores, eleitos e diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral, reunidos na legenda do Partido Social Trabalhista (PST), foram notificados, à última hora, em 31/12/1947, que não tomariam posse no dia seguinte. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que se tornaria irrevogável, tinha como pano de fundo a Guerra Fria.*

---

**José D'Amico Bauab**

*Pesquisador do Centro de Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Este trabalho contou com a imprescindível colaboração do jornalista Luiz Casadei Manechini na consulta de fontes documentais primárias e na realização de entrevistas.*

---

---

## 1. O canibalismo político-eleitoral na festa do retorno democrático

Trinta por cento dos parlamentares eleitos para o Legislativo de uma das maiores cidades da América Latina impiedosamente cassados, antes mesmo de terem tomado posse; a vontade de vinte por cento do eleitorado total dessa mesma cidade solenemente ignorada, não se cogitando, em hipótese alguma, de conferir aos cidadãos votantes que tiveram suas manifestações anuladas uma nova chance de escolha. Protestos, prisões.

A leitura das linhas acima facilmente faria pressupor tratar-se do diagnóstico sumário de uma sociedade manietada por um regime autoritário e com triste prognóstico de afundar-se num pesadelo totalitarista.

Pelo contrário. O dramático quadro narrado teve lugar numa São Paulo que, em 1947, elegia seus vereadores como coroamento do fervilhante processo de democratização pós-ditadura Vargas, iniciado pouco mais de dois anos antes.

As vítimas da carnificina jurídico-eleitoral cometida foram os comunistas que, impotentes para impedir o arrebatamento da vida política do país, da sigla que tinham acabado de reorganizar, agruparam-se, no estado de São Paulo, numa pequena agremiação partidária a fim de concorrer às eleições municipais daquele ano. Contudo, o derradeiro esforço foi em vão: a implacável perseguição movida pela psicose da Guerra Fria voltou a atingi-los, destruindo futuros políticos sem comiseração.

O presente texto tentará remover o manto que esconde toda essa história, para conhecimento daqueles que se preocupam em entender a construção da democracia brasileira, nos seus avanços e retrocessos.

## 2. O clamor pela redemocratização e o fim da ditadura Vargas

Em 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas rompia o ambiente constitucional brasileiro, inaugurado com a Carta Magna de 1934, instaurando um regime de exceção, conhecido como Estado Novo, que se estenderia por longo interregno, com o fechamento dos parlamentos nas três esferas (municipal, estadual e federal), a extinção da Justiça Eleitoral, o encampamento de veículos de imprensa e o aprisionamento, quando não acompanhado da prática de tortura, de adversários do governo ditatorial.

Por pouco mais de meia década o aparelho estado-novista manteve-se indene a manifestações de alguns setores da sociedade brasileira da época que lhe eram contrários, até que a União Nacional dos Estudantes (UNE), durante a realização de seu sexto congresso, em julho de 1943, verbalizou, pela primeira vez, a necessidade de redemocratização do país.

Não demorou que diferentes grupos, dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo à parte da classe política mineira, passassem a empunhar a mesma bandeira.

O próprio Vargas começou a sofrer defecções no seu círculo de poder: Osvaldo Aranha, antigo aliado, demitiu-se, em 1944, do Ministério das Relações Exteriores, e o jurista Francisco Campos, seu ex-ministro da Justiça, já estava rompido, desde o começo de 1945, com o regime ao qual emprestara suas melhores luzes.

A par disso, o déspota viu-se diante de uma lenta, mas irrefreável, transformação na consciência nacional, a partir do ingresso do Brasil, em 1942, na Segunda Guerra Mundial contra os países nazifacistas, e uma contradição se instalou e foi se agigantando: enquanto os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) haviam ido pelear pela volta da democracia em terras europeias, sua gente continuava submetida a uma ditadura que estava se tornando inveterada.

Acuado pelo processo histórico, tanto interno como externo, Vargas viu-se na contingência de promulgar, em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional n. 9, pela qual se determinava a realização, em 2 de dezembro do mesmo ano, de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para a Presidência da República.

Editado um novo Código Eleitoral, em 28 de maio, e reinstalada, no mês seguinte, a Justiça Eleitoral, iniciou-se enorme mobilização para levar a bom termo a realização do pleito e o primeiro desafio posto foi a realização do alistamento de eleitores em curto espaço de tempo (90 dias).

Entretanto, algumas movimentações políticas apontavam para a pouca disposição de Vargas em deixar o poder central, do qual acabou sendo repentinamente destituído, em 29 de outubro, graças a uma ação encabeçada pelo general Góis Monteiro, ministro da Guerra de seu governo, e que contou com a concordância dos dois principais candidatos à Presidência da República: o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, assumiu o comando do país para entregá-lo, em 31 de janeiro de 1946, ao presidente eleito Gaspar Dutra, sendo, no dia seguinte, instalados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que resultaram na promulgação da Constituição de 18 de setembro de 1946.

Assim, o processo de redemocratização continuaria em marcha inexorável, desdobrando-se nos estados e municípios da república brasileira.

### 3. A reorganização político-partidária no estado de São Paulo

O Brasil da Velha República (1889 – 1930) foi marcado pela atuação praticamente hegemônica das versões estaduais do Partido Republicano, independentes entre si.

Após a Revolução de outubro de 1930, a regra geral do monopartidarismo foi quebrada, mas não a tradição das agremiações de atuação estritamente estadual.<sup>1</sup>

No estado de São Paulo, o vetusto Partido Republicano Paulista passou a ter o seu poder contrastado pelo Partido Democrático, surgido em 1926.

Perrepistas e democráticos uniram-se por um curto espaço de tempo para somar forças no Movimento Constitucionalista de 1932 na tentativa de apelar Getúlio Vargas do poder central e, depois,

1. Nos anos 1930, somente a Ação Integralista Brasileira e o Partido Comunista do Brasil (PCB) apresentavam natureza verdadeiramente nacional. O PCB teve, porém, o seu registro negado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em março de 1933, e acabou formando a União Operária e Camponesa do Brasil, apresentando candidatos para a Constituinte Estadual de São Paulo e para deputado federal, nas eleições de outubro de 1934 (CARONE, 1982, p. 193 e 245).

para formar a “Chapa Única por São Paulo Unido” a fim de concorrer ao pleito para a Assembleia Nacional Constituinte, realizado em 3 de maio de 1933.<sup>2</sup>

No entanto, esse pacto de paz política não iria perdurar muito mais com a nomeação do democrático Armando de Salles Oliveira para a interventoria e, já nas eleições parlamentares de outubro de 1934 (para a Constituinte Estadual e Câmara Federal), aquelas forças voltaram a antagonizar-se, sendo que os democráticos se uniram a um grupo perrepista dissidente para formar o Partido Constitucionalista. Naquele embate, tanto as forças de esquerda<sup>3</sup> como os integralistas foram não mais que personagens coadjuvantes.

Essa situação de quase bipartidarismo de fato viria a manifestar-se uma vez mais nas eleições municipais de 1936, antes que todo o sistema partidário de então ruísse com o advento do Estado Novo.<sup>4</sup>

A redemocratização pós-ditadura Vargas trouxe o mandamento legal de que só seriam admitidos a registro os partidos de âmbito nacional<sup>5</sup>, regra essa desde logo aplicada às eleições de 2 de dezembro de 1945.

O estado de São Paulo, àquela época, já era o maior colégio eleitoral do país, superando Minas Gerais, e a sua classe política passou a ser elemento determinante na formação das siglas partidárias nacionais.

Entre 1945 e 1947, o panorama político-eleitoral paulista foi se definindo com base na atuação de lideranças tanto tradicionais como emergentes.

O Partido Social Democrático (PSD), que reunia os antigos interventores federais nomeados por Vargas nos estados, aglutinou em seus quadros elementos dos grupos político-econômicos que mais haviam se beneficiado durante a ditadura e, por conta disso, já nascia com uma estrutura organizacional forte em todo o território paulista, sob a liderança do ex-interventor Fernando Costa, que, porém, viria a falecer em janeiro de 1946.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) formou-se a partir da atuação de pessoas que haviam integrado a Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, entre os quais Bertho Condé, e apresentava como figuras de maior destaque Alexandre Marcondes Machado Filho, ministro do Trabalho em cuja gestão veio à tona a Consolidação das Leis do Trabalho<sup>6</sup>, e o empresário Hugo Borghi. O aparelho sindical montado por Vargas se tornaria poderosa arma nas campanhas eleitorais em favor dessa sigla.

Luís Carlos Prestes voltou suas atenções à seção paulista do Partido Comunista do Brasil (PCB), ciente da força eleitoral das massas operárias da capital, de Santos e de alguns grandes centros do interior e se empolgara com os engajamentos do intelectual Caio Prado Júnior e do pintor Cândido Portinari.

Antigos e novos desafetos de Vargas basicamente integravam as fileiras de duas agremiações: na União Democrática Nacional (UDN), Plínio Barreto, Aureliano Leite e Herbert Levy, só para mencionar alguns; e no Partido Republicano (PR), tentativa saudosista de recriar a outrora agremiação hegemônica da Velha República, Altino Arantes e João Sampaio, entre outros.

2. Essa chapa amealhou 17 das 22 cadeiras destinadas a São Paulo. As outras cinco foram conquistadas pelo Partido Socialista Brasileiro (3) e pelo Partido da Lavoura (2), braços políticos articulados por tenentistas que apoiavam o general Valdomiro Castilho de Lima, interventor federal no estado.

3. Os militantes esquerdistas distribuíram-se entre a União Operária e Camponesa do Brasil, a “Aliança Socialista e Liberais pela Justiça Social” e a “Coligação Proletária e o Partido Socialista Brasileiro pela emancipação dos Trabalhadores”.

4. No pleito de 1936, das 20 cadeiras da Câmara Municipal de São Paulo que se reinstalava após quase seis anos de sua dissolução, 11 couberam aos peceístas, 8 aos perrepistas e uma única aos integralistas. O Partido Socialista Brasileiro também participou da eleição paulistana, mas não elegeu ninguém.

5. Decreto-lei nº 7.586, de 28/05/1945, art. 110, § 1º.

6. Marcondes Filho seria eleito senador no pleito de 1945.

Adhemar de Barros, interventor entre 1938 e 1941, hesitou em aderir a uma das siglas que já se formavam em meados de 1945 e acabou formando tardiamente o Partido Republicano Progressista (PRP), que, após o desempenho pífio nas eleições daquele ano (apenas dois deputados federais eleitos em todo país – Campos Vergal, por São Paulo, e Café Filho, pelo Rio Grande do Norte), se fundiria ao Partido Popular Sindicalista (PPS), presidido por José Adriano Marrey Júnior, grande tribuno político e jurídico em São Paulo, e ao Partido Agrário Nacional (PAN), fundado pelo latifundiário paulista Mário Rolim Teles, último colocado na primeira eleição presidencial pós-Estado Novo, para dar origem, em junho de 1946, ao Partido Social Progressista (PSP).

A antiga Ação Integralista Brasileira ressurgia, por iniciativa de seu grande mentor, o paulista Plínio Salgado, pelo Partido de Representação Popular (PRP).

Em São Paulo e sob a direção de Antônio Cesarino Júnior, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), nascia, em 09 de julho de 1945, a legenda nacional do Partido Democrata Cristão (PDC).

Integrantes da chamada “Esquerda Democrática”<sup>7</sup>, que mantivera estreita relação com a UDN, antigos socialistas militantes nos anos 1930, intelectuais, estudantes e profissionais liberais se uniram para constituir, em agosto de 1947, um novo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sucessor da agremiação do mesmo nome que participara das eleições de 1934 e 1936.

Indivíduos vinculados ao Ministério do Trabalho e pretendendo concorrer com o PTB na conquista do voto das massas laboradoras fundaram o Partido Trabalhista Nacional (PTN), que não demonstraria a ter entre os seus filiados Hugo Borghi, expulso da legenda petebista.

Os defensores intransigentes do regime parlamentarista criaram o Partido Libertador (PL), que só veio efetivamente a disputar o jogo político em território paulista a partir das eleições de 1950.

Grupos protestantes formaram o Partido Republicano Democrático (PRD), que seria extinto em 1948 para dar lugar ao Partido Trabalhista Democrático.

A disputa das 35 cadeiras cabentes a São Paulo na Assembleia Nacional Constituinte, em 2 de dezembro de 1945, ficou assim definida: 16 cadeiras para o PSD; 7 para a UDN; 6 para o PTB; 4 para o PCB; uma para o PDC; e uma para a primeira sigla adhemarista, o Partido Republicano Progressista.

Já no pleito de 19 de janeiro de 1947, para os 75 lugares da Assembleia Constituinte Paulista, foi apurado o seguinte resultado: 26 lugares para o PSD; 14 para o PTB; 11 para o PCB; 9 para o PSP; 9 para a UDN; 3 para o PR; 2 para o PDC; e um para os integralistas do PRP.

Nessa eleição, os comunistas tiveram um desempenho bastante satisfatório, só superado pelo PSD e pelo PTB, legendas beneficiadas, respectivamente, pelas máquinas governamental e sindical, e ultrapassando o PSP, que, naquela mesma ocasião, elegera, com o apoio do próprio PCB, Adhemar de Barros para governar os destinos do Estado.<sup>8</sup> Entretanto, estava muito próximo o momento em que seriam lançados à ilegalidade.

7. Como agremiação autônoma, a “Esquerda Democrática” tomou parte de um só pleito, para a Constituinte Estadual de 1947, não conseguindo, porém, eleger um representante sequer.

8. Ainda em 19 de janeiro de 1947 ocorreu a votação para o preenchimento de mais cinco cadeiras da bancada federal paulista, ampliada por força da Constituição Federal de 1946. O PCB oficialmente não lançou candidatos, mas teve dois de seus militantes eleitos pelo PSP: Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara. A razão dessas candidaturas pela legenda pessepista não parecia “uma clara tentativa de resguardá-los de uma futura perseguição”, como diz Pomar (2002, p. 88), mas sim exigência de Adhemar, no acordo de apoio eleitoral firmado com os comunistas, para ver aumentada a sua base de sustentação partidária no âmbito federal, segundo informou Moacir Longo, histórico partidário comunista, em entrevista concedida a Luiz Casadei Manchini e ao autor em junho de 2012. E pelo mesmo motivo Cândido Portinari se filiou ao PSP a fim de concorrer, também naquela data, ao Senado Federal.



Comício da Vitória: Adhemar de Barros apoiado pelos comunistas, 1947. Acervo Iconographia

#### 4. A disputa pelo parlamento paulistano e a polêmica participação comunista

Ocorridas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para presidente da República e, pouco mais de um ano depois, para os poderes constituintes estaduais e governadores, restava ainda a realização dos pleitos municipais a fim de coroar plenamente o processo de redemocratização do país.

No estado de São Paulo, a data designada para a escolha de vereadores e prefeitos foi 9 de novembro de 1947.<sup>9</sup> Haveria eleições para as Câmaras dos 305 municípios então existentes e, para o cargo de prefeito, em 292 deles.<sup>10</sup>

A cidade de São Paulo contaria, passados onze anos, com a possibilidade de escolher novamente seus representantes para o Legislativo, dessa feita composto de 45 cadeiras.

9. De acordo com a Constituição Estadual promulgada em 9 de julho de 1947 (art. 2º, “caput”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; a propósito, o § 1º desse artigo estabeleceu a mesma data para a eleição de vice-governador de São Paulo).

10. Além de São Paulo, as seguintes cidades paulistas tinham, à época, os respectivos prefeitos nomeados por ato do governador do Estado, sem, portanto, a escolha advinda do voto popular: Águas da Prata, Amparo, Atibaia, Campos do Jordão, Guarulhos, Ibirá, Lindoia, Santa Bárbara do Rio Pardo (atual Águas de Santa Bárbara), Santos, São José dos Campos, Serra Negra e Socorro.



Manifestação contra o fechamento do PCB em São Paulo, novembro de 1947. Acervo Iconographia

As agremiações partidárias, recém-saídas das eleições estaduais, voltavam a movimentar-se no tabuleiro político que acabara de perder, de forma abrupta, uma de suas mais significativas peças: o PCB.

Após breve período na legalidade e granjeando, em território paulista, resultados promissores nos pleitos federal e estadual, o PCB tivera seu registro nacional cassado, em 7 de maio de 1947, por decisão do colegiado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em apertada votação (3 a 2)<sup>11</sup>, e três dias depois, o Ministério da Justiça já determinava o encerramento de suas atividades.

Forte repressão policial instaurou-se contra os núcleos daquele partido em todo país e no estado de São Paulo não foi diferente, apesar de o governador Adhemar de Barros haver sido eleito com o apoio declarado dos comunistas alguns meses antes.

De novo na clandestinidade e após terem visto frustrar a tentativa de formar o Partido Popular Progressista (PPP), cujo registro acabou sendo negado pelo TSE, e ainda com o risco iminente de perder o grande lastro eleitoral acumulado nas disputas anteriores em solo paulista, os comunistas não vislumbraram outra solução a não ser a de pedir abrigo ao diretório estadual do Partido Social Trabalhista (PST) com o precípuo escopo de concorrer às eleições municipais, sem prejuízo de filiações em outras siglas partidárias com o mesmo propósito.

11. A decisão do TSE foi posteriormente confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O PST resultava, no âmbito nacional, da reorganização do Partido Proletário do Brasil (PPB), nascido em 29 de janeiro de 1946 de uma divergência do PTB. Em 27 de dezembro daquele ano, foi pedido ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo o registro do diretório estadual do PPB e, em 31 de dezembro, era publicada, no *Diário de Justiça*, a aprovação do referido órgão pelo diretório central (nacional) do partido. À luz dessa aprovação, o TRE registrou o PPB estadual e, em 23 de agosto de 1947, recebeu comunicação do TSE segundo a qual o PPB passava a denominar-se PST, sem alteração alguma na respectiva estrutura orgânico-programática.

O diretório paulista do PST aquiesceu à entrada dos militantes comunistas, abrindo-se, por conseguinte, a oportunidade para que os “candidatos de Prestes” (assim chamados em alusão ao líder maior Luís Carlos Prestes, senador à época) tomassem parte nas eleições municipais que se avizinhavam.

Todavia, ante o forte espírito anticomunista reinante naquele tempo (é de lembrar-se que o Brasil se alinhou à política externa americana pós-Segunda Guerra Mundial no combate à ideologia disseminada pela então União Soviética) não passaria despercebido o estratagema utilizado pelos candidatos comunistas e reações logo se notaram, a começar do próprio presidente do diretório nacional do PST, o senador maranhense Vitorino Freire<sup>12</sup>, que protocolou representação perante o TSE a fim de desautorizar a existência dos diretórios (estadual e municipais) da agremiação no estado de São Paulo.

Por outro lado, a Justiça Eleitoral paulista, dando cumprimento às suas atribuições legais, apreciou os pedidos de registro nos trinta e nove municípios nos quais o PST apresentou candidatos, deferindo-os.<sup>13</sup>

Em 6 de novembro de 1947 (portanto, três dias antes das eleições), o TRE paulista foi surpreendido com a comunicação oficial feita pelo TSE no sentido de que os diretórios estadual e municipais do PST não tinham existência legal, sendo, por efeito, inexistentes, acatando-se, dessa forma, a representação do diretório nacional.

À vista dos termos dessa mensagem, a Corte Regional colocou-se diante do seguinte impasse: ou considerava, desde logo, inexistentes os registros dos candidatos, sem chance de substituição por outros, ou entendia que, quanto a tais registros, por não ter havido impugnação ou recurso no prazo legal, estava estabelecida uma situação jurídica definitiva.

O TRE optou por palmilhar o segundo caminho, mantendo os registros e assim permitindo que os candidatos do PST disputassem as eleições nas cidades paulistas onde eles se apresentaram.

Contra essa decisão se arvoraram o PSP, o PDC e, uma vez mais, o diretório nacional do PST, que apresentaram recursos perante o TSE sob o fundamento de que só poderiam concorrer às eleições candidatos por partidos cujos diretórios tivessem sido legitimamente constituídos, o que não era o caso dos diretórios estadual e municipais do PST.

Entretanto, como esse remédio judicial não apresentava efeito suspensivo, a participação dos candidatos do PST estava mantida, ainda que sob pendência de decisão posterior do TSE.

Onze partidos (PST, PSP, UDN, PSD, PTB, PDC, PR, PSB, POT e a coligação PTN-PRD - “Frente Trabalhista Popular”) passaram a lutar pela conquista da simpatia dos 523.932 eleitores inscritos nas seis Zonas Eleitorais então existentes na capital paulista.

A campanha do PST pela conquista do voto dos paulistanos era materialmente modesta, mas firmada na intensa e proverbial militância comunista traduzida em pequenas reuniões políticas em bairros operários, passeatas e distribuição de folhetos por cabos eleitorais voluntários em mesinhas espalhadas pela cidade.

12. Egresso do PSD, Vitorino Freire depois voltaria a aproximar-se dele, obtendo o controle do respectivo diretório maranhense e, por consequência, se desinteressando do PST.

13. Chega-se a esse número de municípios cotejando-se os dados arquivados no TRE de São Paulo com os levantados por Medici (1999, p. 131-132). A título de curiosidade, registre-se que o PST não firmou coligações ou alianças em nenhuma das cidades em que disputou as eleições.



Campanha eleitoral dos comunistas do PST (de Elisa Kauffmann, ilegível na faixa, e de Altair Coelho no muro) na Mooca, 1947. Álbum da família Kauffmann Abramovich

No dia do pleito, compareceram 355.425 eleitores, divididos entre as 1.783 seções de votação instaladas na cidade.

Feita a apuração total da eleição, foram constatados 15.784 votos em branco e 9.443 votos nulos. Deduzidos do número de votos apurados os declarados nulos, verificou-se que os votos válidos (isto é, dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias) e os em branco correspondiam ao número de 345.971 a ser dividido pelo número de cadeiras em disputa (45) a fim de chegar-se ao **quociente eleitoral**,<sup>14</sup> que acabou calculado em 7.688.

14. Os **quocientes eleitoral** e **partidário** são parâmetros legais usados para o preenchimento de cadeiras colocadas em disputa nas eleições proporcionais. O Código Eleitoral vigente à época (Decreto-lei nº 7.586, de 28/05/1945) assim dispunha sobre eles: determinação do **quociente eleitoral** dividindo-se o número de **votos válidos** (incluindo-se aqui os votos em branco e descartando-se os nulos) pelo número de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral (município, no caso da eleição de vereadores; estado, nos pleitos para deputados estaduais e federais); obtenção do **quociente partidário** dividindo-se o número de votos válidos dados ao partido ou coligação (votos nominais e de legenda) pelo **quociente eleitoral** (arts. 45 e 47); e, indicado pelo **quociente partidário** o número de cadeiras destinadas ao partido ou coligação, fazendo-se o respectivo preenchimento pela ordem decrescente de votação nominal (art. 46). Esses conceitos mantêm-se até os dias de hoje, com algumas alterações (por exemplo, no âmbito dos votos válidos não são mais considerados os votos em branco).

Fixado o **quociente eleitoral**, foi determinado o **quociente partidário**, distribuindo-se desta forma as cadeiras: 9 para o PST, com 72.985 votos; 8 para o PSP, com 66.829 votos; 6 para a UDN, com 46.625 votos; 4 para o PSD, com 31.406 votos; 3 para o PTB, com 29.159 votos; 3 para o PDC, com 24.898 votos; 3 para o PR, com 23.761 votos; duas para o PTN-PRD, com 20.192 votos; uma para o PSB, com 13.409 votos.<sup>15</sup>

Depois de aplicados os quocientes eleitoral e partidários, ainda remanesceram 6 lugares, que acabaram atribuídos ao PST, beneficiado que foi pela regra então vigente que destinava integralmente as sobras ao partido que obtivesse a maior votação.<sup>16</sup>

Graças à alta votação e à referida norma eleitoral, o PST conquistou um número de cadeiras proporcionalmente maior que o percentual de votos: com 22% da votação, abocanhou 15 das 45 cadeiras, ou seja, 33% (POMAR, 2002, p. 99).

Foram eleitos os seguintes candidatos do PST: Mario de Souza Sanches (5.804 votos) - a segunda maior votação recebida no pleito-, Orlando Luiz Pioto (4.933 votos), Benedicto Jofre de Oliveira (4.203 votos), Antonio Donoso Vidal (4.198 votos), Adroaldo Barbosa Lima (4.010 votos), Iturbides Bolivar de Almeida Serra (3.505 votos), Armando Pastrelli (3.105 votos), Calil Chade (3.085 votos), Meir Benaim (2.970 votos), Elisa Kauffmann Abramovich (2.940 votos), Raimundo Diamantino de Souza (2.249 votos), Benone Simões (2.197 votos), Luiz João (1.813 votos), Mauro Gattai (1.779 votos) e Carlos Niebel (1.747 votos).

O extraordinário êxito eleitoral dos comunistas repetiu-se em outros municípios: em Santos, o segundo maior eleitorado do estado, e em Sorocaba, o quinto maior eleitorado, o PST ficou em primeiro lugar, obtendo, em cada qual, 14 das 31 cadeiras existentes nas respectivas Câmaras Municipais; e, em Santo André, o quarto maior eleitorado, acabou elegendo para prefeito o então deputado estadual comunista Armando Mazzo e ganhando 13 dos 31 lugares do Legislativo local colocados em disputa.<sup>17</sup>

Mesmo se aguardando o deslinde dos recursos interpostos pelo PSP, pelo PDC e pelo diretório nacional do PST, a Justiça Eleitoral paulista diplomou os eleitos pelo PST nos municípios por onde haviam concorrido.

Em São Paulo, a diplomação dos 45 vereadores eleitos deu-se às quinze horas do dia 26 de novembro de 1947, no Salão do Tribunal do Júri do Palácio da Justiça.

Naqueles dias, a situação política dos comunistas gerava grande tensão na cidade. Mesas foram distribuídas para colher assinaturas em mensagens que seriam encaminhadas ao Congresso Nacional contra o projeto de lei de cassação de mandatos que já estava em trâmite.<sup>18</sup>

Na mesma data da diplomação, quatro dos vereadores eleitos pelo PST chegaram a ser presos por desacato a autoridades policiais que tentavam coibir aquelas ações de coleta de apoio: Mario de Souza Sanches e Antonio Donoso Vidal, que participavam dos trabalhos da mesa montada na Praça do Patriarca, e Calil Chade e Meir Benaim, que atuavam na mesa instalada na Rua Silva Jardim.

Essa ocorrência policial, na qual também se envolveram os deputados estaduais comunistas Roque Trevisan e Lourival Villar, prenunciava a má sorte endereçada aos vereadores eleitos pelo PST.

15. O Partido Orientador Trabalhista (POT), que não lançou candidatos nominais, obteve apenas 923 votos de legenda, não atingindo, portanto, o quociente partidário mínimo.

16. Decreto-lei nº 7.586, de 28/05/1945, art. 48.

17. Em outros municípios paulistas, porém, o desempenho eleitoral do PST foi modesto nos pleitos para os Legislativos: penúltimo lugar em Piracicaba e Taubaté; e último lugar em Araraquara, Guaratinguetá, Itapetininga, Jundiá e São Carlos, só para citar algumas cidades. Segundo informações extraídas de jornais da época, Medici (1999, p. 131-132) aponta que o PST elegeu vereadores em São Vicente (2), Guarujá (2), Garça (1), Botucatu (1), Birigui (1), Bauru (1), Barretos (2) e Americana (1). Em todo o estado de São Paulo, foram 67 os vereadores pissetistas eleitos. O mesmo autor, a propósito, apurou a eleição de 68 vereadores comunistas em diversos municípios paulistas por diferentes siglas partidárias (PSP, PSD, PTB, PTN, PSB e até UDN) e coligações.

18. OTSE embora tivesse cancelado o registro do PCB, não cassou os mandatos do senador Prestes e dos deputados federais e estaduais comunistas (o PSD chegou a requerer isso àquela Corte). A perda dos mandatos comunistas só viria a ocorrer em janeiro de 1948, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei do senador Ivo d'Aquino (PSD de Santa Catarina) nesse sentido (POMAR, 2002, p. 89-90 e 99).



Campanha contra a cassação do PCB no centro de São Paulo, com destaque para Caio Prado Júnior, de terno claro, novembro de 1947. Acervo Iconographia

## 5. O traumático deslinde da situação dos eleitos do PST e o tumultuado dia da posse dos vereadores da primeira legislatura

Designada a data de 1º de janeiro de 1948 para a instalação das Câmaras Municipais, a expectativa pela decisão do TSE que poria termo ao impasse dos mandatos municipais do PST foi se tornando angustiante até que finalmente, às 17:00 horas do dia 31 de dezembro de 1947, o TRE paulista recebeu telegrama do ministro Antonio Carlos Lafayette de Andrada, presidente daquele Tribunal, comunicando o julgamento conjunto, proferido naquela mesma data, dos recursos interpostos pelo PSP, pelo PDC e pelo diretório nacional do PST: por um voto de diferença (4 a 3), foram declarados inexistentes os registros de todos os candidatos do PST no estado de São Paulo.

Para dar efetividade à deliberação tomada pelo TSE, a Corte paulista imediatamente decidiu que os candidatos eleitos pelo PST não poderiam tomar parte na sessão de instalação das Câmaras e muito menos na escolha dos membros das respectivas Mesas Diretoras; e que as Juntas Apuradoras do

interior e a Comissão de Juizes da Capital e de Santos deveriam sem demora proceder aos trabalhos de verificação dos novos quocientes eleitorais e proclamação dos eleitos, desprezados os votos atribuídos aos candidatos do PST, tidos como nulos.

Ficou recomendado ainda que, nos municípios em que não houvesse tempo de serem proclamados, pelas Juntas, os novos resultados, os juizes eleitorais deveriam adiar a instalação das Câmaras para o dia mais próximo possível, mas essa orientação se tornou despicienda, ao menos para São Paulo, pois logo se procedeu ao cálculo do novo quociente eleitoral.

Do total dos 345.971 votos a princípio válidos, foram subtraídos os votos destinados ao PST (72.985), obtendo-se como novo dividendo o número de 272.986, que, dividido por 45, gerou o quociente eleitoral de 6.066.

O PSP passou, então, a ser o partido mais votado daquele pleito, beneficiando-se, por conseguinte, da já aludida regra das sobras eleitorais, após a aplicação dos quocientes eleitoral e partidário. Sua bancada pulou de 8 para 17 vereadores, ficando, portanto, com 9 das 15 cadeiras inicialmente destinadas ao PST. As outras 6 vagas retiradas dos pissetistas foram destinadas a suplentes de cinco partidos e da coligação PTN-PRD, uma cadeira para cada um. Das agremiações que elegeram vereadores, apenas o PR não foi favorecido com a cassação ocorrida.

No dia 1º de janeiro de 1948, foi instalada a Câmara Municipal no andar térreo do edifício da Prefeitura (um dos Palacetes Prates, situado na Rua Líbero Badaró nº 377), composta de 17 vereadores do PSP, 7 da UDN, 5 do PSD, 4 do PTB, 4 do PDC, 3 do PR, 3 da coligação PTN-PRD e 2 do PSB.<sup>19</sup>

Eis a relação dos vereadores empossados (43 naquele dia e dois em data posterior), com os respectivos nomes políticos, seguidos dos nomes civis completos quando necessário. O primeiro rol indica os 30 vereadores que já estavam eleitos e o segundo aponta os suplentes que tomaram posse em decorrência da cassação dos vereadores eleitos pelo PST:

#### **PRIMEIRO ROL**

- Angelo Bortolo – PR – 1.935 votos
- Anis Aidar – PTB – 2.801 votos
- Padre Arnaldo (Arnaldo de Morais Arruda) – PSP – 3.407 votos
- Assumpção Ladeira (Francisco Assumpção Ladeira) – UDN – 2.456 votos
- Camillo Ashcar – UDN – 3.888 votos
- Cantídio Sampaio (Cantídio Nogueira Sampaio) – PSP – 3.145 votos
- Cunha Mattos (Carlos Afrânio da Cunha Mattos) – PSP – 2.482 votos
- Cid Franco – PSB – 3.716 votos
- Décio Grisi – PTB – 1.872 votos
- Derville Allegretti – PR – 2.734 votos
- Dumont Villares (Henrique Dumont Villares) – UDN – 4.666 votos
- Ferreira Keffer (José Ferreira Keffer) – PTN – PRD – 1.193 votos
- Franchini Neto (Miguel Franchini Neto) – PDC – 1.587 votos
- Higino Pellegrini – PSD – 2.687 votos

19. A cerimônia foi presidida pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral, Benedicto Alipio Bastos, e a ela compareceu Paulo Lauro, prefeito de São Paulo nomeado pelo governador Adhemar de Barros, proferindo longo discurso na abertura dos trabalhos.

- Jânio Quadros (Jânio da Silva Quadros) – PDC – 1.707 votos<sup>20</sup>
- João Fairbanks (João Carlos Fairbanks) – PSD – 1.912 votos
- José Cyrillo (José Ferreira Alves Cyrillo) – PSD – 1.619 votos
- José Diniz (José Oliveira Almeida Diniz) – PTB – 3.275 votos
- José Estefno – PSP – 2.288 votos
- José de Moura – PR – 1.961 votos
- Lauro Cruz (Lauro Monteiro da Cruz) – UDN – 2.653 votos
- Lopes Gianini (Guilhermino Lopes Gianini) – PTN – 1.095 votos
- Marcos Mélega – UDN – 2.138 votos
- Marrey Júnior (José Adriano Marrey Júnior) – PSP – 7.254 votos
- Nicolau Tuma – UDN – 2.607 votos
- Ottobrine Costa (Mario Ottobrine Costa) – PSP – 3.141 votos
- Pedro Fanganiello (Pedro Antonio Fanganiello) – PSP – 3.129 votos
- Roberto Pedrosa (Roberto Gomes Pedrosa) – PSD – 2.056 votos
- Teixeira Pinto (Waldemar Teixeira Pinto) – PSP – 3.206 votos
- Valério Giuli – PDC – 2.326 votos

#### SEGUNDO ROL (suplentes que tomaram posse)

- Aloysio Greenhalgh (Aloysio de Menezes Greenhalgh) – PTB – 1.608 votos
- Altimar de Lima (Altimar Ribeiro de Lima) – PSP – 1.603 votos
- André Nunes Júnior – PSP – 2.172 votos (posse depois de 1º/01/1948)
- Antenor Betarello (Antenor Erveu Betarello) – PSB – 1.223 votos
- Brasil Bandecchi (Pedro Brasil Bandecchi) – PSP – 1.850 votos
- Castilho de Barros (Elvenar Castilho de Barros) – PSP – 1.731 votos
- Ermano Marchetti – PSP – 1.720 votos (posse depois de 1º/01/1948)
- Jarbas Tupinambá (Jarbas Tupinambá de Oliveira) – PSD – 1.517 votos
- João Toniolo – PSP – 2.098 votos
- Miguel Russiano – PSP – 2.083 votos
- Pedro Pedreschi – UDN – 1.803 votos
- Roberto Grassi – PTN – PRD – 1.071 votos
- Smith de Vasconcelos (Reynaldo Smith de Vasconcelos) – PSP – 1.476 votos
- Sebastião Gomes Caselli – PSP – 1.575 votos
- Yukishigue Tamura – PDC – 1.436 votos

20. Enfatize-se que Jânio Quadros, que teve a partir da Câmara Municipal paulistana uma meteórica carreira política que o levaria, em pouco mais de treze anos, à Presidência da República, se elegeu vereador independentemente do infortúnio dos comunistas do PST, ao contrário do que importantes trabalhos sobre a sua vida pública asseveram. Assim, o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, monumental obra coletiva sobre a história política do Brasil pós-1930, incorre em erro ao dizer que “Jânio obteve 1704 votos [sic], insuficientes para sua eleição” mas, “com a suspensão do Partido Comunista do Brasil, e a posterior cassação dos mandatos de seus parlamentares, sobriam cadeiras na Câmara Municipal de São Paulo, onde o PCB possuía a maior bancada”, e que ele, como suplente, foi chamado a preencher um desses lugares (v. IV, p. 4819). Cometem os mesmos equívocos (de que Jânio era suplente e de que o PCB participara das eleições de novembro de 1947, quando, na verdade, seu registro já estava cancelado pelo TSE desde maio daquele ano) Chaia (1992, p. 20) e Arnt (2004, p. 55), sendo que este último chega a afirmar que Jânio entrou na política pela “via constrangedora do espólio comunista”. Desde o princípio e, portanto, considerados os 15 lugares do PST, 3 vagas já estavam destinadas ao PDC (Valério Giuli, Jânio e Franchini Neto). Com a redistribuição daquelas cadeiras, coube mais uma aos democratas cristãos, destinada a Yukishigue Tamura, o primeiro nissei a ocupar um assento no parlamento paulistano.



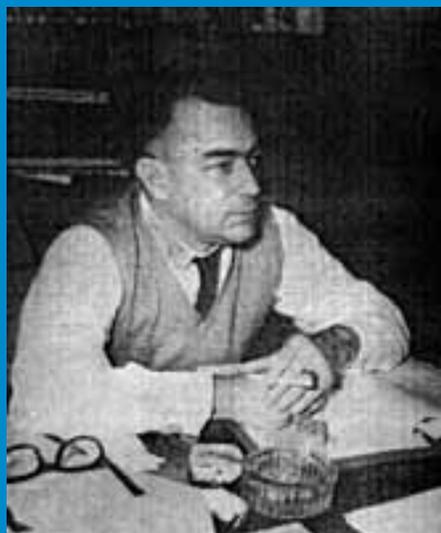
Sessão de posse no Palacete Prates: o vereador Henrique Dumont Villares apresenta seu diploma de eleito ao juiz eleitoral Alípio Benedicto Bastos, 1º de janeiro de 1948. Agência OESP

Dos vereadores que tomaram posse, três já haviam participado da legislatura paulistana de 1936, abortada com o advento do Estado Novo: Marrey Júnior e Smith de Vasconcelos, ambos pelo antigo Partido Republicano Paulista, e o integralista José Cyrillo; e João Fairbanks havia sido deputado estadual constituinte eleito em 1934 pelo Integralismo.

Na mesma ocasião ocorreu a escolha da Mesa Diretora daquele Legislativo, elegendose, como presidente, Marrey Júnior (PSP), que obteve 26 votos contra 17 votos dados a Dumont Villares (UDN), ausentes os vereadores André Nunes Júnior e Ermano Marchetti, ambos do PSP.

A sessão, iniciada às duas e meia da tarde, terminaria em torno das sete da noite, e, enquanto ela transcorria normalmente perante uma assistência bastante numerosa, o ambiente era de tensão na Rua Líbero Badaró, nas cercanias do Palacete Prestes.

Conforme relato do então delegado adjunto do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Paulo Rangel, um protesto foi organizado pelos comunistas contra o destino dos vereadores pessedistas selado pela Justiça Eleitoral um dia antes. Era um aglomerado de aproximadamente cem pessoas, do qual se destacavam o deputado estadual comunista Roque Trevisan e os vereadores eleitos e não empossados do PST Antonio Donoso Vidal, Iturbides Serra, Adroaldo Barbosa Lima e Elisa Kauffmann Abramovich, além de Maria Cartazzi e Leonor Petrarca, suplentes à vereança paulistana pela mesma agremiação.



Adroaldo Barbosa Lima, um dos eleitos e não empossados do PST.  
Acervo da família Barbosa Lima

Os manifestantes gritavam vivas a Luís Carlos Prestes e aos candidatos comunistas eleitos, e palavras contra os governantes e as cassações ocorridas. As pessoas mais exaltadas acabaram sendo detidas pela polícia, entre os quais Adroaldo Barbosa Lima, que seria liberado no dia seguinte.

Um pequeno grupo, incluindo Antonio Donoso Vidal e Iturbides Serra, sob a liderança do deputado Roque Trevisan, tentou entrar no edifício, mas foi impedido. Pouco depois só foi permitida a entrada de Trevisan, que desejava expressar o seu protesto no recinto da sessão. Entretanto, como o salão estava completamente tomado, sequer conseguiu atravessar a porta que lhe dava acesso. O parlamentar resignou-se, então, a pedir que seu colega de Assembleia Legislativa, Alfredo Farah (PDC), presente numa sala contígua, fosse testemunha de sua manifestação, saindo de lá para novamente juntar-se aos seus companheiros ainda reunidos na rua. Não tardou que o agrupamento se dispersasse, uma parte dirigindo-se para o Largo do Café e outra para a Praça do Patriarca.

A triste sina dos vereadores comunistas cassados não deixou de reverberar, de alguma forma, da tribuna parlamentar reinaugurada.

Ainda na sessão de instalação da Câmara Municipal, o jornalista Cid Franco, vereador pelo PSB, aproveitou seu discurso para lembrar o massacre jurídico-eleitoral ocorrido no dia anterior, quebrando o clima de solenidade festiva:

Eu esperava poder dizer, na cerimônia de posse dos vereadores, que ela seria um momento de júbilo, por vermos reintegrada a vida do município no ritmo democrático. E dadas as profundas divergências que nos separam dos comunistas, eu diria também o seguinte: esperamos que esse ritmo não seja perturbado, de hoje em diante, nem por aqueles que fizeram mau uso das liberdades democráticas, nem pela repressão governamental. Mas, vendo fraudada a vontade de mais de setenta mil eleitores, somente neste município, não posso deixar de lamentar a ausência de seus representantes, já devidamente diplomados e que uma decisão judicial de última hora veio eliminar dos trabalhos desta Câmara. O democrático, o decente, o honesto, seria a realização de novas eleições, para que os votos daqueles milhares de cidadãos não viessem beneficiar candidatos que não eram de sua preferência. A continuar assim, a democracia brasileira não passará de um jogo infantil de rapa-tira-deixa-e-põe. Não posso permitir que deixe de constar em ata o sentimento do Partido Socialista Brasileiro, através da minha palavra, pela restrição de direitos de que foram vítimas na véspera da posse, os vereadores eleitos sob a legenda do Partido Social Trabalhista.

A convicção democrática desse vereador socialista demonstrada em seu pronunciamento não se esmoreceria diante do fato de ter sido o seu partido agraciado com mais uma cadeira decorrente do infortúnio do PST. A coerência de Cid Franco sobre a não concordância com a cassação dos mandatos dos comunistas foi tamanha que ele não aceitou em sua bancada o suplente que assumiria, Antenor Betarello.<sup>21</sup>

Na primeira sessão ordinária, ocorrida em 7 de janeiro de 1948, o assunto voltou à tona pelas palavras de indignação do vereador Marcos Mélega, da UDN:

[...] A decisão, no caso dos vereadores do Partido Social Trabalhista, alcançou em cheio, também, os direitos dos que não estavam “sub-judice”, a saber, os eleitores. A Constituição assegura o direito de votar e ser votado. A decisão negou o direito aos que foram votados e, não determinando nova eleição, feriu o direito dos eleitores.

Curioso é observar que o referido parlamentar, a despeito de pertencer a uma agremiação partidária ideologicamente oposta, em termos absolutos, à linha dos vereadores cassados, deixou clara a sua execração quanto à inopinada maneira pela qual foram eles retirados do cenário político.<sup>22</sup>

Por outro lado, não tardou que houvesse reações contrárias à decisão do TRE de São Paulo no que tange à parte que mandou proceder a outra verificação do quociente eleitoral, excluídos os votos atribuídos aos candidatos do PST, dela recorrendo para o TSE o PSD, o PR, o PSB e a UDN, com o propósito de que novas eleições fossem marcadas.

Enquanto tal desejo se mostrava sincero da parte do PSB e da UDN, que publicamente se posicionaram contrários à desconsideração da vontade de milhares de eleitores que haviam sufragado o PST no pleito de 9 de novembro de 1947 (só na cidade de São Paulo, mais de 72.000 cidadãos), o PSD e o PR pareciam mais interessados em abocanhar um maior número de cadeiras, porquanto a solução judicial havida quase nada lhes beneficiara (o PSD recebera apenas uma vaga a mais e o PR nenhuma).

Em abril de 1948, o TSE julgou improvidos todos esses recursos, colocando um ponto final irredutível à polêmica jurídico-eleitoral em que se transformara a disputa municipal envolvendo o malogrado PST.<sup>23</sup>

## 6. Fragmentos de memória sobre fatos e personagens daqueles tempos

Talvez o pleito de 1947 à Câmara Municipal paulistana se torne mais perceptível a um observador hodierno da história contemporânea nacional por ter sido o marco inicial da trajetória política de Jânio Quadros, verdadeiro fenômeno eleitoral que, até 1961, percorreria os cargos de deputado estadual, prefeito da capital, governador de estado, deputado federal (pelo Paraná) e, finalmente, presidente do Brasil.

Algum memorialista mais atento quiçá note, como curiosidade, que daquela eleição participaram Sérgio Millet e Sérgio Buarque de Holanda, intelectuais já bastante afamados à época, e Araken

21. Na quinta sessão ordinária, que se deu em 26 de janeiro de 1948, Cid Franco comunicou ao presidente da Câmara, Marrey Júnior, o desligamento oficial, dos quadros do PSB, de Betarello, que se reelegeria em 1951, já filiado ao Partido Republicano Trabalhista (PRT).

22. De fato, não foi incomum que membros da UDN, firmados num credo liberal-democrata que julgavam inquebrantável, defendessem a participação dos comunistas no jogo democrático, o que levou, por exemplo, parte de sua bancada no Congresso Nacional a votar contra o já referido projeto de lei que extinguiria os mandatos dos parlamentares comunistas federais e estaduais.

23. Houve ainda a tentativa de alguns suplentes do PSP à Câmara paulistana, por meio de mandado de segurança, para que o TSE reconhecesse como brancos, e não nulos, os votos atribuídos ao PST, o que manteria o primeiro cálculo do quociente eleitoral, ampliando-se, por conseguinte, o número de cadeiras destinadas àquele partido (23 em vez das 17 que lhe foram destinadas com o recálculo do apontado quociente). Essa iniciativa, porém, não prosperou.

Patusca, célebre jogador de futebol entre os anos 1920 e 1930, os dois primeiros candidatos pelo PSB e o terceiro pelo PSP, todos os três obtendo modestas votações que lhes conferiram inexpressivas su- plências.

No entanto, o desafortunado fato envolvendo os vereadores eleitos pelo PST acabou acober- tado pela poeira do tempo, permanecendo até séria dúvida se todos eles efetivamente professavam a ideologia comunista.<sup>24</sup>

E, passadas tantas décadas, afloram sedimentos de lembrança de alguns deles.

Elisa Kauffmann Abramovich (08/07/1919 – 04/01/1963) teria sido a primeira mulher a ocupar um assento na Câmara Municipal de São Paulo.<sup>25</sup>

Com grande atuação na área educacional e intensa participação política, dedicou-se também às causas da comunidade israelita no Brasil, como observa Bahia (2010, p.4-5):

Elisa ingressou na Ofidas (Organização Feminina Israelita de Assistência Social), enti- dade que cuidava dos judeus sobreviventes do Holocausto. Receberam judeus egípcios vindos do governo Nasser, judeus de vários países árabes, Argélia, Marrocos, judeus russos. Morreu em 1963, aos 43 anos de idade, deixando um legado vital na constitui- ção da escola Scholem Aleichem que dirigiu entre os anos de 1958 a 1962. Sua forte presença no colégio conferiu ao mesmo as características que marcavam a sua história. Autodidata, sua experiência na militância comunista incitou à necessidade de unir teoria à prática, rompendo com o sistema de educação formal.

A escritora e educadora Fanny Abramovich, em depoimento redigido especialmente para este trabalho, recorda, com emoção, a trajetória profissional e política da mãe:

(...) Minha mãe morreu em 1963, e, até hoje, sua falta é lamentada. Por sua liderança, por sua capacidade de aglutinação de jovens, por sua abertura despreconceituosa às relevâncias adolescentes/profissionais, por sua generosidade no agir.

Minha mãe, Elisa Kauffmann Abramovich, foi sobretudo comunista. Comunista ardoro- sa, inabalável, corajosa. Comunista visceral, reagindo às provocações literárias sobre/ na Guerra Civil Espanhola (como o Vasco do Érico Veríssimo); comunista teatral, re- produzindo gestos/falas da Dolores... – La Passionária, da Olga Benário, com emoção; recitando poemas... Minha mãe sempre quebrou os códigos e clichês esperados...

Com formação escolar de nível médio; florista, confeccionadora de flores de pano para enfeitar lapelas e professora de trabalhos manuais, guiou-se pela curiosidade para com- plementar o faltante. Aprendeu francês, foi trabalhar na Ofidas e ampliou o conceito de orientação profissional.

Na década de 1950, o Partido Comunista a designou para ser a nova diretora do Colégio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem. Ela aceitou a tarefa com entusiasmo. Estudou, se preparou. Ampliou a escola, abriu janelas e portas, inovou, abraçou.

Elisa Kauffmann Abramovich, minha mãe, eleita vereadora com 28 anos (!!!), a candi-

24. O vereador José Cyrillo (PSD) chegou a declarar, na terceira sessão ordinária da Câmara, acontecida em 19 de janeiro de 1948, que dois candidatos cassados não eram comunistas, fato reafirmado por Moacir Longo, na entrevista dada em junho de 2012. E tudo leva a crer, consoante informações extraídas de assentamentos do DOPS, que se tratava de Benone Simões e Adroaldo Barbosa Lima (o caso desse último corroborado por declarações suas prestadas àquele órgão e testemunhos de familiares colhidos por Luiz Casadei Manechini, em julho de 2012, além do deferimento pela Justiça Eleitoral de sua candidatura à vereança paulistana para o pleito de 1955, circunstância na qual se levou em conta a constatação de seu passado político não comunista). No entanto, como a decisão do TSE não comportou distin- ções, todos tiveram o mesmo destino jurídico.

25. Na eleição paulistana de 1947, foi o PST a agremiação que mais ousou no lançamento de candidaturas femininas, com cinco mulheres, seguindo-se o PSB, com três, e o PTB, com duas. A UDN, o PSD e o PDC registraram, cada qual, uma candidata e o PSP, o PR e a coligação PTN-PRD ficaram sem representação feminina naquela disputa. Porém, a primeira mulher a assumir uma cadeira no parlamento de São Paulo foi Anna Lamberg Zéglgio, eleita em 1951 pelo PSP.

data de Prestes (como até alguns anos passados, ainda mostravam pichações feitas em muros do nosso Bom Retiro), ruiva, demonstrando, desde a tonalidade de seus cabelos vermelhos, sua opção ideológica.

Foi uma mulher fantástica!! Ousada, vanguarda de vida, elegante, chique, charmosa, (sem dinheiro), que trabalhou durante sua curta vida em período integral... Inteligente, curiosa, porosa, leitora voraz, abridora de caminhos...!!! Minha irmã Irene e eu temos um baita orgulho de sermos filhas dela!!!



Elisa Kauffmann  
Abramovich,  
com as filhas  
Irene (no colo)  
e Fanny, e o  
esposo Francisco.  
Álbum da família  
Kauffmann  
Abramovich

Armênio Guedes e Moacir Longo, ambos jornalistas e lendários dirigentes comunistas, lembraram, em entrevistas dadas em maio e junho de 2012, respectivamente,<sup>26</sup> alguns dos antigos companheiros que participaram da disputa pela Câmara de São Paulo.

Sobre Orlando Luiz Pioto, terceira maior votação no pleito paulistano de 1947, Armênio Guedes disse:

O Pioto era operário metalúrgico. Como operário era um sujeito politicamente desenvolvido, muito lúcido, com opiniões firmes. Era um excelente organizador do partido [PCB]. Trabalhei com ele em São Paulo no Secretariado do Comitê Estadual, do qual ele era o secretário da Organização. Nós nos víamos toda semana, na casa de um grande amigo nosso, Villanova Artigas, arquiteto conhecido de São Paulo, lá pelos lados de Santo Amaro, onde Artigas tinha uma casa muito maior, na qual morava com a mulher e dois filhos. Ficava, acredito, nas imediações da linha do bonde, entre a Parada Frei Gaspar e a Estação Volta Redonda. Esses encontros ocorreram em 1948, mas conhecia Pioto antes disso.

Também emergiram, de Moacir Longo, fortes lembranças acerca de Pioto:

Era o candidato da minha célula. Foi o candidato para quem arregimentei votos. Era um operário do setor têxtil, um italianão grandão, boa gente, um cara muito legal, batalhador, comandou greve, e muito preparado, embora operário. Foi dirigente municipal do Partido [PCB], depois de fechado, e militou até o golpe de 64. Quando fui transferido do Partido para a formação da Juventude Comunista, aí desgarrei um pouco dele. Depois, voltei para ser o presidente do Comitê Municipal do Partido, e nessa época ele militava meio afastado. E depois do golpe não tive mais notícias dele. Mas era uma pessoa muito interessante.

Calil Chade, outro comunista eleito, foi facilmente recordado por Guedes:

O Calil era um professor primário que conheci muito bem. Oriundo da colônia árabe, como o próprio nome diz, era muito interessado no problema agrário de São Paulo. Um estudioso da reforma agrária em São Paulo, com muitos trabalhos publicados a respeito, sobre a concentração da terra em São Paulo. Ajudou muito na organização dos camponeses, com a fundação de jornais como *Terra Livre*, do qual foi um dos coordenadores da publicação. O trabalho do Partido [PCB] voltado aos camponeses era levado até eles pelos Assistentes do Partido, mediadores entre a direção e a base, pautado pelas políticas do Partido no momento, a discussão em torno das campanhas eleitorais e os nossos candidatos, entre outros temas, além da distribuição do jornal *Hoje*, um diário comunista que durou muitos anos. Era um jornal muito perseguido pela polícia. O Calil escreveu muitos artigos no *Hoje* sobre o problema da terra, sobre as questões agrárias.

Ainda a respeito de Chade, foram estas as palavras de Longo: “Professor, intelectual, escrevia bem, expressava-se muito bem. Aliás, fiz curso com ele na União Soviética. Estavam na nossa turma o Maurício Grabois, o Ivan Ramos Ribeiro, o David Capistrano”.

Moacir Longo trouxe reminiscências de mais alguns vereadores eleitos pelo PST paulistano: Armando Pastrelli era da área sindical; Meir Benain trabalhava na área de contabilidade e militou com Longo na Juventude Comunista; Carlos Niebel, também da área contábil, “companheiro de briga” todo tempo; Elisa Kauffmann, militante na organização partidária da colônia israelita; Mário

26. Depoimentos prestados a Luiz Casadei Manechini, contando com a colaboração, no segundo, do autor.

Gattai, irmão da escritora Zélia Gattai, era proprietário de uma borracharia no bairro de Santo Amaro; Adroaldo Barbosa Lima, um militante classe média, profissional liberal <sup>27</sup> ; e Antonio Donoso Vidal:

Ele comandava a gráfica do jornal do partido, era o gerente da gráfica do jornal *Hoje*, depois *Notícias de Hoje*. Com ele, até a época da ditadura, a gente militou junto. E era um grande companheiro, com uma capacidade muito grande de resistência, porque o jornal sofria uma perseguição permanente. Teve várias invasões, inclusive do Exército. Ficava na Praça Clóvis, depois na Rua da Glória e Silveira Martins, quando fechou.

A campanha eleitoral do PST, em 1947, como outras do mesmo período foram revividas nas palavras de Longo:

A campanha sob a legenda do PST tinha como marca em toda a propaganda, cartazes, panfletos, faixas, pichação de muros, *chapa popular* ou *candidatos de Prestes* para identificá-la como a chapa dos candidatos dos comunistas. A participação da militância do Partido Comunista se deu no mesmo estilo das anteriores. Naquela época, no dia da eleição, os partidos, e os comunistas também, colocavam mesinhas na rua com propaganda do Partido, sobre as quais eram colocadas as várias cédulas para o eleitor escolher os candidatos. Então, o pessoal tinha que montar essas barraquinhas para ter as cédulas dos vários candidatos do majoritário, do proporcional e de diferentes nomes para a escolha do eleitor. Era a tal boca de urna, sem restrições. Então, no dia da eleição, a cidade ficava cheia de mesinhas distribuídas nos vários locais de votação, além da distribuição de porta em porta, nos dias que antecediam o pleito.

Longo frisou que, em São Paulo, o nível dos protestos contra a decisão de anulação dos registros dos candidatos comunistas-pesquetistas foi, de forma geral, tímido, a despeito de algumas manifestações estridentes que se verificaram:

A cassação aconteceu na véspera. Foi a partir daquela eleição que a posse na Câmara de Vereadores passou a ser realizada no dia 1º de janeiro. A reação foi um protesto pacífico. O pessoal se concentrou em frente à Câmara, mesmo já tendo a notícia da cassação. Como mais um ato de protesto, o partido convocou todos os eleitos a comparecerem ao evento, e mais os militantes possíveis, já que a cassação foi na véspera. Protestaram junto aos jornalistas que cobriam o ato, mas não foi além disso.

Para Edson Aparecido Ravena, que ingressara como servidor na Câmara paulistana em 1948, o mundo ocidental, liderado pelos Estados Unidos, naquele período vivia o fantasma do comunismo e, por isso, não foi grande a repercussão, na solenidade, da cassação dos vereadores eleitos:

Havia um divisor de águas. Ou a pessoa se declarava fiel ao governo, às instituições, ou silenciava por medo. Ou seja, só os trabalhadores e os militantes comunistas é que podiam esboçar alguma reação. Mas os trabalhadores, no geral, maioria da população, ante essa posição acachapante da política reinante na ocasião, não se manifestaram. Aceitaram passivamente o episódio, sem reação, por certo temor, e queriam mais cuidar da vida. Do outro lado, uma minoria de militantes comunistas que, caso se manifestasse, seria presa mesmo em plena redemocratização. <sup>28</sup>

27. Jornalista, advogado e educador, Adroaldo Barbosa Lima (24/11/1912 - 08/07/1972), combatente constitucionalista voluntário de 1932, tinha seu reduto eleitoral no bairro paulistano da Lapa, onde exercia intensa atividade profissional.

28. Entrevista a Luiz Casadei Manechini, maio de 2012.

Ao contrário dos protestos pontuais verificados na capital paulista, a cassação do prefeito e dos vereadores comunistas de Santo André fervilhou:

*O Jornal de São Caetano* notificou que Armando Mazzo e os vereadores de Prestes chegaram ao local da posse às 15:00h. Foram recebidos aos gritos pelos presentes. O delegado em serviço, Abelardo Laranjeira, impediu a entrada de Mazzo e vereadores ao recinto da Câmara. O deputado Lourival Costa Villar (PCB-SP) também foi impedido de entrar.

Inopinadamente, irrompeu uma série de entrechoques entre a polícia e elementos comunistas postos do outro lado da rua. Daí por diante era difícil observar inteiramente os acontecimentos, pois sucediam-se as prisões de populares entre os quais Eliezer Strauch, repórter do jornal *Hoje*. Em seguida, os milicianos, com o concurso do carro de bombeiros, evacuaram toda a extensão da rua, empregando jato d'água.

Foi, de fato, uma batalha campal. [...] Na conversa com o delegado Laranjeira, Mazzo e companheiros de chapa argumentaram que estavam ali porque não tinham tomado conhecimento da decisão da Justiça Eleitoral, relatou *O Estado de S. Paulo*. Estabeleceu-se confusão, em que intervieram vários populares, sendo disparados tiros para o ar (MEDICI, 1999, p.94-95).

Entretanto, qualquer que tivesse sido o ambiente verificado naquele fatídico dia 1º de janeiro de 1948 para os candidatos eleitos do PST, fosse ele de protesto quase melancólico, na solenidade paulistana, ou de confronto físico, em Santo André, decerto um profundo sentimento de frustração ficou impregnado no âmago de cada um dos não empossados.

## 7. Conclusão: a redemocratização brasileira sob o espectro da Guerra Fria

O regime democrático iniciado no Brasil com o fim do Estado Novo e repentinamente interrompido pelo advento da ditadura militar teve como maior revés, ao longo de mais de dezessete anos de sua vigência, a proibição draconiana da participação dos comunistas em seus desdobramentos político-eleitorais, a não ser nas eleições de dezembro de 1945 e janeiro de 1947, o que não lhe permitiu alcançar um grau de exercício pleno.

A esquizofrenia anticomunista encontrou estofamento jurídico no próprio texto da Constituição Federal de 1946, que, em seu art. 141, § 13, vedava a organização, o registro ou funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Tal mandamento constitucional foi basilar para colocar o PCB na ilegalidade<sup>29</sup> e, nos anos seguintes, fulminar candidaturas eleitorais daqueles tidos ainda como professantes da ideologia da referida agremiação.<sup>30</sup>

Quanto a isso, desdobramento marcante deu-se nas eleições de 7 de outubro de 1962, quando não poucos candidatos a deputado estadual e a deputado federal tiveram seus registros indeferidos pelo

29. Em março de 1946, Edmundo Barreto Pinto, deputado federal pelo PTB do antigo Distrito Federal, apresentou, no TSE, denúncia no sentido de que o PCB era uma agremiação de natureza internacional comandada pelos soviéticos, insufladora da luta de classes e antidemocrática. Na sindicância instaurada foi apresentado relatório em que se afirmava haverem sido encontrados dois estatutos do partido: o que estava registrado oficialmente e outro intitulado "Projeto de Reforma". O Ministério Público Eleitoral assumiu a titularidade dessa apuração que resultou no cancelamento do registro do PCB.

30. A Lei nº 2.550, de 25/07/1955, em seu art. 58, determinava que fosse negado o registro aos candidatos que, pública ou ostensivamente, fizessem parte, ou fossem adeptos de partido político cujo registro tivesse sido cassado com fundamento no art. 141, § 13, da Constituição Federal de 1946.

TRE de São Paulo com base em relatórios do DOPS que lhes imputavam ações de proselitismo comunista. Ainda assim, puderam concorrer naquele pleito amparados por autorizações judiciais provisórias. Alguns deles chegaram a se eleger, dentre os quais 5 de 12 deputados estaduais pelo PTB, incluindo o cientista Mário Schemberg. Todavia, tornando-se definitiva a decisão indeferitória dos registros de candidatura, todos os sufrágios atribuídos àqueles candidatos se juntaram à massa dos votos declarados nulos e os quocientes eleitoral e partidários foram recalculados, implicando nova distribuição de cadeiras.

Em que pese a dramática situação vivida pelos candidatos comunistas em 1962, as circunstâncias que envolveram o infeliz destino dos comunistas abrigados no PST paulista em 1947 foram ainda mais graves, porquanto o ato de canibalismo político-eleitoral que os atingiu veio a aniquilar totalmente a sigla pissetista nas disputas municipais de que participara naquele ano, anulando bancadas inteiras eleitas e desconsiderando inclementemente a manifestação de vontade de parcelas consideráveis do eleitorado de alguns grandes centros paulistas (só em São Paulo, 20% dos eleitores que compareceram à votação).<sup>31</sup>

Sobre os 15 vereadores eleitos e não empossados do PST paulistano, o dano resultante daquele episódio foi, à exceção de um ou de outro, incomensurável às suas carreiras políticas, que acabaram sepultadas.<sup>32</sup>

Ao contrário, por ironia do imponderável, alguns suplentes que ocuparam seus lugares no Palacete Prates alcançariam futuros promissores.<sup>33</sup>

O panorama político brasileiro da segunda metade dos anos 1940 já estava sob o influxo do roteiro ditado pelo antagonismo instaurado no plano internacional entre capitalistas e comunistas e conhecido como Guerra Fria, proporcionando ao quadro eleitoral paulistano de 1947 um dos mais emblemáticos capítulos daquele enredo.

O Brasil de hoje, como o resto do mundo, não vivencia mais o sectarismo ideológico que permeou o século XX e rememorar acontecimentos como os vividos na primeira eleição ao parlamento paulistano pós-Estado Novo talvez sirva para alertar olhos desavisados, quando não céticos, no que concerne à evolução das instituições democráticas do país, de que já houve dias piores na história contemporânea da conquista do poder público pelo exercício do voto.

## Fontes bibliográficas e documentais consultadas

ABREU, Alzira Alves [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001.

ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros: O Prometeu da Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BAHIA, Joana D'Arc do Valle. **Memória de gênero. A construção de uma ídichkeit imaginária no Brasil**. Disponível em: <[www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277897506\\_ARQUIVO\\_Memoriasdegenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277897506_ARQUIVO_Memoriasdegenero.pdf)>. Acesso em: 23 agosto 2012.

31. À guisa de comparação, o PTB paulista foi, em 1962, a legenda mais prejudicada com a inelegibilidade dos candidatos comunistas, perdendo, com a redistribuição das cadeiras, 2 lugares na Assembleia Legislativa (de 12 para 10) e, coligado com o PSB, 2 lugares na Câmara dos Deputados (de 9 para 7), nada próximo, porém, ao padecimento a que foi submetido o PST estadual em 1947.

32. Uma das exceções foi Adroaldo Barbosa Lima, quinto vereador mais votado do PST, que, no pleito de 1955, obteve a primeira suplência do PTB, vindo a assumir uma cadeira na Câmara de São Paulo por curto espaço de tempo.

33. Por exemplo, André Nunes Júnior se reelegeu vereador em 1951 e 1955, presidindo a Câmara Municipal em três ocasiões (1951, 1952 e 1958), tendo sido candidato a prefeito e a vice-prefeito de São Paulo (1953 e 1957, respectivamente) e eleito deputado estadual no quadriênio 1959-1963; Altimar Ribeiro de Lima também foi reeleito para o Poder Legislativo paulistano em 1951 e 1955 e teve uma cadeira na Assembleia Legislativa por três legislaturas consecutivas, entre 1959 e 1971; e Yukishigue Tamura, já eleito deputado estadual em 1950, concorreu vitoriosamente à Câmara Federal em quatro oportunidades consecutivas (1954, 1958, 1962 e 1966), ainda retornando ao parlamento municipal para cumprir um derradeiro mandato, entre 1977 e 1983.

- BAUIAB, José D'Amico (org.). **Paulistânia eleitoral: ensaios, memórias, imagens**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- CALIMAN, Auro Augusto (coord.). **Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-1998**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Anais de jan. 1948.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lôbo. **Todas as Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1971.
- CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. São Paulo: Humanidades, 1991.
- DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (São Paulo), Prontuários dos candidatos do Partido Social Trabalhista à Câmara Municipal de São Paulo em 1947, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- DIAS, Carlos Alberto Ungaretti (coord.). **Os nikkeis na Assembleia de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- FOLHA DA MANHÃ, edições de nov. 1947 a jan. 1948.
- MEDICI, Ademir. **9 de novembro de 1947: a vitória dos candidatos de Prestes**. Santo André: Fundação de Cultura do Município de Santo André, 1999.
- PASSARELLI, Eliana (coord.). **Justiça Eleitoral – uma retrospectiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- PORTO, Walter Costa e JOBIM, Nelson. **Legislação Eleitoral no Brasil, do século XVI a nossos dias**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- SAMPAIO, Regina. **Adhemar de Barros e o PSP**. São Paulo: Global, 1982.
- SANTOS, Délio Freire dos e RODRIGUES, José Eduardo. **Câmara Municipal de São Paulo: 1560-1998: Quatro séculos de história**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. Atas gerais de apuração de 1945, 1947 (eleições federais, estaduais e municipais) e 1962.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. Boletins Eleitorais n. 10, de 1947, e n. 36, de 1948.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. Paulística Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-sp.gov.br/paulistica>>. Acesso em 10 de agosto 2012.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Acórdãos prolatados no Processo n. 1574 – Distrito Federal e no Recurso n. 659 – São Paulo.



*Porteira do Brás*

Victor Simon/Liz Monteiro

*Adeus, adeus, Porteira do Brás,  
Já vai embora e já vai tarde demais...*

*Adeus, adeus, Porteira do Brás,  
Já vai embora e já vai tarde demais...  
(já vai)*

*Salve a Penha, Água Rasa,  
Tatuapé e Belém,  
Salve a Vila Maria,  
E Quarta Parada também...*

*Em lugar da tal porteira,  
Um viaduto se ergueu,  
Adeus Porteira do Brás,  
Já vai tarde pro museu...  
(já vai)*

**São Paulo em movimento:  
permanências e mudanças através  
do olhar da Câmara Municipal**

*Carla Reis Longhi*

---

**Carla Reis Longhi**

*Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Coordenadora do Projeto de Pesquisa 'História das Legislaturas Contemporâneas da Câmara Municipal de São Paulo, período 1948-1951', desenvolvido pela Escola do Parlamento da CMSP.*

---

---

Observar os Anais da Câmara Municipal de São Paulo pode ser revelador: surpreendemo-nos com aspectos da cidade que considerávamos a muito transformados. O que era São Paulo no início dos anos 1950? Quais suas características, modos de vida, problemas recorrentes e novos problemas? Quais as visões de mundo que norteavam os debates sobre os problemas e suas indicações de soluções? Para ponderar sobre estes aspectos recorreremos a um recorte bastante específico: quais as preocupações que despontavam das falas de nossos vereadores? Nesse sentido, será pelos debates presentes nas sessões da Câmara Municipal, alimentados por trechos das entrevistas apresentadas na introdução, que procuraremos reconstituir algumas imagens sobre esta cidade.

Gostaríamos de indicar que este é um recorte específico pois parte, primeiro, do olhar institucional, já que falamos de representantes do Estado em nível municipal; isto significa que os aspectos tratados e apontados sobre a cidade são os aspectos considerados relevantes por estes sujeitos: os vereadores da cidade de São Paulo. Se, por um lado, este é um recorte específico, que não nos permite reconstituir diferentes falas, não nos permite saber o que seus moradores pensavam e queriam através de suas próprias vozes e como ocupavam e circulavam pela cidade, por outro lado, é um recorte inovador. Inovador por recuperar debates, discursos, indicações e requerimentos da municipalidade que nos levam ora à composição de imagens da cidade, ora à reconstituição de temáticas políticas de preocupação e interesse destes vereadores, apontando para as visões de mundo e ideários circulantes. Os dois aspectos estão interligados, mas os abordaremos em partes.

Assim, ao recuperarmos indicações e requerimentos pontuais, acompanhados ou não de debates e confrontos, adentramos nas especificidades do cotidiano, percebendo os modos de viver e morar deste período; estes homens vão falar de questões que tocam os moradores das diversas regiões da cidade, da falta de água, das ruas esburacadas, do mau cheiro e outras tantas questões que nos ajudam, primeiro, a visualizar a São Paulo da virada dos anos 1950 e, segundo, a refletir sobre os modelos de urbanização próprios daquele contexto, que se articulam com projetos políticos e econômicos nacionais. Esta mesma documentação, através dos debates no plenário da Câmara, possibilita a retomada dos embates políticos, do entendimento de democracia, do impacto da moralidade nos assuntos públicos, entre outros aspectos. Por fim, entendemos que inovamos por recuperarmos uma documentação raramente trabalhada nas pesquisas sobre esta cidade, pois os debates e discursos de nossos vereadores permaneceram esquecidos como fontes que este livro busca recuperar.

Neste projeto trabalhamos com os discursos da legislatura de 1948-51, legislatura esta iniciada após um longo período de fechamento da Câmara. Desde 1937 a cidade de São Paulo não tinha vereança e somente em 1947 foram feitas eleições municipais para a mesma, começando uma nova fase nesta cidade. Com a sua reabertura, notamos que muitas eram as questões que tocavam a cidade e, ao mesmo tempo, havia um sentimento de responsabilidade e importância no plenário da Câmara, expresso nos discursos dos vereadores, em função de sua longa ausência e do papel que a vereança assumia na interlocução com os moradores da cidade.

## Imagens do rural e do urbano moldando a cidade de São Paulo

Começamos com um mosaico da cidade, através da recuperação de alguns temas de debates do plenário da Câmara e registrados nos anais da mesma:

Indicação 492 - Brasil Bandecchi - Para abrir uma passagem no quilometro 17, evitando as boiadas que transitam pelas ruas de Osasco. (1948,vol.2, sessão 18,29/03)

Requerimento N° 59 - José Cyrillo. Tomar providências para proteger a saúde da população de Vila Madalena, no bairro do Alto de Pinheiros, onde existem entre as ruas Harmonia, Jericó, Deise e Purpurina, uma criação de porcos. (1949-vol.I, sessão 125).

A justificativa é a ameaça de uma epidemia de tifo, já tendo aparecido um caso.

Os dois exemplos apontam para a presença de atividades e práticas que em nosso imaginário se adequariam a um tempo muito anterior, próprio da virada do século XX, de uma cidade que ainda passava pelo processo de urbanização. São marcas de um imaginário de um mundo rural, em processo de urbanização: criação de animais ou, como a seguir, a proximidade dos abatedouros, ou ainda, o debate sobre a concessão de áreas de plantio à margem do Tietê:

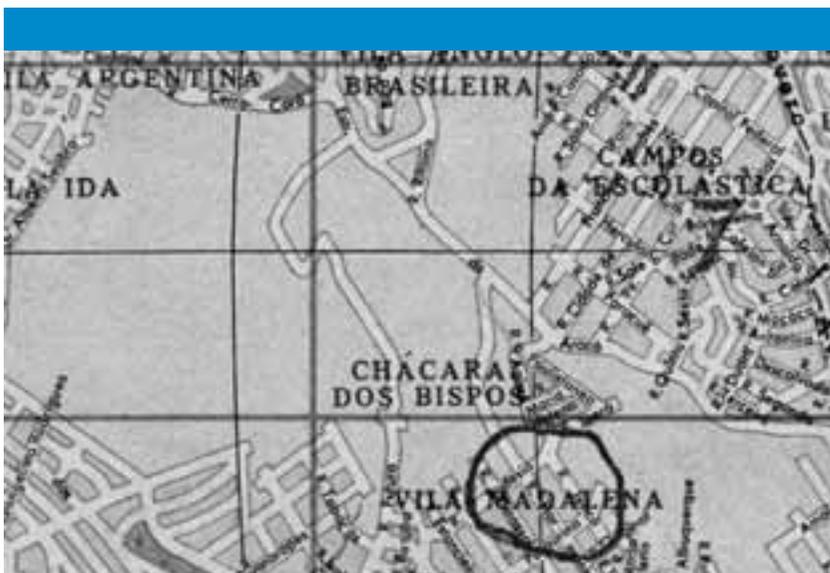
Proj. de Lei n° 11 - Arrendamento das terras marginais ao Tietê para locação a lavradores, inteiramente destinadas à plantação de gêneros alimentícios (1948, vol 1 sessão 6)

Requerimento N° 163 - Nicolau Tuma - Sobre medidas que devam ser tomadas, para melhorar as instalações do Matadouro de Carapicuíba, que está em péssimas condições de higiene e segurança. E a construção de um novo Matadouro. (1948, vol 1, sessão 12)

Neste último caso, o debate dos vereadores indica que 40% de toda a carne distribuída em São Paulo provinha do Matadouro de Carapicuíba, atendendo a 60% de Frigoríficos. Chamam a atenção as péssimas condições de abate, sobrecarga de serviços, caminhões sem refrigeração do Matadouro até o Tendal, desdobradas em discussões recorrentes sobre a venda de carne estragada. Este debate ocorreu em diferentes sessões. Imagens do urbano e do rural. Como coloca Raymond Williams:

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação, tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas. No entanto, as ideias e imagens do campo e da cidade ainda conservam sua força acentuada. (Williams, 2011, p. 471)

Partindo de imagens estáveis, tal como citado por Williams, pensaríamos que a São Paulo dos anos 1950 simbolizava a modernização brasileira e que esta seria incompatível com a presença de bois sobre os trilhos, porcos no meio urbano e matadouros nas portas da cidade. O mapa abaixo destaca o quadrilátero da Vila Madalena em que estava a criação de porcos:



Mapa de São Paulo - 1951. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Podemos observar que ficava às margens de uma grande área descampada, indicada em verde claro, denominada no mapa Chácara dos Bispos. Reza a tradição oral que esta região pertencia a um português que tinha três filhas: Madalena, Beatriz e Ida, que teriam recebido os terrenos por herança e originado as atuais Vilas com os mesmos nomes. Esta região, como muitas outras regiões de São Paulo, se urbanizou a partir do loteamento de chácaras, ainda existentes neste período, como demarcado no mapa. O depoimento de Edson Ravena<sup>1</sup>, confirma este cenário, ao lembrar como chegava na Penha:

Os bairros eram compartimentados... Na época, era uma viagem ir até a Penha. O caminho era Rangel Pestana, Celso Garcia. E se chegava a certo ponto, na altura do Belém, que havia a Chácara do Marengo, quando iam rareando as casas. Era uma chácara grande, com plantação de uvas e que produzia vinho. Depois que passava a Chácara do Marengo, passava-se por baixo do Pontilhão da Central do Brasil, quando começava a subida da Penha de França, surgiam as casas. A Igreja era o único prédio a se destacar no alto...

Vemos, assim, que a criação de bairros às margens da chácara, numa região acidentada, mas cortada por córrego não se mostrava como uma presença anacrônica; ao contrário, a cidade estava recheada de chácaras, entrecortando áreas urbanas, reforçando o que Ravena chama de bairros compartimentados. Assim, apesar de concordarmos com Williams quanto ao fato de que estas imagens estão em elaboração contínua, inclusive em sua inter-relação, é interessante retomarmos as representações de urbano e rural sedimentadas no contexto aqui discutido, dos anos 1950. Paulo Fontes registra: “À diferenciação regional superpunham-se as fortes distinções entre campo (associado fortemente ao Nordeste) e cidade (cujo maior símbolo era a metrópole paulistana)”. E cita Mello e Novais: “Os moradores das cidades vêem-se como ‘gente moderna’, ‘superior’ em contraponto aos homens e mulheres do campo, uma ‘gente atrasada, inferior’” (Fontes, 2008, p.76).

Encontramos, assim, uma São Paulo cruzada por diferentes modos de se viver, uma cidade que era múltipla, alinhavada pelo rural em suas entranhas, modos estes, contudo, marcados por imaginários sobre o urbano e rural o que nos leva a tecer outras ponderações “...que tipos de experiência essas ideias parecem interpretar, e por que certas formas ocorrem e recorrem nesse ou naquele lugar?” (Williams, 2011, p. 472). Como o autor, apontamos tanto para as práticas do lugar, demarcadas por uma vivência do espaço e do tempo, próprios destas atividades, quanto às imagens sobre estas práticas do lugar que tecem e reforçam diferentes visões de mundo.

A maior parte das ruas da cidade era de terra. Tirando o “meião”, a maioria das vias não era pavimentada. Eu morava no Ipiranga e lá faltava calçamento em todas as ruas, havia grandes glebas de terrenos vazios com muito mato. Os bairros eram assim, motivo para a criação dos Comitês Populares e que depois se transformaram nas Associações de Bairro, como ainda existem hoje. Foi uma iniciativa do PCB a criação desses comitês.<sup>2</sup>

1. Edson Aparecido Ravena é advogado e funcionário aposentado da Câmara Municipal. No período legislativo analisado neste livro, era mensageiro. Concedeu entrevista ao jornalista Luiz Casadei, organizador deste livro, em 03/05/2012.

2. Moacir Longo, hoje com 82 anos era, na época, militante do PCB, tornando-se posteriormente vereador. Concedeu esta entrevista ao jornalista Luiz Casadei Manechini em 18/06/2012.

No caso do trecho citado desta entrevista, as experiências da cidade possibilitaram a ocupação de espaços até aquele momento vazios para a prática política e a lembrança do fato orienta o olhar sobre o período. Retomando os Anais da Câmara, vemos que os vereadores não destacam o exotismo destas marcas rurais, que são reforçadas pela memória de nossos depoentes, o que nos leva a crer que eram práticas comuns, afinal, na indicação 492 é solicitada uma intervenção urbana que adequa os dois ambientes: o ambiente urbano com os seus carros, ônibus e bondes e o ambiente rural com o livre trânsito dos animais e fases de criação e consumo. O mesmo ocorre com o requerimento n. 59; a criação é incômoda, não pela sua inadequação ao espaço urbano, mas pelos riscos à saúde que pode acarretar. No último ano desta legislatura, em 1951, encontramos uma indicação que reforça estas continuidades:

Projeto de 545 - Castilho de Barros - devem ser fechados todos os estábulos e cocheiras de gado, situados nas 1ª e 2ª zonas urbanas (90 dias), 3ª zona urbana (de 180 dias a anos se respeitarem as condições do artigo 33 do Ato municipal N° 1083/36 - E pena de multa caso não cumprir de Cr\$ 5000,00, mais 200,00 por dia. (1951, vol. 32, sessão 470)

Apesar da associação das imagens do rural à presença dos nordestinos em São Paulo, conjugando a ideia de migração à permanência de características atrasadas, vemos que estes sujeitos também se surpreenderam com o que encontraram:

Quando Mário da Natividade Valladão chegou a São Miguel Paulista, assustou-se com o que encontrou. Designado pela Igreja Batista para fundar um templo e ser o primeiro pastor daquela comunidade que crescia rapidamente, Mario Valladão e sua família desembarcaram em São Miguel no primeiro dia do ano de 1946. Sua primeira impressão do bairro não foi boa. 'Aquele São Miguel', escreveu em seu breve texto de memórias, 'era um enorme sítio, algumas casas muito velhas e feias, com uma única condução para a cidade: um trem que ia pela manhã e voltava à noite' (Fontes, 2004, p.89).

Assim, compactuamos com Williams quando afirma que estes eram âmbitos muitas vezes mais cruzados e sobrepostos do que o imaginário visava constituir. Estas práticas e imaginários se constituem por diferentes motivações e certamente não poderemos recuperar todas as suas variantes. Primeiramente indicam práticas ainda existentes na cidade, mantidas pelo costume e relacionadas a um imaginário não urbano, como já apontado; indicam, também, práticas próprias do urbano que pela história local vão se constituindo como relacionadas ao passado e não ao moderno. É o caso do exemplo a seguir:

Indicação n° 15 - Habilitação de barqueiros nas balsas da Vila Remédios e Vila Jaguará (1948, vo. 1, sessão 2. Ord).

Referente a Indicação n°15, Roberto Grassi se justifica, a partir do argumento de que não havia barqueiros que trabalhassem no período das 0 às 6 horas e por esse motivo os habitantes locais ficavam isolados da capital nesse período.

A São Paulo de 2012 não vive a experiência do transporte por barcos, não utiliza os seus rios integrando-os à cidade e estas práticas parecem tão longínquas que mais se associam à tradição do que à modernidade. Notamos que estas 'formas de experiências' apontam para a presença de ritmos distintos do tempo das coisas e do tempo dos homens configurando o que Bernard Lepetit indica como práticas em temporalidades plurais "...podemos analisar a historicidade como um processo temporal complexo, no sentido de que o sistema vê seus elementos surgirem de uma pluralidade de tempos descompassados cujas modalidades de combinação geram mudanças a cada instante" (Lepetit, 2001, p. 138). Quando o autor aponta para as múltiplas temporalidades nos indica, por um lado, diferentes modos de sociabilidades relacionados à práticas tradicionais ou modernas, como em todos os exemplos citados; por outro lado, aponta para a materialidade da cidade e os modos

de convivência destas na cidade, que podem conter edificações e organizações urbanas que permaneceram de momentos anteriores e já não se adequam aos ritmos e percursos existentes ou, ao contrário, podem ser reapropriados e resignificados, mantendo em si próprios a memória de um ou vários tempos. Pode, ainda, apagar as marcas visíveis, ficando apenas na memória individual daqueles que viveram o contexto, como narrado por Edson Aparecido Ravena<sup>3</sup>: “Infelizmente, a memória arquitetônica de São Paulo foi destruída. Eu não sei como deixaram o Teatro Municipal em pé. Era bonita, arrumada. E com a verticalização ficou feia. É capaz do novo ciclo de *shoppings centers* deixe a cidade melhor, embora desfigurada mais uma vez”.

Como exemplo do primeiro caso, de edificações que mantêm viva a memória histórica, mas não ganham sentido ou funcionalidade no presente, temos dois casos interessantes: o primeiro é uma das poucas referências à discussão sobre o Patrimônio Histórico e a importância da manutenção de sua memória. O vereador Sebastião Gomes Caselli ressalta a importância dos monumentos:

(...) Como veem, qualquer pessoa que nos visite com espírito de observação, notará desde logo essa desarmonia, caso tenha conhecimento dos personagens ou dos acontecimentos históricos que o bronze perpetua. [O resumo indica que esses monumentos muitas vezes eram colocados em locais diferentes dos destinados de origem, segundo o mesmo vereador] (1950, vol 25, sessão 352).

A discussão sobre o patrimônio histórico e sua capacidade de perpetuação de uma memória significativa é uma discussão complexa, que não se mostrará como eixo primordial desta legislatura e, logo, deste contexto, que destacará outras problemáticas; mas apresentamos a Indicação, pois tal qual nos mostra Lepetit, a existência do monumento, edificação ou estruturas urbanas pode se manter presa à época de sua construção, reforçando continuamente uma memória ainda viva na lembrança das pessoas, pode ganhar novos significados, tão fortes quanto os significados originais, construindo novas referências ou ainda não constituir sentido algum, tornando-se um grande peso para homens de outra época. O fato do vereador se preocupar com o local onde os monumentos são colocados, gerando o que ele denomina de uma desarmonia, demonstra a fragilidade da memória mantida pelo mesmo, tornando-se um monumento frágil. O segundo exemplo também trata de uma construção, as porteiros do Brás, mantidas pelos prefeitos ao longo de décadas, mas inadequada ao ritmo moderno que a cidade queria ter, gerando muita insatisfação, pois reforça uma memória negativa, a do atraso urbano.

Indicação 701 - André Nunes - Entrar em entendimento com o diretor da estrada de ferro Santo-Jundiá p/ funcionar para pedestres as passagens, abertas aos lados da porteira do Brás, na Av. Rangel Pestana (1948, vol 1, sessão 24).

As passagens já estavam prontas e niveladas, só faltava abrir. E colocar guardas nas passagens das 7 horas da manhã às 13h, e das 13 as 19h nos dias da semana, sendo que aos sábados e domingos, esse prazo deve ser dilatado porque ali é o ponto de passeio da população do Brás.

Indicação N° 45 - Derville Allegretti e José de Moura. Necessidade de entrar em entendimento com a direção da estrada de Ferro São Paulo Jundiá, no sentido de evitar que sejam feitas manobras de trens no trecho dos leitos da rua Mooca e Visconde de Parnaíba. E executar reparos onde se localizam as porteiros da Estrada de Ferro, da Avenida Rangel Pestana, Rua da Mooca e Rua Visconde de Parnaíba.

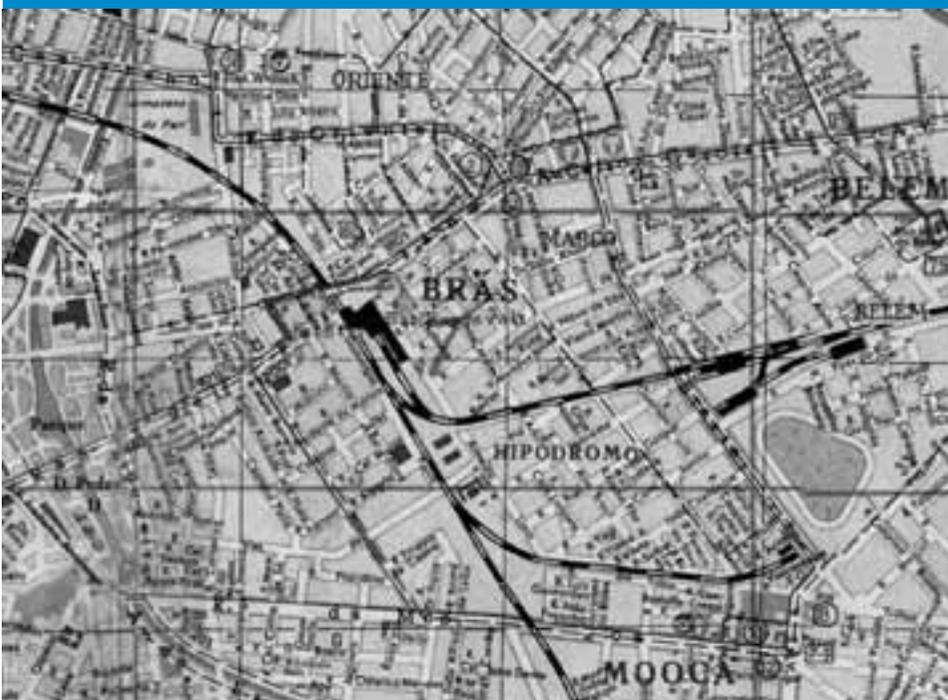
(1949, vol 1, sessão 123).

3. Idem, *Ibidem*



Porteira do Brás,  
1950. Foto: Blog  
Ponto de Ônibus

A foto confirma o incômodo apresentado na Indicação 701, mostrando pedestres e veículos à espera da abertura da porteira. Pelo debate nas sessões vemos que todo cidadão que transitasse por uma dessas três vias públicas era obrigado a sujeitar-se a uma longa espera onde se localizavam as porteiras que permaneciam fechadas por mais de vinte minutos. Neste caso, a permanência de estruturas anteriores causava incômodo, espera e insatisfações que chegaram à Câmara, através das Indicações e Requerimentos; são estruturas que resistiram ao tempo e, por mais de 100 anos, as porteiras do Brás desafiaram a paciência dos paulistanos, mais precisamente 102 anos, funcionando de 1865 a 1967 (Nunes, 2001, p. 153). Elas foram implantadas, segundo os anais da Câmara, “para impedir qualquer desastre de trem” nos trilhos da Central do Brasil, que cruzavam o bairro, na Celso Garcia, na altura do Largo da Concórdia. Observemos o recorte do mapa abaixo; ele apresenta o local em que estavam estas porteiras, entre a Rangel Pestana e a rua da Mooca:



Mapa de São  
Paulo, 1951-  
destaque. Arquivo  
Público do Estado  
de São Paulo

Dividiam a cidade, o centro da zona leste. Parava tudo na Avenida na Celso Garcia e na Rangel Pestana, as duas principais vias de ligação centro-bairro e vice-versa. Uma lei municipal datada de 17 de abril de 1914, nº 1.755, autorizou a Prefeitura a contratar engenheiros para formação de comissão com a finalidade de estudar e selecionar projetos para resolver o problema que dizia tão de perto aos interesses do povo. Foi então encarregado o engenheiro Arthur Krug. O problema persistiu, embora a Prefeitura tenha oficiado em várias oportunidades à São Paulo Railway Co, Ltd, salientando os prejuízos para o trânsito de bondes e pedestres do bairro do Brás (Torres, 1981, p.190)

Na apresentação do Relatório de 1916, ao expor os resultados do trabalho realizado pela comissão nomeada, o prefeito Washington Luís diz que a solução para o problema das Porteiras do Brás é inviável, pois a passagem de linhas férreas subterrâneas acarretaria custo elevadíssimo das obras, em razão da proximidade do lençol de água e da qualidade do terreno. Por eliminação, a solução seria via elevada e passagem acima do nível, segundo o prefeito, desde que as empresas interessadas ajudassem na execução das obras. Afirma na ocasião que, de todas as passagens existentes na região, a que mais provoca transtornos é a da Avenida Celso Garcia, de grande movimento, quase permanentemente interrompida várias horas do dia pelas porteiras da Inglesa:

Estas porteiras conservam-se fechadas a maior parte das vezes e a maior parte do tempo, não para passagem de trens, mas para manobras de trens vazios, para formação de comboios, colocação de vagões, nessa via pública da cidade. Penso que a solução do caso só pode ser dada pelo governo federal (Torres, 1981, p. 190).

O problema perdurará por mais meio século, embora atenuado com a construção do Viaduto do Gasômetro, unindo a Rua do Gasômetro ao largo da Concórdia, inaugurado em 27 de dezembro de 1949. Mas, efetivamente, o trânsito melhoraria somente em 1968, com a inauguração do Viaduto Alberto Marino, construído em menos de oito meses sobre os trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, solenidade que teve a presença do prefeito Faria Lima, com missa rezada no topo do viaduto, assistida por aproximadamente 20 mil pessoas. Uma justa homenagem ao maestro Alberto Marino, professor de violino, compositor de várias músicas, entre elas “Rapaziada do Brás”. Ao som dessa valsa, com execução da Banda da Força Pública e interpretação do Coral do Instituto de Educação Padre Anchieta, as Porteiras do Brás foram aposentadas depois de um século atrapalhando a vida dos paulistanos. Nossa epígrafe é uma marchinha de carnaval sobre o tema.



Porteira do Brás.  
Foto: site Saudade de Sampa

Como discutido, estas temporalidades florescem de costumes, de estruturas já existentes, impositivas e consideradas ultrapassadas, de contingências vindas das dificuldades de modernização em várias áreas. É interessante observar a condição de infraestrutura da cidade neste momento; encontramos bom número de registros solicitando atenção quanto ao uso de água de poço na área urbana:

Indicação Nº 167 - José Cyrillo. Necessidade de tomar providências no sentido de verificar a natureza de gases estranhos que se evaporam quando da abertura de poços nos terrenos situados na Vila Santa Isabel, Alto de Santana, bairro de Mandaqui. (1949, vol 1, sessão 127)

(resumo) Esses gases, quando não impossibilitam a abertura dos poços, únicos abastecedores de águas naquela zona da Capital, contaminam a água nos poços uma vez abertos. Indicação n. 387-49- Antenor Betarello. Indico ao Sr. Prefeito Municipal de São Paulo a necessidade de entrar em entendimentos com a Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas, a fim de que a Vila Anastácio, no bairro da Lapa, seja servida de água potável. Justificativa - o Sr. João Luiz Bispo, morador à rua Conselheiro Ribas, necessitando de água potável para beber, teve que atravessar a Vila Anastácio e ir buscá-la no Alto da Lapa, em casa de um amigo que é servido de água encanada. É um fato que depõe **contra os foros de civilização de nossa Capital**. Os poços abertos em Vila Anastácia só apresentam água de má qualidade, água que não serve para misteres culinários, nem tão pouco para os misteres domésticos... (1949, vol. 2, indicação 387)

Vários são os aspectos suscitados nestes documentos. Imediatamente vemos a permanência do uso da água de poço em vários bairros, de diferentes regiões da cidade, indicando uma condição comum e não atípica. O caso é interessante, pois demarca com clareza, primeiro, as permanências; depois, os ritmos e práticas definidas pela materialidade da cidade: o tempo gasto para se adquirir água e para realizar tarefas domésticas impunha um modo de vida, sujeitando estes homens às contingências da natureza: a água podia faltar se não houvesse chuvas; a bomba podia não funcionar, se falhasse a energia. Eram demandas simples que afetavam drasticamente o cotidiano das pessoas, como no caso a seguir:

Indicação n. 386-49- Antenor Betarello- Os moradores da rua do Porto, no Itaim, estavam condenados a não poderem se servir do chuveiro elétrico, do fogão elétrico, da geladeira elétrica e da bomba elétrica para mover o motor do poço de água, por falta de voltagem elétrica necessária. Após duas indicações de minha autoria, dignou-se a Light and Power aumentar a voltagem naquela rua, beneficiando assim aqueles moradores... (1949, vol 2, sessão 14 de março).

As pessoas precisavam ter bombas para encher as caixas e eletricidade para fazê-lo, além de correrem o risco de contaminação, risco este intensificado pelo uso de fossas, como apontado ‘...a necessidade urgente de serem notificados os proprietários dos prédios da Vila Lafermina, no subdistrito da Penha de França, a fim de ser proibido terminantemente que os detritos das fossas continuem sendo despejados nas ruas daquela vila...’ (1949, vol 2, sessão de 14 de março). Estes ritmos e estrutura urbana indicam permanências do rural, que não foram trazidas pela experiência migrante, o que não impede que fossem mantidas ou reforçadas por ele. O que nos interessa, contudo, é frisar que práticas e imaginários são modificados ou intensificados por projetos políticos e, aqui, apontamos para o modelo de urbanização adotado pela cidade.



Vale do Anhangabaú em 1950, com destaque para o Palacete Prates, ao centro inferior da foto. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Sebastião de Assis Ferreira)

## A cidade cindida: industrialização e urbanização construindo as diferenças

Devemos lembrar que os anos 1950 são demarcados por novo boom de industrialização na cidade, acarretando novo processo migratório e conseqüentemente novos modelos de ocupação da cidade. Ponderemos sobre estes aspectos. Os exemplos citados sobre o uso de poços, então falta de água encanada, falta de rede de esgotos, de estrutura elétrica, que compõem aspectos da infraestrutura de uma região aparecem reincidentemente em regiões marginais aos bairros centrais, estes representados pelo triângulo central, composto pelas Ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro, desdobrado no novo centro, atingindo as Ruas Barão de Itapetininga e Marconi; este eixo se intensifica com a construção do novo Viaduto do Chá, finalizado em 1938, provocando uma migração de lojas e serviços para esta região.

Acompanhando o Mappin rumo ao centro novo, um comércio sofisticado ali se instala: Casa Los Angeles, Joalheria Bento Loeb, Leiteria Americana, Confeitaria Vienense, cines Metro, República, Odeon, Royal, superaram progressivamente os antigos estabelecimentos do centro Velho em declínio. (Saes, 2004, p. 254)

A foto acima, retratando a região citada, em nada nos lembra as imagens do rural destacadas anteriormente; aqui vemos uma São Paulo urbanizada, elegante, com jardins e praças, rememorada por Maria Barbosa Lima<sup>4</sup>:

4. Maria Barbosa Lima era jovem na época, trabalhava como taquígrafa na Prefeitura de São Paulo, localizada no mesmo prédio em que ficava a Câmara Municipal- Edifício Prates. A entrevista foi concedida a Luiz Casadei Manechini, em 17/08/2012.

São Paulo era uma maravilha, andávamos pelo centro despreocupados, tínhamos nossos pontos de encontro na Rua Barão de Itapetininga, Rua Marconi, na Livraria Francisco Alves, no Largo São Francisco. Era uma beleza. O que era bom em São Paulo é que a gente andava e encontrava os amigos, estava sempre encontrando os amigos. Era diferente, as pessoas se conheciam.

Ainda nos limites da região central, temos regiões residenciais importantes, como a região da Paulista, Campos Elíseos e Bairro de Higienópolis e cercanias configurando a ideia de regiões centrais urbanizadas, o que significa condições de infraestrutura. Encontramos Indicações e Requerimentos sobre estas regiões, visando melhorias dos serviços já existentes, como indicado nos exemplos:

Indicação 709 - Ottobri Costa - Para que encaminhe a CMTC a sugestão de mudar o trajeto, ao invés de virar à esquerda na rua Consolação, cruzará esta via para tomar a esquerda da av. Angélica, pois é menos intenso, alcançando seu itinerário, na Av. Rebouças, continuando o atual itinerário na volta para cidade. (explicação) Pois o cruzamento da Av. Paulista e R. Consolação se acha por demais congestionado, perturbando assim o trânsito; considerando que os ônibus Pinheiros concorrem sobremodo para este congestionamento devido o atual itinerário. (1948, vol 2, sessão 24)

Indicação Nº 377 - Ângelo Bôrtolo - Sobre pavimentação da av. Anhangabaú e construção de ponte sobre E.F.S.J. Descongestionar o trânsito da rua Brigadeiro Tobias e Florêncio de Abreu. (1948, vol 2, sessão 14, 15 março)

Projeto de Lei Nº 93 - Jânio Quadros. Pede a construção de uma passagem para pedestres sobre a faixa central de trânsito no Vale do Anhangabaú, à altura do túnel da Avenida São João. Com a construção do túnel, tornou-se complicada a travessia. Vários desastres já ocorreram no local, ocasionando mortes. (1951, vol 5, sessão 370)

Assim, as questões aqui colocadas são de outra ordem e podemos notar um destaque para o problema do trânsito. O centro concentra as principais atividades comerciais, inclusive aquelas relacionadas ao entretenimento, aumentando o fluxo de pessoas e gerando problemas relacionados à circulação urbana, como bem demarcado nas Indicações e Projeto de lei apontados. Além disto, enquanto percebemos a existência de chácaras e áreas com pouca densidade urbana ao redor da cidade, vemos um centro que se verticaliza, com o destaque da foto abaixo, aumentando a concentração de moradores em suas fronteiras. Percebemos a proposição de verticalização em outros pontos da cidade, mas aparecem como pontos isolados, apresentando outra ordem de problemas, como podemos observar no Requerimento “Nº 56 - Derville Allegretti. Requer examinar as condições técnicas de prédios construídos em diversas ruas, no sub-distrito de Tucuruvi, pelo estrangeiro João Hidalgo”. (1949, vol 1, sessão 125, 19 de jan) O documento demonstra que este estrangeiro, João Hidalgo, já vinha sendo apontado em Indicações anteriores por outros vereadores, sempre envolvido em casos de desabamentos e acidentes com prédios, em certas ocasiões, resultando até em morte. Assim, ao pensarmos sobre o tema da verticalização, neste momento, vemos sua concentração na região central, pois “dos 28 mais altos prédios registrados em 1926, vinte situavam-se no Triângulo e imediações” (Somekh, 1997), fato este que somado a uma estrutura viária com ruas estreitas e muitos bondes de trilhos, causava lentidão e conseqüentemente trânsito, aspecto bastante destacado na documentação.

Além deste aspecto, encontramos documentos que solicitavam melhorias: “Indicação 420 -Para a prefeitura se entender com a D.S.T, no sentido de fazer pintar de branco, com tinta fosforescente se possível, as guias das ilhas da Av. São João”.(1948, vol 2, sessão 15); conservação da estrutura existente e proposições para solucionar o problema central: a capacidade de circulação dos transportes, tanto de pessoas quanto de mercadorias.



Centro da cidade, 1950. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Sebastião de Assis Ferreira)

Em contraposição, vemos que as regiões tradicionalmente operárias, como a região do Brás, Mooca e em menor proporção, a região da Lapa, bem como as regiões norte e sul, apresentavam todos os problemas básicos de infraestrutura. Estes eram discutidos no âmbito da vereança através do discurso contínuo da modernidade, como destacado em **negrito** em citação anterior e em muitos discursos da vereança **“contra os foros de civilização de nossa Capital”**. A ideia de modernização alinha-se às imagens de urbano e rural discutidas no início do texto. Podemos perceber na fala do vereador Arnaldo Portilho, ao solicitar infraestrutura à região da Penha, na extensão da estrada de Cangaíba, esta associação: “Entretanto, nos dá a impressão de que não é mesmo um bairro da Capital, mas sim uma vila longínqua, destas que encontramos aquém milhares de quilô-

metros do Estado de São Paulo” ao que é complementado pelo vereador Cantídio Sampaio “Parece a Idade Média” (1949, vol 2, indicação 377). Assim, se São Paulo é o ícone da modernização, precisa lidar com as carências de sua cidade e os temas mais constantes no plenário da Câmara referem-se aos diferentes aspectos que viabilizam esta infraestrutura: iluminação, calçamento/ pavimentação, construção de pontes, estrutura de água e esgoto, transporte, moradia e extensão do espaço urbano da cidade. Nestes anos debatia-se o calçamento de ruas e avenidas em diferentes regiões da cidade que, se fôssemos listar, nos surpreenderíamos com a sua proporção, indicando carências comuns a muitos bairros, bem como carências em relação à própria estrutura administrativa para possibilitar estas transformações. Vejamos o depoimento de Edson Ravena<sup>5</sup>, sobre este aspecto:

Faltava tudo na cidade. Era uma época de construção da cidade a pleno vapor, inclusive da legislação urbana..... A disciplina predominante do poder público ocorria por meio de portarias. Aos poucos, foi se formando a disciplina viária da cidade, por exemplo, a obrigatoriedade do cano de escapamento dos ônibus serem içados, não na altura do chão. Surgiram leis que regularam atividades de lazer como lotação de espetáculos de cinemas, de teatros. A cidade era compartimentada, havia o centro e os bairros com vida circunscrita. Para se ir ao centro, quem estava na zona sul, no bairro de Santo Amaro, por exemplo, não contava com ligação direta pela Avenida 9 de Julho, pois não existiam os túneis que hoje passam por baixo da Paulista. Era preciso contornar pela Vila Mariana, indo pela Liberdade, para chegar ao miolo da cidade. O Viaduto 9 de Julho foi inaugurado semi-acabado por volta de 1950. Para ir para Santo Amaro, pegava-se o bonde que descia pelos lados do Instituto Biológico e pegava o retão que, depois, transformaram aquilo num avenidão em que ninguém anda, um crime que fizeram. Ali tinha que ter sido construído o Metrô, a céu aberto, se não me engano havia um projeto do Prestes Maia nesse sentido.

Assim a urbanização e modernização requeriam obras diversas, desde calçamento em todas as regiões da cidade, em avenidas variadas como a Cruzeiro do Sul ou a Rua Água Fria na Zona Norte, as vias Sta. Efigênia, Av. Tiradentes e Av. do Estado. Também não estavam isentas da necessidade de asfalto as Avenidas 9 de Julho e Rebouças. Isto porque apenas 20% dos logradouros públicos eram pavimentados até 1947 (Kowarick, 1994). O mesmo ocorria ao se considerar os problemas de iluminação, com apenas 34,8% de iluminação pública, água e esgoto, sendo que apenas 36,4 residências tinham água encanada, além de transportes e construção de moradias, daí a imagem recorrente dos entrevistados sobre as ruas de terra e dificuldades de circular por São Paulo. Apesar de problemas em áreas centrais, ou, como apontado por Ravena, sobre a dificuldade de circulação entre os bairros que se organizavam de forma compartimentada, os próprios vereadores apontam para grandes discrepâncias entre as diferentes regiões, com profundas desigualdades ao se considerar as regiões periféricas e, neste momento, aproveitavam para demarcar posições políticas:

**O Sr. Ermano Marchetti** – O ‘grande’ prefeito Prestes Maia, é o responsável pela situação desses bairros, pois deles se esqueceu. Não podemos exaltar a obra do ‘grande’ prefeito Prestes Maia, pois permitiu que vegetem favelas e porões infectos, sem ar, sem luz, sem água, sem esgoto e sem nada, em todos os bairros.... duas cidades deixou o S. Exa. o ‘grande’ prefeito que se construísem: uma de privilégios, outra de párias; uma ostentando riquezas, outra exibindo miséria. (1949, vol 2, Indicação 377).

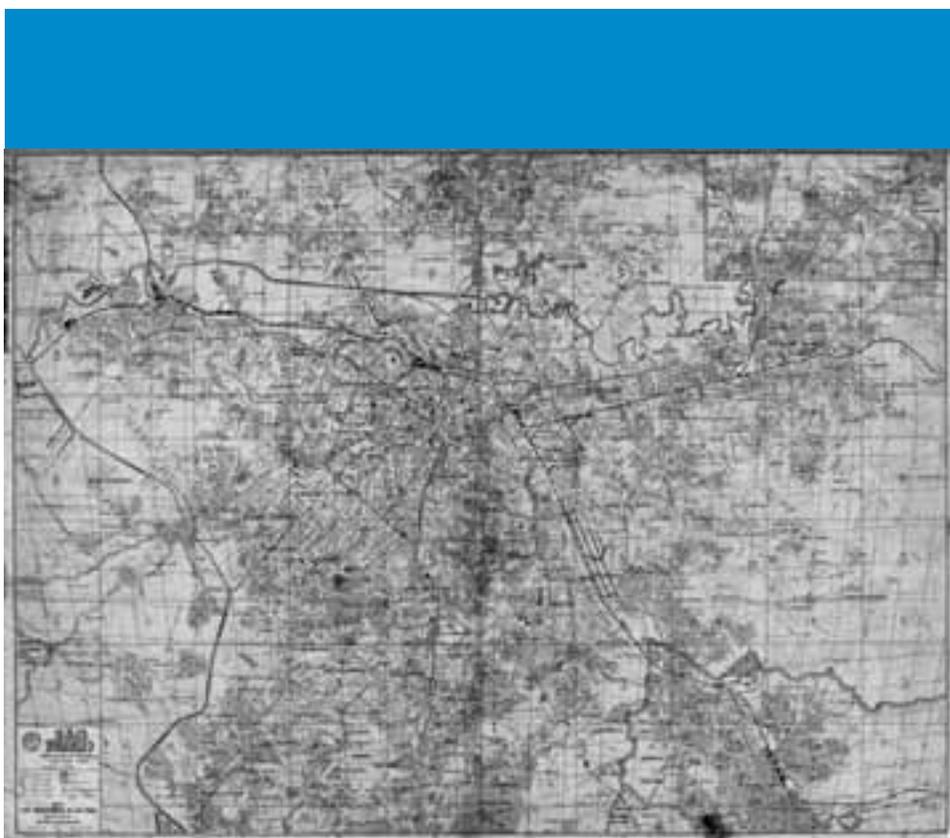
Os anos 1950 foram de nova etapa de urbanização em função do novo processo de industrialização; além das indústrias tradicionais (têxtil, calçados, alimentos etc.), novos ramos são desenvolvidos, necessitando de uma mão de obra crescente e contínua. Roberto Righi, citado por Saes (Saes, 2004) indica que em 1940, o número de estabelecimentos industriais era de 4876 passando para 7539 em 1950,

5. Idem, *Ibidem*.

significando um aumento de 60% em dez anos; neste percurso o número de operários cresceu 70%, alimentado por grande fluxo migratório. Industrialização e Modernização associavam-se, pois o desenvolvimentismo seria o eixo dos anos de 1950/1960, tanto na municipalidade, quanto em nível nacional, basta lembrarmos que Juscelino Kubitschek governará entre 1956-1960, com o lema dos 50 anos em 5. Este processo reforçava o discurso da modernização, sempre presente nas referências da cidade. Esta crescia de modo desigual, tanto em relação aos investimentos públicos e opções políticas, como já apontado, quanto pela ocupação desigual de seus territórios e ritmos de ocupação, intermediados por grandes áreas verdes. O mapa abaixo, de 1951, é explícito em indicar a rarefação urbana na margem esquerda do rio Tietê e principalmente do rio Pinheiros. Notamos a preocupação com a construção de pontes, ao longo destes trajetos, para facilitar a comunicação e transportes entre estas regiões. Dentre elas destacamos as indicações e requerimentos dos vereadores em relação às pontes: Casa Verde; ponte entre São Caetano e Vila Alpina; construção de uma ponte sobre o Tietê ligando o bairro Vila Remédios à Vila Leopoldina; solicitação de término da ponte construída sobre o córrego da Mooca na Vila Prudente; construção de ponte definitiva ligando Vila Alpina a São Caetano sobre o rio que separa a Av. Giacagliani da Av. Municipal em São Caetano, entre outras. Já vimos anteriormente que a água encanada não chegava aos limites do rio na Zona Oeste e tampouco à Zona Norte, na outra margem do mesmo. Carapicuíba, que locava o matadouro, era considerada região fora da cidade e se chegava à mesma por diferentes estradas. Ou como coloca Ravena:

Os bairros eram compartimentados, só não eram pequenas cidades porque não tinham subsistência própria, não tinha recursos próprios. O morador tinha de vir ao centro, às vezes até para comprar remédio. Eram núcleos que tinham um contorno bem delineado e contavam, a maioria, com o mínimo de serviços: a padaria, a mercearia, a farmácia, entre outros pequenos serviços comerciais.

Se o lema prioritário era a modernização, em contexto de industrialização, devemos ponderar sobre as políticas públicas em relação à habitação contempladas nestes projetos de urbanização, em função da grande entrada de migrantes: “De fato, a expansão de São Miguel e da região leste como um



Mapa de São Paulo - 1951.  
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

todo foi impressionante. Ente 1950-60, São Miguel Paulista (incluindo Ermelino Matarazzo, que se tornou um distrito autônomo em 1959) teve uma média anual de incremento populacional de 13,4%...” (Fontes, 2004, p. 97). Segundo dados de Torres, a população dos sub-distritos da Zona Norte cresceu desproporcionalmente “ Santana passou de 55.081 em 1940 para 90.198 em 1950, Tucuruvi passou de 33.761 para 88.729, neste caso dobrando a população do bairro, ocorrendo o mesmo processo em outros bairros desta região, como Casa Verde, Vila Maria e Nossa Senhora do Ó...” (Torres, 1970, p.111), lembrando-nos a autora da especificidade desta região, com grande incidência de estrangeiros

Os problemas de habitação em São Paulo eram antigos e estruturais e os trabalhadores urbanos desde o começo do século XX sempre enfrentaram altos custos com moradia, morando normalmente de aluguel. Segundo Kowarick e Clara Ant, em 1893 já existiam 60 cortiços em Santa Efigênia (Kowarick, 1994, p. 76). A diferença daquele contexto é que havia maior adensamento urbano, pois as pessoas estavam concentradas em áreas mais centrais, misturando o mundo do trabalho e da família e estabelecendo limites próximos entre bairros operários e da elite paulistana. Santa Efigênia, por exemplo, estava a cerca de 300 metros dos Campos Elíseos, região de moradia da elite paulistana. Os anos 1940 trarão uma nova proposição de urbanização pautada pela separação entre moradia e trabalho, intensificando nos anos 1950 a metropolização através da periferação da cidade. Esta se tornou possível por que São Paulo é uma ‘cidade de fronteiras abertas’ (Rolnik, 1994, p. 95), como visto em mapa anterior, expandindo-se em todas as suas margens. Neste processo, notamos que alguns vereadores incentivam a realocação de cortiços e favelas de regiões centrais para novos territórios, com o intuito de desafogar a ocupação do centro “Indicação - Higino Pellegrini - De se pôr termo às favelas em plena cidade, como a que está se formando na Avenida do Estado (1948, vol. 6, sessão 68, 25/08)”. Para tanto, contudo, dependia da transformação dos transportes públicos. Ou seja, falar de urbanização nos obriga ponderar sobre as formas de loteamentos e as possibilidades de acesso:

O discurso das camadas dirigentes em fornecer uma habitação ‘unifamiliar’, ‘digna’, ‘higiênica’ e ‘confortável’ para as classes pobres, esbarrava no preço da terra e dos aluguéis nas áreas já ocupadas e no empecilho de distanciar o operário da fábrica. Isto porque o transporte coletivo na época, o bonde, se contrapunha a um padrão periférico de habitação, pois sua viabilidade econômica dependia de um trajeto que passasse por áreas de ponderável adensamento populacional. Investimentos públicos que alterassem o padrão de transporte de massa mostrava-se, na época, inviáveis e a concessionária deste serviço público, a Light and Power, jamais se interessou em estender as linhas que se mostrassem pouco rentosas. O transporte da época reforçava, por conseguinte, uma modalidade de crescimento mais concentrada, que a cidade adotou desde o início da industrialização, desestimulando uma forma mais dispersa de estruturação urbana (KOWARICK, 1994, p. 78).

Segundo Flavio Saes, o governo municipal formou uma comissão de estudos para viabilizar o transporte público, fundando a CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) em 1947. “A CMTC absorveu o acervo da Light (bondes e instalações) e também o de empresas particulares de ônibus. Assim, o governo municipal passou praticamente a ter o controle total dos transportes coletivos na Capital” (Saes, 2004, p.252). A partir disto segue uma remodelação dos transportes públicos, substituindo gradativamente os bondes pelos ônibus. Estes se mostravam bem menos custosos, pois não necessitavam de rede de trilhos, dependendo exclusivamente da aquisição do ônibus; além disto, ele era muito mais flexível para a circulação na cidade. O debate sobre os transportes coletivos será recorrente na Câmara Municipal, demarcado pela memória do quebra-quebra de 1947, aqui narrado pelo depoimento de Moacir Longo:

Era um caos, coisa inacreditável. E qual foi a solução para começar a resolver os problemas? Antes dessa eleição houve um quebra-quebra geral em razão do aumento das pas-

sagens de bondes e ônibus, quando foi municipalizado o transporte coletivo da cidade e criada a CMTC. Começou no Largo São Francisco, a estudantada cercou um bonde, quebrou e tocou fogo, como um rastilho de pólvora o protesto se espalhou pela cidade inteira. Se não me engano foi no mês de junho/julho de 1947. A Prefeitura assumiu o transporte coletivo da cidade, mas não tinha recurso para atender a demanda, por isso acabou liberando proprietários de caminhão a fazer transporte de passageiro. Então era pau-de-arara pra todo lado fazendo o transporte de passageiro. É bom lembrar que o Estado ainda dava as cartas no município e que a primeira eleição de prefeito após a autonomia plena às capitais, pelo voto direto, só aconteceu em 1953, com a eleição de Jânio Quadros.

Pelos depoimentos vemos a profunda insatisfação popular, também demarcada na fala do migrante Mario da Natividade já citado (Fontes, 2004) com a lembrança de um único trem, num único horário para ligar São Miguel Paulista ao centro de São Paulo, e por outro lado, notamos a pressão pela atuação da Prefeitura na organização e controle desta demanda, com a formação da CMTC. Desde 1948, contudo, primeiro ano da legislatura, os problemas já apareceram; de modo geral, os vereadores questionam decisões do prefeito quanto aos seguintes aspectos: o primeiro é o de efetivar concessões a empresas particulares, em trajetos específicos, por exemplo na região oeste, compreendendo as Vilas Ipojuca, Leopoldina, Anastácio, entre outras. Estas empresas, neste mesmo ano, praticaram aumento no valor das passagens, o que causou grande polêmica em plenário. Assim, ao mesmo tempo em que aumentam as passagens, não estendem o itinerário a regiões consideradas pouco lucrativas, forçando os moradores a terem que fazer longos trajetos à pé entre sua casa e seu trabalho. O segundo aspecto refere-se aos serviços oferecidos pela CMTC que vinham propiciando condenação e indenizações, o que gerava questionamento quanto à sua eficiência:

Não falemos das deficiências no serviço de transportes coletivos em São Paulo. Elas são por demais conhecidas. Os caminhões em que a população viaja como carga de boi, enquanto os cavalos de corrida viajam de avião, aí estão para provar a precariedade do nosso infeliz sistema de transportes (1948, vol I, requerimento n. 168).

Os vereadores destacam problemas vinculados exclusivamente ao âmbito da empresa, solicitando melhorias do serviço em geral e ampliação da estrutura do transporte, através da obrigatoriedade de integração entre diferentes transportes, prioritariamente os trens e ônibus. Alguns problemas, contudo, extrapolam o âmbito da empresa e resvalam, novamente, na infraestrutura urbana, pois apontam para o fato de que alguns ônibus não têm condições de efetuar seus trajetos em função da falta de calçamento das vias públicas, voltando a um debate recorrente sobre a problemática urbana. Como já apontado, moradia e transportes são dois aspectos da mesma moeda- modelo de expansão urbana:

Os loteadores, por sua vez, levando em conta esta aspiração popular, traçaram uma estratégia capaz de proporcionar-lhes um sobrelucro estupendo, ao comercializar lotes tipicamente rurais para desempenharem funções estritamente urbanas. Ademais, continuam adotando- agora em larga escala- a tradicional e conhecida pratica especulativa de lotear áreas pioneiras, deixando terrenos ou glebas ociosas dentro dela e entre ela e a mancha urbana já ocupada. Assim, lotes situados em zonas pioneiras podiam ser vendidas em prestações compatíveis com os salários dos trabalhadores, induzindo neste processo à valorização das glebas remanescentes na área, que posteriormente seriam vendidas por um preço significativamente mais alto (Kowarick, 1994, p. 150).

Esta citação provoca algumas questões: a primeira, discutida ao longo do texto, sobre o sentido de todo o debate da vereança sobre questões de infraestrutura. Ao mesmo tempo em que os vereadores apontavam continuamente os descasos em relação às condições de infraestrutura dos diferentes bairros,

denunciando através das Indicações e pressionando através dos Requerimentos e Projetos de Lei, não vemos um debate de fundo sobre a concepção de urbanização proposta e posta em prática, pois não se discute um corpo de políticas públicas para a urbanização. Como o mencionado autor indica, neste modelo de urbanização alguns setores lucravam continuamente e crescentemente: setores imobiliários, que loteavam sem estrutura e recebiam aval legal para isto e valorizavam áreas ainda desocupadas, que pudemos constatar nos mapas apresentados. Sobre estes aspectos, os debates da vereança se dirigiam ao poder público na cobrança da realização das obras necessárias. Em nenhum momento se discutiu uma legislação impeditiva deste tipo de loteamento, deste modelo de crescimento; encontramos uma colocação do vereador José de Moura, em comentário ao “Projeto de Lei N° 33 - José de Moura - Revisão da nomenclatura das ruas da capital” dizendo “O crescimento rápido e espantoso de SP gerou essa confusão. A falta de fiscalização rigorosa da Prefeitura no tangente ao loteamento dos terrenos, permitiu que proprietários dessem rédeas soltas aos seus caprichos...”. (1948, vol 2, sessão 13) O foco deste debate não é exatamente atingir o modelo de loteamento, mas tentar conter os excessos, que desorganizam a cidade. Isto por que os vereadores apontam para limites estruturais, na atuação do poder executivo, como observado no debate abaixo indicado, sobre a condição dos cortiços:

**O Sr. Derville Alegretti** – Não é possível a extirpação imediata desse mal, em virtude da crise, cada vez maior de moradias populares. A população desta capital cresceu enormemente, nestes últimos anos, e o número de novas construções não obedeceu a uma fração ponderável deste crescimento. É evidente que a solução satisfatória será, no caso, a construção de apreciável número de habitações. Mas é uma solução dispendiosa; ...Urge, conseqüentemente, que esta Câmara, na defesa dos interesses dos munícipes, agora que já estão constituídas suas Comissões Permanentes, volte suas vistas para os humildes, para estas famílias que povoam os cortiços, a fim de que lhes seja, pelo menos, atenuado o mal, através de um plano que executado venha garantir um padrão mínimo de conforto e de higiene, em suas míseras habitações. (1948, vol 2, Requerimento n. 197)

Lucravam as empresas de ônibus, o que reporta às empresas privadas e à própria Prefeitura, que lucrava através do serviço oferecido e também ao se eximir de seu papel quanto às políticas públicas. Neste caso, vimos contínuos debates na Câmara questionando o aumento das tarifas de bondes e ônibus, bem como a extensão a empresas privadas do controle do transporte coletivo; lucrava a elite paulistana que efetivava seu projeto de higienização, atualizado no modelo de periferização da cidade ou, em outras palavras, garantindo uma segregação sócio-territorial (Rolnik, 1994), retirando grandes contingentes populacionais das áreas centrais das cidades, áreas estas que se expandem na mesma proporção que as áreas marginais. Nestas áreas centrais, percebemos altos aluguéis cobrados, inclusive por agentes públicos, como no caso abaixo:

Indico ao Sr prefeito mandar verificar o que se passa na “Favela do Bom Retiro”, onde os humildes moradores são constantemente ameaçados de despejo por um empreiteiro da Prefeitura, de nome Guido Padovani, que ocupa terrenos municipais e destes se serve, construindo cubículos e cobrando alugueis (1949, vol 2, indicação n. 438).

Acompanhados do modelo de loteamento proposto com a aquiescência do poder público, que se desonerava de suas próprias funções, provocou o crescimento do número de favelas a partir da segunda metade dos anos 1940, num processo desordenado de crescimento urbano, acompanhado da intensificação de um modelo de transporte público ineficiente.

Se considerarmos a incidência de temas tratados na Câmara Municipal ao longo de toda a legislatura, constataremos que a discussão sobre as questões diretamente relacionadas à urbanização, relacionadas ao saneamento básico, à infraestrutura de pavimentação e iluminação, crescimento dos bairros e transportes estiveram presentes em todas as sessões, com bom número de Indicações

e Requerimentos, sempre demarcados pelo entendimento que a modernização era necessária e simbolizava a própria cidade. Estes poderiam apresentar a referência direta ao tema, em Indicações sobre locais que necessitavam de iluminação pública, rede de água e esgoto, pavimentação, linhas de bondes e ônibus ou através dos desdobramentos políticos suscitados, posições partidárias, críticas ao poder executivo, na cobrança de esclarecimentos às ações dos prefeitos, como indicado aqui e discutido no capítulo 3 deste livro.

## A cidade cindida e o projeto civilizatório

O crescimento populacional ocorrido em função de grande fluxo migratório, apesar de necessário, gerava muitos temores e tensões: “A presença de nordestinos na cidade toma ares de uma verdadeira e assustadora invasão dos mais desconhecidos indivíduos... *personas non gratas* que vem tentar sabotar o trabalho construtivo, decente e elevado dos bandeirantes” (Fontes, 2004, p. 73). Como destaca o autor, os nordestinos eram vistos como miseráveis, sem noções de higiene e cultura. Constitui-se um imaginário de um êxodo rural desorganizado, intempestivo, efetivado por grupos de nordestinos ignorantes: “depauperado, doente, cheios de filhos atacados por verminose” (Fontes, p. 73). Aos poucos começa um debate que passa pelos diferentes âmbitos do poder público, contendo como premissa o papel educativo e preparatório de um processo civilizatório que deveria ser desenvolvido; vimos que a lógica de periferação, por um lado, evitava contatos contínuos entre as classes, mas a distância trabalho – moradia, por outro lado, criada com este modelo de urbanização, levava a uma circulação destes sujeitos pelos diferentes espaços da cidade, gerando a necessidade de se discutir um projeto de civilização. Vemos, na Câmara Municipal, a intensificação da discussão sobre as funções do Estado na formação e qualidade de vida de seus moradores, abordando questões relacionadas à saúde e à educação e cultura.

No que tange à saúde vemos a busca de um ordenamento do tema através dos debates sobre a criação de uma estrutura pública de atendimento às carências elementares, através de Indicações e Requerimentos sobre a criação de uma Secretaria de Saúde, um serviço de pronto-socorro, criação do serviço de ambulâncias ligado ao serviço de Rádio Patrulha, estabelecimento do serviço de ônibus funerário para o transporte gratuito de cadáveres, para pessoas reconhecidamente pobres, elementos estes que apontam para a reflexão sobre o papel do poder público num contexto de crescimento populacional, acompanhado de profundas carências sociais, tudo frente ao discurso da modernização; além disto, encontramos temas que abordam aspectos econômicos como o repasse de verbas à hospitais e centros de caridade ou o entendimento com a direção do Hospital das Clínicas, a fim de estudar as dificuldades em que se encontrava, buscando garantir o auxílio de que necessitava, para evitar o seu fechamento. Este caso suscita grande desdobramento, pois o Hospital das Clínicas é a referência pública para os moradores da cidade e para os municípios vizinhos; a ele falta dinheiro, reduzindo seu crédito com fornecedores e gerando a falta de remédios, instrumentos e acessórios, como o debate em plenário comentando a falta de gaze. Os vereadores demonstram repúdio frente o desinteresse público com a saúde de sua população, sem condições de utilização de hospitais privados. Tanto nas temáticas relacionadas à saúde quanto nas temáticas relacionadas à educação e cultura, notamos um eixo comum, na preocupação com as dificuldades da população carente, recebendo grande destaque a condição da criança. O debate abaixo é interessante e propõe a discussão sobre o menor abandonado:

**O Sr. Camillo Ashcar** – Em matéria de proteção à infância, pouco ou quase nada tem feito a Prefeitura. De quando em vez, alguns parques infantis são inaugurados... e entregues ao uso da petizada... No município existe apenas o Instituto Modelo de Menores que cuida, em parte, da proteção da infância paulistana, mas que se encontra

superlotado; para ele as crianças são enviadas pelo Juízo de Menores, menos para a obra reconstrutiva de seu caráter, de sua educação, que de outro qualquer fim....Cuidar da criança é preservar o homem de amanhã, a geração futura, a esperança da Raça, o porvir da Pátria...e perguntamos ao espírito dos estudiosos: Não vedes que estamos aprendendo na pior escola da corrupção, assimilando os elementos deletérios que um dia nos desviarão do caminho do bem e nos transformarão em elementos nocivos à vida social? (1948, vol. 2, projeto de Lei n. 96).

O discurso de Camillo Ashcar, que é bastante longo e se desdobra em comentários de aprovação de outros vereadores, aponta para aspectos presentes nos debates sobre a cultura e a condição da criança. Parte do lugar da saúde e da educação e formação cultural. Este é um tema recorrente nos projetos políticos republicanos: desde a Proclamação da República os diferentes projetos políticos, de tendências liberais, positivistas ou anarquistas, sempre destacaram a importância da educação para o engrandecimento da Nação, o que nos faz ver que discurso e prática são dois aspectos distintos. No contexto da Proclamação da República havia uma profunda preocupação com a definição da condição de cidadania, vinculada à ideia do sujeito votante, o que os levava a ponderar sobre a necessidade de alfabetização, tornando-se este o eixo do debate sobre a formação cultural; cada projeto trazia sua própria perspectiva sobre o tema, como vemos no caso dos anarquistas, cujo objetivo prioritário não era a preocupação com a Nação, pois não valorizavam este conceito e sim a conscientização político-pessoal. Nos anos 1950 vemos uma ampliação do debate sobre a educação, extrapolando a discussão sobre a alfabetização e ponderando sobre as condições do menor, projeto este vinculado à preocupação com o desenvolvimento nacional: **‘cuidar da criança é o porvir da Pátria’**.

Assim, os anos 1940/50 preservarão o forte destaque do valor da Nação, apesar de pensá-la a partir de novas perspectivas, não mais raciais, como no contexto da Proclamação da República, ponderando sobre as raças que compõe a nação e sua viabilidade de engrandecimento; nem apenas culturais, no sentido de identificar o que era genuinamente nacional, como foi próprio dos anos 1920/30, mas sim, considerando-a no modo como pode garantir o seu desenvolvimento. Aqui, a disseminação da nocividade social poderá destruir a Nação, logo é necessário o envolvimento do Estado no desenvolvimento de políticas públicas para o menor, para garantir o desenvolvimento nacional. Dois aspectos se conjugam neste momento, o primeiro é a ideia de desenvolvimento que, como já discutido, será o viés norteador dos anos 1950, aqui pensado em sua implementação nos âmbitos da saúde e educação e o segundo é o entendimento de que o desenvolvimento só será garantido com o controle social e sobre este aspecto falaremos depois. Assim, para ponderarmos sobre a preocupação com o desenvolvimento nacional, destacamos o discurso acima do vereador Ashcar, que ocorreu no contexto de apresentação do projeto de Lei n. 96 que aprovava a criação de ‘uma biblioteca infantil em cada um dos seguintes subdistritos ou localidades: Santana, Brás, Lapa, Butantã, Ipiranga, Tatuapé, Casa Verde, Santo Amaro, Baquirivu, Itaquera.’ E no parágrafo 1º indica que, “além da secção de livros cada Biblioteca poderá conter outras secções destinadas a complementação da cultura infantil”, apontando para a necessidade de criação de ambientes de desenvolvimento cultural.

Na sessão 67, de agosto de 1950, o vereador Brasil Bandecchi, em seu discurso, reafirma a perspectiva colocada: “Não há muito, tive a oportunidade de ler uma frase bastante significativa: ‘Hoje em dia a tendência de todos os países é a de considerar o caso dos menores uma questão nacional’ ”. Nos anos 1940/50 e fundamentalmente no pós-guerra, as diferentes nações buscaram avaliar sua autonomia nos diferentes campos: precisaram mapear sua capacidade produtiva e quanto a isto vemos que este será o contexto de fomento à industrialização, com investimento em setores de produção de base; avaliaram sua formação moral e cultural, sua capacidade de garantir condições de vida aos seus cidadãos. Nesse sentido, o foco na formação do menor aparecerá em diferentes sessões, com diferentes aspectos abordados. A correlação industrialização-condição do menor é clara no trecho abaixo:

**O Sr. Valério Giuli** – Srs Vereadores: todos nós sabemos que São Paulo é um grande centro industrial, um grande centro de trabalho, e para a grandeza deste centro de trabalho todos nós contribuimos e de modo especial, também, dada a dificuldade do custo de vida as próprias mulheres que se vêem obrigadas, infelizmente, a abandonar o lar a fim de seguir, com seus maridos, para a conquista do ganha pão diário. E as consequências deste trabalho do casal, nós as estamos colhendo com bastante tristeza em nosso meio social: são as crianças que, obrigatoriamente, devem ser confiadas a qualquer pessoa que cuide delas, na ausência dos pais... (1950, vol 17, sessão 321)

A formação da criança passa a ser uma preocupação social, com a constatação da responsabilidade estatal em função das precárias condições familiares. Em muitos casos vemos Indicações sobre a construção de Grupos Escolares em regiões distintas da cidade ou o debate de questão polêmica sobre maus tratos aos menores no Instituto Modelo Feminino de Menores, debate este suscitado em função do suicídio cometido por uma jovem no Instituto. Este Instituto foi motivo de visita oficial, feita pelo vereador Roberto Grassi, que trouxe o assunto para debate no plenário; nesta visita, constatou as péssimas condições encontradas, tanto em seus aspectos materiais, quanto em relação às práticas da Instituição, que, por um lado, misturava menores abandonados, delinquentes e doentes no mesmo ambiente, pondo em risco a segurança de todos e, por outro lado, usava métodos violentos para o controle dos menores. Este foi um tema recorrente.

Na sessão 5 de 1948, anterior ao debate sobre o Instituto, foi discutido o Projeto de Lei criando a Secretaria da Assistência Social. Neste debate articulam-se os aspectos discutidos, mostrando a correlação entre políticas educacionais – assistenciais com a necessidade de controle social, tomando o tema segurança:

**O Sr. Roberto Grassi** – Tomemos por empréstimo, aqui, a palavra autorizada e douta de Alvarenga Netto, ao comentar o art. 1º. Do Código de Menores ‘O menor delinquente e a vadiagem do menor, são assuntos correlatos. Tão intimamente ligados se encontram, que se poderá dizer sem exagero, nem temor de erro, que a criminalidade do menor é noventa por cento consequência de seu estado de vadio, por sua vez resultante do seu abandono’... Nesta Capital, repetimos, onde o progresso caminha a passos de ciclopes, onde se rasgam largas avenidas e se levantam viadutos, onde se ergue majestosa catedral e se edificam outras obras, que estão custando milhares e milhares senão milhões de cruzeiros à população, não se concebe que se dê aos delinquentes adultos um tratamento e aos menores infratores outro, muito pior... Temos que dar proteção e assistência aos desvalidos, ao trabalhador, às famílias de prole numerosa, temos que lutar contra os venenos sociais e contra a propagação de moléstias transmissíveis; reprimir a mendicância, bem como prestar socorro e cuidados relativos à Saúde e à Assistência Pública.... (1948, vol. 1, sessão 5).

O conceito de vadiagem foi desenvolvido ao longo da virada do século XIX para o XX e desde seu princípio esteve associado à ociosidade, mas diferentemente do contexto agora narrado, naquele momento, ao vadio faltava virtude, constituindo-se um vício quase intrínseco ao próprio sujeito, logo de responsabilidade do próprio indivíduo, que precisava ser controlado, pois a vadiagem sendo vício, apresentava um risco/perigo, tornando o vadio um criminoso. No discurso acima destacado, a vadiagem está relacionada diretamente à criminalidade, trazendo risco social e, ao mesmo tempo, está relacionada ao abandono sofrido na infância. Isto aponta para dois aspectos: a vadiagem não é vício, é formação e, assim, o Estado passa a ter uma importante responsabilidade nesta formação. Neste mesmo discurso há uma profunda crítica à política econômica que disponibiliza milhões ao desenvolvimento urbano e não oferece estrutura para o desenvolvimento do menor: “É a acusação pública e aberta da incapacidade dos poderes públicos para solucionarem os problemas sociais” (1948, vol 1, sessão 5), para

evitar o caminho da delinquência. Vemos que a temática é complexa, pois os vereadores identificam os problemas relacionados ao menor abandonado e as dificuldades das famílias carentes, apontam para a responsabilidade dos poderes públicos, mas, ao mesmo tempo, atestam os limites e deficiências dos mesmos. O assunto é complexo mas não polêmico, pois há uma concordância geral, independentemente de diferenças partidárias.

Neste debate encontramos também, na fala de diferentes vereadores, uma profunda preocupação moral articulada à formação educacional e espírito nacional: “Já a Câmara tem, com o brilho que lhe é peculiar, tratado da assistência necessária à infância. Já se discutiu nesta Casa que menores há que vivem no caminho do vício quer na prática de jogos proibidos, quer frequentando lugares de nenhuma forma recomendáveis” (1948, vol 6, sessão 67). Este aspecto se desdobra em indicações defendidas pelo vereador Jânio Quadros, na solicitação de punições a atos considerados imorais, bem como na censura de conteúdos de jornais, revistas e filmes:

...casas de divertimentos públicos, especialmente, cinema e para as feiras-livres, nas quais as senhoras estão sujeitas às provocações imorais de desclassificados...mulher alguma pode dirigir-se às barracas e bancas, sem que deva ouvir dos inevitáveis cretinos, dos débeis mentais que a ausência de autoridade encorajou, ditos soezes, convites indecentes ou cumprimentos de imoralidade pegajosa (1949, vol 2, indicação n. 402).

O leitor pode constatar que as temáticas aqui discutidas não se mostraram muito conflituosas no interior da sessão plenária e realmente pudemos observar uma concordância amistosa quanto à identificação de problemas urbanos e proposição de encaminhamentos e soluções. Isto não quer dizer que não houve embate parlamentar. Sobre estes propusemos dois outros capítulos do livro: o capítulo 4, que apresenta as tensões entre vereança e poder executivo, na figura do prefeito, tensões estas intensificadas com o fato de ser o prefeito indicado e não eleito, diminuindo em muitos momentos sua legitimidade e aumentando as insatisfações e confrontos; o capítulo 3, que apresenta os temas mais polêmicos discutidos na Câmara. Assim, escolhemos como objeto de reflexão para este capítulo a discussão sobre a cidade, buscando apresentá-la de modo multifacetado e buscando recuperar os seus diferentes sujeitos representados pela vereança. Na sessão de 29 de dezembro de 1951, último ano e penúltimo dia desta legislatura, os senhores vereadores apresentaram um balanço da mesma e é com ela que gostaríamos de encerrar. Neste momento o Presidente da Câmara era o vereador André Nunes Júnior que abriu a Sessão de Encerramento. Fez um mapeamento da legislatura, tabulando as sessões realizadas, os Projetos de Lei apresentados, as Leis aprovadas, Indicações e Requerimentos, bem como questões orçamentárias. Chama-nos a atenção o momento em que passa a destacar os principais temas abordados ao longo da legislatura, destacando exclusivamente dois núcleos de debates: a Ação Social e a Autonomia Municipal. Sobre este último aspecto não tecemos comentários ao longo deste capítulo, priorizando-o no cap. 3. Assim, concentramo-nos na Ação Social:

Uma das preocupações mais nobres da Câmara tem sido, meus ilustres companheiros, a de desenvolver, no máximo possível, a sua ação de Assistência Social. Numerosas leis foram votadas nesse sentido, e muitos milhões de cruzeiros se destinaram, pela nossa vontade, a auxiliar beneméritas instituições encarregadas de levar um pouco de alegria, de conforto e de saúde aos desamparados da sorte... A criança teve da nossa parte e o mais carinhoso dos cuidados e a mais compreensiva das ajudas... (1951, vol32, 29/12)

A nosso ver, o destaque para a discussão sobre a Ação Social indica o eixo de questões colocadas naquele momento na cidade de São Paulo. Por um lado, mostra uma preocupação genuína, por parte da vereança, em discutir as questões que assolavam a cidade. Vimos que estes vereadores não se esquivavam de seu papel político e traziam para o debate no plenário os diferentes temas da

cidade, confrontando o poder executivo quando identificavam sua obstrução ou ineficiência. Por outro lado, explicita o projeto de sociedade cujo norte inicial era a preocupação com o desenvolvimento nacional. Nação desenvolvida seria a Nação moderna e civilizada, o que significava urbana e industrializada. Assim, a São Paulo dos anos 1950 precisava resolver importantes aspectos para trilhar a modernidade: primeiro, se distanciar de suas marcas rurais e, para tanto, tratou de associá-las aos sujeitos identificados com o atraso: os migrantes nordestinos, ao mesmo tempo em que tornou São Paulo um grande canteiro de obras. Segundo, precisava dos agentes da industrialização, sem querer carregar o ônus desta necessidade: apoiou o fluxo migratório, com mão de obra barata, mas ofereceu um modelo urbano de periferização. Cria-se uma cidade cindida, que precisa ser controlada, para evitar riscos. Para garantir este controle, precisava criar normas e instituições que adequassem os diferentes sujeitos ao modelo racional, higiênico e moral proposto pela elite paulistana; a racionalidade foi sendo imposta pelo modelo de ocupação da cidade, pela disciplinarização do trabalho, pela normatização de posturas, pelo enquadramento de sujeitos considerados perigosos e fundamentalmente, pela classificação social. Neste processo, a discussão sobre as instituições voltadas para a formação do menor ganhou destaque especial.

### Referências bibliográficas

- FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo- trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História urbana/Bernard Lepetit**; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti salgueiro, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2001
- KOWARICK, Lúcio (Org). **São Paulo Passado e Presente- As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994
- NUNES, Geraldo. **São Paulo de todos os Tempos**. São Paulo, RG Editores, 2001
- PORTA, Paula (org) **História da cidade de São Paulo- a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo, Paz e Terra, 2004
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988
- \_\_\_\_\_. 'São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política' IN Kowarick, Lúcio. **São Paulo Passado e Presente- As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994
- SAES, Flávio. 'São Paulo republicana' IN Porta, Paula (Org) **História da cidade de São Paulo - A cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo, Paz e Terra, 2004
- SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador. São Paulo 1920-1939**. São Paulo, Studio Nobel, Edusp, 1997
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **O Bairro do Brás- Série história dos Bairros de São Paulo**, São Paulo, NC, 1981
- \_\_\_\_\_. O Bairro de Santana- **Série história dos Bairros de São Paulo**, Editora Bisordi, São Paulo, 1970
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade- na história e na literatura**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011

## Fontes primárias

Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1948-1951.

Mapa de São Paulo- 1951- Arquivo Público do Estado de São Paulo

## Entrevistas em ordem cronológica:

1 - Armênio Guedes, em 11/04/2012

2 - Francisco Sammartino, 23/04/2012

3 - Edson Aparecido Ravena, em 03/05/2012

4 - Moacir Longo, em 18/06/2012, com a participação de José D'Amico Bauab, pesquisador do Centro de Memória Eleitoral do TRE-SP

5- Jamir Tognini, em 02/08/2012

6 – Clóvis e Maria Barbosa Lima, em 17/08/2012



## Cenas de pugilato na tribuna e a primeira CPI secreta

*Luiz Casadei Manechini*

*F*oram várias situações de tensões no plenário durante a Primeira Legislatura, mas também ocorreram as que causaram burburinhos nos corredores do Palacete Prates. Duas, porém, merecem registro nesta publicação. A primeira, referente à CPI secreta dos cinemas, é um intrincado caso, com suspeita de achacamento de donos de salas exibidoras de cinema por parte de um vereador, José Cyrillo, autor do projeto de tabelamento dos ingressos. Já o Projeto 234/49, de Proteção aos Desportos, ganhou as ruas e o interesse da opinião pública, sendo tema de sessões seguidas e acirradas discussões em plenário, terminando em cenas de pugilato na tribuna.

---

**Luiz Casadei Manechini**

*Jornalista e pesquisador da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Mestre em Comunicação Social pela Cásper Líbero.*

---

---

## CPI SECRETA

Quando a Câmara foi reaberta, eram escassas as alternativas de lazer para a população, sendo as salas de cinema e as emissoras de rádio, com programas de auditório ao vivo, os principais meios de entretenimento. A televisão daria os seus primeiros passos pouco tempo depois. Foi quando surgiu um projeto que deu muito que falar e se transformou no primeiro escândalo logo no início da recém-instalada Legislatura, após a Era Vargas.

Os Anais da Câmara guardam a memória do que de mais importante que ocorreu na Sala de Sessões, denominação que aos poucos foi perdendo força, substituída por Plenário. Mas nem tudo, pois alguns acontecimentos importantes, por interesse da própria edilidade, deixaram de constar, como o caso envolvendo vereadores e empresários de salas de cinema, arquivado sem publicidade.

No dia 24 de maio de 1948, transforma-se em pedido de abertura de inquérito, assinado pelos líderes da várias bancadas (Processo nº 2983/48 – Arquivo da CMSP), a suspeita de que alguns vereadores da Câmara Municipal de São Paulo estariam achacando empresários de cinema. São Paulo, na época, contava com cerca de 100 salas de cinema e não havia um controle de preços por parte da Prefeitura.

No mês de março de 1948, um Projeto de Lei apresentando pelo vereador José Cyrillo, do Partido Social Democrático (PSD), dono de cartório, filho do embaixador brasileiro na Bélgica, ia contra a indústria de exibição de cinema, cada vez mais próspera, cobrando ingressos do público a seu bel-prazer. No PL 22, Cyrillo propôs o tabelamento de preços dos ingressos. As salas de exibição foram divididas em três categorias e os preços dos ingressos, pela proposta do PL, escalonados de Cr\$ 2,00 a Rr\$ 7,00 (dois a sete cruzeiros), de acordo com a localização: ingressos mais baratos nos cinemas de bairro e, quanto mais perto ou localizados no centro, entradas mais caras.

Foi encaminhado para a Sala das Comissões e recebeu parecer favorável, com ressalvas e sugestões do relator, Brasil Bandecchi, do Partido Social Progressista (PSP), que defendeu para o Município, por ser matéria de interesse local, o direito de legislar sobre o assunto, conforme a Constituição de 1946 :

(...) Fixar e impor preços razoáveis para os ingressos nos cinematográficos é assunto que interessa exclusivamente ao munícipe, ao cidadão que, normalmente, estará sujeito ao pagamento desses preços.

Em outro trecho do parecer, o relator reforçou a necessidade de Poder Municipal legislar sobre os preços dos ingressos de cinema:

(...) Haja visto a renda verdadeiramente astronômica, auferida pelos cinematógrafos paulistanos, para que bem nítida nos apareça a sua significação como recreação pública.

Folha	de	proc.
n.º		1948
Presidência		

-1948

Folha n.º	2	do proc.
n.º	348	de 1948
0.º funcionário	Diniz Silva	

A Câmara Municipal decreta:

Artigo 1º - a partir da data da publicação desta lei, não será concedida licença para funcionamento das Empresas exibidoras cinematográficas de São Paulo, cuja cobrança de entradas ultrapasse as fixadas na tabela da presente lei.

Artigo 2º - As Empresas exibidoras cinematográficas de S. Paulo, serão divididas em três categorias, de conformidade com suas instalações, e obdecerão a seguinte tabela da cobrança dos ingressos.

TABELA DE PREÇO

<u>1ª categoria</u> (os do centro)	<u>2ª categoria</u> (os do centro e bair.)	<u>3ª categoria</u> (somente os bair.)
<u>Sessões diurnas</u>		
poltronas 5.00	4.00	3.00
1/2 entr. 4.00	2.50	2.00
bal cão 4.00	3.00	-
pulman 6.00	-	-
<u>noturnas</u>		
poltronas 6.00	5.00	3.00
1/2 ent. 5.00	2.50	2.00
pulman 7.00	-	-
bãcão 5.00	4.00	-

Artigo 4º - a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - revogam-se as disposições em contrário.

*Jose Cyrillo*

pho.

Depois, ao lembrar que o projeto envolvia grandes e poderosos interesses, Bandecchi fez uma predição:

(...) As empresas exibidoras certamente se rebelarão contra qualquer tabelamento dos preços dos ingressos, mesmo que esse tabelamento lhes pareça liberal.

Por fim, antes de opinar favoravelmente ao projeto, fez ressalva à classificação dos cinemas em três categorias: do “centro”, “do centro e dos bairros” e “dos bairros”, pois lhe parecia bastante incompleta. Propôs, assim, modificação no artigo 2º do Projeto de Lei, classificando os cinemas em categorias, mas de conformidade com suas instalações, localização e capacidade de lotação. Para o relator, além das emendas oferecidas no parecer, era absolutamente indispensável a elaboração de estudos técnicos convenientes, para que não se criasse, na Lei, uma série de situações injustas.

O Projeto seguiu, então, para a Comissão de Educação e Cultura para receber, também, o parecer favorável do relator Jânio Quadros. Depois de discorrer sobre as vantagens do cinema e sua força educativa, Jânio entrou no mérito do tabelamento dos ingressos:

(...) Contudo, entre nós, os preços dos ingressos vêm subindo de maneira impressionante. Indiferentes à circunstância de não possuir o paulistano outras distrações, alheios e cegos ao valor pedagógico e ilustrativo das chamadas ‘fitas’, distribuidores e exibidores deram-se as mãos, para fazer dinheiro a todo custo. O tabelamento proposto deve, a meu modo de ver, receber a sanção desta Comissão, pois possibilitaria maior afluência às casas de projeção e, assim, maior difusão dos ensinamentos que a arte proporciona e maior conhecimento de seu poder de penetração.

## Murmúrios e abertura de inquérito

Era motivo de murmúrios pelos corredores do Palacete Prates o projeto de tabelamento dos ingressos de cinema. Corria nos bastidores que o Projeto de Lei estava servindo como moeda de troca para o autor, vereador José Cyrillo, em negociações nebulosas com os donos de cinema. Não demorou para que as suspeitas emergissem.

Tudo começou com uma confidência do vereador Angelo Bortolo, do Partido Republicano (PR), dono do Cine Hollywood, em Santana, ao vereador Cantídio Sampaio, do PSP, um dos principais integrantes da bancada adhemarista na Câmara. Cantídio julgou grave o que chegou aos seus ouvidos, motivo pelo qual, considerando a possibilidade de reflexos no conjunto da edilidade, resolveu fazer um pedido de sessão secreta, realizada no dia 24 de maio de 1948, na qual levou os fatos ao plenário da Câmara.

Após a sessão secreta, quando os líderes deliberaram pela “abertura de imediato e rigoroso inquérito”, este foi aberto no dia 1º de junho daquele ano pela comissão que, além do presidente José Adriano Marrey Jr., foi integrada pelos vereadores Marcos Mélega, líder da bancada da União Democrática Nacional (UDN), e José Estefno, do PSP, e por Olayde Caçador de Mello, escriturária padrão “H”. O primeiro a depor foi o autor do requerimento da sessão secreta. Afinal, o que ouviu Cantídio? Conforme o termo de declaração, o vereador, na época com 35 anos, disse ter ouvido do vereador Angelo Bortolo:

(...) foi relatado haver o vereador José Cyrillo, autor do projeto de tabelamento de cinemas, procurado àquele vereador e proposto que, sob o pagamento de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), estaria disposto a diligenciar para que o projeto em apreço fosse rejeitado ou mesmo providenciaria a sua retirada; que, dias depois, o sr. vereador Mario Ottobri Costa procurou ligação com os proprietários de empresas cinemato-

gráficas, em combinação com o vereador José Cyrillo, para então estabelecer novo preço de rejeição do referido projeto, fixando-o em Cr\$ 1.600.000,00, que se destinariam entre os vereadores que deveriam votar contra a aprovação do projeto de lei; que lhe foi relatado igualmente pelo vereador José Estefno haver este procurado um de seus amigos proprietário de empresa cinematográfica, o qual lhe disse que, realmente, os aludidos vereadores o procuraram para o fim supra assinalado.

Foram ouvidos pela Comissão de Inquérito todos os vereadores envolvidos no caso e os representantes das empresas cinematográficas que participaram das reuniões. Angelo Bortolo confirmou, em linhas gerais, as declarações do vereador Cantídio Sampaio sobre a proposta que recebeu e que causou a realização da sessão secreta. Disse que esteve no apartamento de Cyrillo e que ouviu a seguinte proposta:

(...) Se os cinematografistas quisessem pagar a quantia de Cr\$ 1.600.000,00, ele se comprometeria a retirar o projeto ou rejeitá-lo em plenário.

Disse ainda, que ao sair do apartamento de Cyrillo, chegou o vereador Ottobri Costa dirigindo uma barata Ford, cor de chumbo (cinza escuro). Em seguida, soube que ambos, Cyrillo e Ottobri, dirigiram-se à Agência Films Monograma Picture Ltda., localizada na Rua dos Andradas, para se encontrarem com o gerente João Carralcaz, cunhado de Ottobri. E que à noite, por volta das 20 horas, recebera um telefone do vereador José Cyrillo, convidando-o para comparecer ao Hospital Santa Ignez, oportunidade em que o vereador Ottobri esclareceria melhor a proposta. Lá chegando, foi recebido por Cyrillo. Na conversa que tiveram no refeitório, Cyrillo reduziu a proposta de retirada do projeto para Cr\$ 1.500.000,00. E que, por volta das 11 horas da noite, “todos os três” se retiraram do hospital.

Em seu depoimento à Comissão de Inquérito, o autor do projeto de tabelamento de ingressos de cinema, o vereador José Cyrillo, negou peremptoriamente a acusação:

(...) Não é verdade a acusação formulada pelo vereador Angelo Bortolo.

Afirmou não ter havido nenhum contato com o colega sobre o projeto de sua autoria, com a finalidade de tabelar os cinemas de São Paulo, nem na Rua Cesário Mota nem no Hospital Santa Ignez, locais de encontro citados por Bortolo.

O vereador Mario Ottobri Costa, médico, líder da bancada do PSP, portanto colega de partido de Cantídio, segundo a acusação de Bortolo, seria o mediador da proposta e da negociação com os empresários das salas de cinema, agindo em conjunto com Cyrillo. O seu depoimento foi longo. Informou ter sido procurado pelo seu cunhado, João Baptista Carralcaz, diretor gerente da empresa Monograma Picture, com anuência dos cinegrafistas, para interferir, como líder da bancada, no sentido de combater o projeto sobre tabelamento de preços de cinema. Revelou que, com a mesma intenção, Braulio Santos, dono de cinema, também o procurara, inclusive apelando para amizade pessoal de vários anos que mantinham, tentando convencê-lo que os cinegrafistas não tinham as vantagens pecuniárias que todo mundo imagina. Ottobri disse, ainda, que o vereador Angelo Bortolo também foi ao seu encontro no Hospital Santa Ignez, onde se encontrava para fazer cirurgia de um paciente, ocasião em que foi travada a seguinte conversa:

(...) O vereador Angelo Bortolo fez a mesma solicitação, pedindo para que, na qualidade de líder, interferisse junto à bancada do Partido Social Progressista para que a votação fosse orientada no sentido contrário do projeto e isso se passou à noite; ainda o referido vereador manifestou que estava inteiramente credenciado pelos cinegrafistas para tratar do assunto com toda liberdade.

O líder da bancada do PSP na Câmara ainda recebeu o empresário Sá Pinto, dono de cinema, no dia 31 de março de 1948, na festa do aniversário do seu filho. O empresário, segundo Ottobrine, manteve-se dentro de uma conversa digna, sem a menor tentativa de suborno e, desculpando-se da hora inoportuna, disse estar ali incumbido pelos demais empresários a solicitar seu apoio na votação, o que fazia em virtude dos laços de amizade que tinha com o seu cunhado, João Baptista Carralcasaz.

Ottobrine, ao longo das declarações, disse que exigiu do Partido a que pertencia reparações morais em virtude do clamor em torno do caso, por iniciativa de um de seus companheiros de bancada, e que obteve apoio incondicional de seus pares. Em outro trecho, solicitou dos membros da Comissão de Inquérito que fosse feita uma “enquete” entre todos os vereadores para que os mesmos respondessem os seguintes quesitos :

(...) Foi Vossa Excelência procurado ou interpelado pelo Dr. Mario Ottobrine Costa em qualquer sentido sobre o projeto de tabelamento de cinemas, quer solicitando o voto, quer ofertando qualquer tipo de vantagem para conseguir mo referido voto? No caso afirmativo, queira formular de modo explícito a conversa que teve com o referido vereador.

O médico Ottobrine encerra suas declarações afirmando que não conhecia nenhuma das pessoas alegadas como testemunhas nas declarações de Cantídio Sampaio e Angelo Bortolo, e que e relações com o cunhado ficaram estremecidas.

## O que disseram os empresários

Em seu depoimento, o empresário Jayré Viana, dono do Cine Avenida, lembrou que vários cinematografistas estiveram reunidos em Santana, por ocasião da festa de cobertura do Cine Colonial, em construção. Entre eles, as presenças de Alfredo Stemberg, diretor da empresa Monograma no Brasil, e João Carralcasas, gerente da referida empresa em São Paulo. Na oportunidade, declarou Jayré, os empresários comentaram sobre o que se dizia a respeito das tratativas em torno do projeto de tabelamento dos ingressos:

(...) Falou-se ali no nome do vereador Mario Ottobrine Costa como metido neste assunto, tendo o senhor Stemberg declarado não acreditar que o Dr. Ottobrine estivesse nisso.

Mas é o próprio Jayré Viana a principal testemunha do envolvimento do líder da bancada do PSP nas negociações com os empresários de cinemas. Em suas declarações à Comissão de Inquérito, disse que, na tarde daquele mesmo dia, à hora do jantar, foi convidado por telefone a comparecer à casa do doutor Ottobrine, prontificando-se a fazê-lo à noite, quando se encontrou com o vereador e seu cunhado, João Carralcasaz. Foi quando ouviu de Ottobrine:

(...) O assunto do tabelamento dos cinemas só poderia ser resolvido mediante o pagamento de Cr\$ 1.600.000,00, que se destinariam a oito vereadores que constituíam a maioria da Câmara. E que ele, Ottobrine, era inteiramente contra, mesmo porque não era pessoa que precisasse lançar mão desse meio para obter dinheiro.

Mesmo dizendo não ter interesse pessoal, como relatou o empresário Jayré, o vereador Ottobrine estava disposto a ajudar nas negociações, a indicar os oito vereadores que receberiam os cinematografistas, cada um, duzentos mil cruzeiros.

(...) O doutor Ottobriini alvitrou que a importância poderia ser coberta com o aumento do preço das entradas para dez cruzeiros, o que não só seria suficiente para esse pagamento como até daria lucro aos exibidores, pois que essas entradas eram então cobradas a oito cruzeiros.

Pelas declarações do empresário Paulo Barreto de Sá Pinto, dono dos cinemas Ritz e Marabá, no centro da cidade, o primeiro conhecimento que teve a respeito do assunto foi no meio de cinematografistas, sobre uma proposta que o vereador José Cyrillo teria feito ao vereador Bortolo, na qual exigia um milhão e seiscentos mil cruzeiros para que não fosse avante o projeto de tabelamento dos ingressos de cinema.

Recebeu, então, vários chamados de Cyrillo, aos quais não atendeu, supondo que o parlamentar queria tratar do projeto do tabelamento. Mas, em razão da insistência, no último contato, atendeu o convite do vereador, que havia alegado ser outro o motivo do encontro, comparecendo ao seu apartamento, na Rua Cesário Mota. Ali, o vereador José Cyrillo informou-lhe que ele e o vereador Ottobriini Costa desejavam a quantia de um milhão e seiscentos mil cruzeiros dos empresários para dar fim ao projeto. Em seu depoimento, Sá Pinto esclareceu que, além de não concordar com a proposta, argumentou que o assunto do tabelamento não era de competência da Câmara. Foi aí que o vereador Cyrillo subiu o tom, afirmando :

(...) Faria tudo que fosse possível para prejudicar os cinematografistas, com medidas tendentes a perturbar o funcionamento dos cinemas, por exemplo, com a numeração das cadeiras, o estabelecimento do número de sessões e, por último, se nada conseguisse, faria um carnaval político.

## Primeira pizza

Diante de tantas acusações, o que se esperava do “rigoroso inquérito” é que não terminasse no arquivo. Mas foi o que ocorreu. Primeiro, os vereadores que trocaram acusações - Angelo Bortolo, Mario Ottobriini Costa e José Cyrillo – assinaram uma declaração, com firma reconhecida, na qual retiraram qualquer acusação formulada entre os três, dizendo que tudo não passou de um mal entendido:

Com referência à acusação, formulada pelo primeiro signatário deste documento [Angelo Bortolo] aos senhores Mario Ottobriini Costa e José Cyrillo, não passou de um mal-entendido de elementos estranhos e adversários dos signatários, que procuraram, de todas as formas, deixá-los mal perante a opinião pública de nossa terra e de seus pares.

Retiramos em conjunto qualquer acusação formulada entre os três e não permitindo mesmo qualquer dúvida que possa pairar sobre a idoneidade dos signatários, que procuramos, com todo sacrifício, honrar os mandatos que receberam do povo.

A Comissão responsável pelo inquérito lançou mão de alguns malabarismos para justificar o arquivamento do inquérito. Em um dos trechos, lamenta a decisão do vereador Cantídio Sampaio de levar o assunto ao conhecimento do plenário:

(...) Não fora a atitude assumida pelo vereador Cantídio Sampaio e o assunto, embora tratado em sessão secreta, não teria a repercussão que ocasionou, mui naturalmente em meio civilizado, onde – por isso que de população heterogênea, sujeita a toda sorte de aventuras e de tantos aventureiros – apesar dos pesares – se sente bem ainda a força das velhas tradições de honradez e de respeito.

IND. 2/11/48

DECLARAÇÃO

OFÍCIO  
RECORRIDO  
ALBERTO DE  
26  
NOV.  
1948  
TESOURARIA  
S. PAULO

Folha 32 do 111  
n.º 2983 do 111  
(n) J. Cyrillo

Os abaixo-assinados: ANGELO BORTOLO, MARIO OTTOBRINI COSTA e JOSÉ CYRILLO, por este documento datilografado, com original e três cópias e com firmas reconhecidas, declaram para os devidos fins de direito e por ser a expressão da verdade o seguinte:

- Com referência à acusação formulada pelo primeiro signatario deste documento aos Senhores MARIO OTTOBRINI COSTA e JOSÉ CYRILLO, não passou ela de um mal entendido, provocado por intrigas de elementos extranhos e adversários dos signatários que procuraram por todas as formas deixá-los mal perante a opinião pública de nossa terra e de seus pares.

Retiramos em conjunto qualquer acusação formulada entre os três e não permitindo mesmo qualquer dúvida que possa pairar sobre a idoneidade dos signatarios, que procuram com todo o sacrificio honrar os mandatos que receberam do povo.

Por ser a expressão da verdade, subscrevemos este documento entregando o original à Comissão de Inqueritô, a fim de se pôr perpétuo silêncio sobre o mesmo.

São Paulo, 25 de Novembro de 1948

11/11/48

*Angelo Bortolo*

ANGELO BORTOLO

11/11/48

*Mario Otobrini Costa*

MARIO OTTOBRINI COSTA

11/11/48

*Jose Cyrillo*

JOSE CYRILLO



Rec. Núm. de 1588

11/11/48

11/11/48

E para coroar a “pizza”, em uma reunião de líderes ocorrida no dia 28 de janeiro de 1949, oito meses depois de iniciado os trabalhos da Comissão, foi adotado para o caso o despacho do vereador Marrey Júnior, sob cuja presidência foi instalada a Comissão de Inquérito, pela isenção de culpa dos vereadores Mario Ottobri Costa e Angelo Bortolo, como também julgar isento de culpa, de modo definitivo, o vereador José Cyrillo, tendo em vista o princípio da “indivisibilidade” da prova:

(...) No caso, todas as testemunhas ouvidas foram consideradas suspeitas – donas ou interessadas em cinema, como o são – e assim sendo os seus testemunhos padecem do vício insanável de origem – suspeição – e não podem, portanto, autorizar a imputação de todos ou de algum dos três acusados.

Assinaram o documento os vereadores Waldemar Teixeira Pinto (sucessor de Marrey Júnior na Presidência da Câmara), André Nunes Júnior (PSP), Aloysio Greenhalgh (PTB), Derville Alegretti (PR), Jânio Quadros (PDC), Camillo Ashcar (UDN, Roberto Gomes Pedrosa (PSD) e Roberto Grassi (PTN). Depois, em julho de 1949, a decisão foi comunicada ao plenário pelo Presidente Waldemar Teixeira Pinto e o processo arquivado. Por sua vez, o Projeto de Lei prevendo o tabelamento, o PL 22, também não foi aprovado.

## Sangue na tribuna

Projeto polêmico, que causou intensos e demorados debates no plenário, foi o de número 234, apresentado no dia 31 de agosto de 1949, com a chancela da Mesa Diretora, depois de ter tramitado nas diversas comissões: Justiça, Finanças, Obras, Utilidade Pública, Fomento Econômico, Higiene, Educação e Cultura e Comissão de Redação. O Projeto tinha como objetivo primeiro a criação da Comissão Municipal de Desportos, com cinco membros, todos nomeados pelo prefeito. Criada a comissão, competiria a ela opinar, num prazo de 60 dias, sobre a concessão de benefícios a favor das entidades e associações esportivas, benefícios que foram chamados de medidas de proteção aos desportos. O capítulo II do projeto, em seus dois artigos, é esclarecedor quanto às intenções da proposição de lei:

Art. 5º. – A proteção aos esportes e à educação física tornar-se-á efetiva mediante concessão de auxílios, empréstimos, ou financiamentos e através da isenção de impostos, bem como, pela desapropriação, permuta e cessão de áreas cuja finalidade seja a edificação das praças de desportos.

Art. 6º. – Sem prejuízo dos melhoramentos a serem introduzidos no Estádio Municipal, as importâncias que forem destinadas à proteção dos desportos e à educação física serão aplicadas, preferencialmente, com o objetivo de auxiliar a iniciativa particular na construção ou conclusão de estádios, ginásios, piscinas, campos de “baseball”, pistas de atletismo, quadras de tênis e ampliações ou edificações da mesma natureza.

Tratava-se, claramente, de destinação do dinheiro público a clubes e associações esportivas de origem ou iniciativa privada. Com a cidade em rebuliço diante da escassez de serviços básicos, o projeto era mesmo um despropósito. Mas, a princípio, diante do guarda-chuva parlamentar liderado pela Mesa Diretora, parecia um assunto de suma importância para a vida da cidade naquele momento. Dois tribunos, Jânio Quadros e Cid Franco, que assinaram tramitação do projeto com restrições na Comissão de Cultura e Educação, destacaram-se no plenário a desfilar ácidas críticas ao projeto que, entre outras benesses, concedia empréstimos ou financiamentos às entidades e associações esportivas com prazos a perder de vista, de vinte anos no mínimo e trinta no máximo, e juros de 1% ao ano.

Estava previsto no projeto, por exemplo, que tanto a Sociedade Esportiva Palmeiras quanto o Sport Club Corinthians seriam contemplados com um empréstimo de sete milhões de cruzeiros, cada um, com previsão da negociação ocorrer no ano seguinte, no primeiro trimestre de 1950. Áreas de terreno da Prefeitura seriam cedidas temporariamente para os clubes aumentarem o seu espaço destinado às práticas de modalidades esportivas. Uma permuta de área com o São Paulo Futebol Clube chamou muita atenção dos opositores ao projeto. A Prefeitura estava disposta a trocar uma área de 94.000 m<sup>2</sup>, no bairro do Ibirapuera (entre Avenida Brasil e Abílio Soares), ao São Paulo Futebol Clube. Em troca, o município receberia uma área de “mais ou menos” 70.000 m<sup>2</sup>, com benfeitorias, situada à Rua Porto Canindé, no bairro do Canindé, de propriedade do clube tricolor.

Entre os defensores, a maioria dos 45 vereadores que compunham a Câmara na Legislatura, apoiada pela maioria dos cronistas esportivos. Os debates foram intensos, tomaram sessões inteiras nos meses de setembro e outubro de 1949. O vereador Nicolau Tuma, da bancada da UDN, naturalmente, seria um das vozes a influenciar os demais colegas a favor do projeto. Com curso de Direito na São Francisco, depois de iniciar-se no jornalismo como repórter policial, foi no rádio que fez fama e carreira duradoura como locutor esportivo, conhecido como “*speaker metralhadora*”. Na Câmara, afastado há sete anos da crônica esportiva, aplicava-se nas questões do trânsito paulistano. Mas, com dicção perfeita, não deixaria de empunhar a bandeira em defesa do projeto que destinava auxílio aos clubes esportivos. Na sessão do dia 20 de setembro, subiu à tribuna e discorreu longamente sobre os benefícios do esporte à eugenia, um verdadeiro tratado, reproduzido aqui de passagem:

(...) não basta curar as doenças, é preciso aperfeiçoar a raça pelas regras da eugenia, entre as quais a ginástica é a primeira de todas. (...) O pão do espírito pouco se alimentará se a mente não estiver sadia, e para isso necessário se faz que a raça se fortaleça e se embeleze. Junto com cada escola levantemos um campo de esporte, cavemos uma piscina. Abramos escolas para alfabetizar as massas e fazer a seleção dos valores intelectuais, porém, ao mesmo tempo, preparemos a grandeza da Pátria como ensinaram os gregos, pelo cultivo das forças físicas, adestrando os músculos, tonificando os nervos, saneando a raça, porque o brocardo latino é uma regra infalível de higiene. Revivendo os jogos olímpicos, o mundo contemporâneo apontou o caminho das suas novas conquistas. Sigamo-lo para não termos a decepção de ficar atrás e esquecidos como o cavaleiro da fábula. (...) Eu prefiro construir o Brasil de amanhã, o São Paulo dos outros séculos sobre o alicerce forte da eugenia. Eu prefiro trabalhar por uma raça forte, que possa resistir a este clima de seleção que Deus nos deu nos trópicos, corpos fortes com almas fortes para que resistam aos males do corpo e do espírito. Homens, assim, chegarão mais depressa à meta que todos nós almejamos. (...) O esporte em geral tem estado à serviço da pátria, não só na preparação dos seus futuros soldados, ou no aperfeiçoamento da raça, como também na disseminação da cultura e civismo. (...) Devo, agora, uma explicação tanto aos meus amigos como aos meus correligionários. Devo um esclarecimento para apagar quaisquer dúvidas em espíritos menos avisados ou mal informados. A União Democrática Nacional, partido a que me honro de pertencer, não é, nem poderia ser, contra a à proteção e o amparo aos esportes. (...)

A bancada da UDN não era unânime em favor do projeto. A fala do vereador Edison Ribeiro, do partido de Nicolau Tuma, na sessão de 19/09/49, não poderia ser mais indignada ao comentar o empréstimo, previsto no projeto, contemplando a Sociedade Esportiva Palmeiras e o Sport Club Corinthians com sete milhões de cruzeiros, cada clube:

(...) Pobre povo que, para prazer dos homens que o dirigem, para a vaidade de alguns megalomaníacos, terá nos anos vindouros que pagar mais impostos e taxas, que apertar

a cinta para comer menos, que morrer por falta de hospitais, e que tudo isso sofrerá a mais para engrandecimento de alguns de alguns clubes que têm a vaidade de presentear seus profissionais com gorjetas que vão até um milhão de cruzeiros! Pobre povo! Veja, Sr. Presidente: só de empréstimos a dois clubes – Cr\$ 14.000.000,00 – sem juros. Enquanto isso, a Municipalidade, para fornecer esse dinheirama, terá que pedir emprestado a juros de agiota! (...) O Projeto contido no Substitutivo tem exclusivo objeto eleitoralista. Todos os cidadãos sabem disso. O povo inteiro sabe que com o Projeto o que se pretende é cotejar o voto dos grandes clubes esportivos, que tão nobres representantes têm nesta Casa. Não se pretende com isso beneficiar o esporte e muito menos a educação física do povo.

Na seção do dia seguinte, 20/09/1949, foi à votação do plenário o substitutivo do projeto 234/49, com vários questionamentos de inconstitucionalidade. Foram colocados em votação alguns capítulos com suas respectivas emendas e, aqui, com a intenção de apenas ilustrar os vereadores que eram a favor e os que eram contra ao projeto, citamos a votação do Capítulo II do Projeto de Lei. **Votaram sim**, depois de procedida a chamada, 30 vereadores: Aloysio Grenhalgh, Altimar de Lima, André Nunes Júnior, Anis Aidar, Brasil Bandecchi, Cantídio Sampaio, Castilho de Barros, Cunha Mattos, Décio Grisi, Ermano Marchetti, Ferreira Keffer, Franchini Netto, Higino Pellegrini, Jarbas Tupinambá, João Fairbanks, João Toniolo, José Cyrillo, José Estefno, José de Moura, Lopes Gianini, Miguel Russiano, Nicolau Tuma, Ottobrini Costa, Pedro Fanganiello, Roberto Grassi, Roberto Pedroza, Sebastião Gomes Caselli, Smith de Vasconcelos, Valerio Giulli, Yukishigue Tamura. **Votaram não** 8 vereadores: Angelo Bortolo, Assumpção Ladeira, Camillo Ashcar, Cid Franco, Edison Ribeiro de Sousa, Jânio Quadros, Lauro Cruz e Pedro Pedreschi. Ou seja, a aprovação do projeto era certa, dificilmente o “rolo compressor” seria revertido.

Mas a polêmica extrapolou o ambiente do plenário e ganhou as ruas a partir das notícias da imprensa, com mobilizações organizadas pelos estudantes contra o projeto. Protestos acompanhados pela polícia política, que levou alguns dos manifestantes até o DOPS para prestar esclarecimentos. Na sessão de 30/09/1949, o vereador Cid Franco pediu a palavra para informar os acontecimentos:

**O Sr. Cid Franco – (...)** Sr. Presidente, os estudantes de São Paulo estão organizando pelas ruas um movimento democrático de protesto contra o projeto 234. Vieram até nós, a mim e ao vereador Jânio, convidaram-nos para falar em praça pública. (...) Tenho, agora, informações muito tristes a todos nós, segundo as quais esses estudantes, pacificamente organizando um movimento contra o Projeto, foram levados pelas autoridades policiais ao Departamento de Ordem e Política para prestar esclarecimentos; foram praticamente presos.

**O Sr. Jânio Quadros –** Isso não é democracia!

**O Sr. Cid Franco –** Eu indago a V. Exa. se estamos ou não estamos concorrendo, e rapidamente, para um regime totalitário, em que esses movimentos de rua, em que essas demonstrações da consciência popular serão abafados. Esses mesmos estudantes, no direito de exprimir o seu pensamento, fizeram distribuir pela cidade dizeres como estes:

“A maioria da população sujeita-se a sérias infecções por falta de esgotos, mas a Prefeitura dará dinheiro para os profissionais do Futebol!!” -

“Senhores Vereadores: Fazer política com o dinheiro do povo é crime!!!” -

“Os bairros populares não têm água encanada, mas os profissionais do futebol terão dinheiro do povo para comprar jogadores!!!”

Lamento, Sr. Presidente, a atitude da Polícia, que é a mesma adotada há dias, não com estudantes, mas com operários, às portas da CMTC. A polícia agiu, neste momento, contra os estudantes que vieram protestar contra a aprovação deste Projeto, da mesma

maneira como agiu contra os operários que, democraticamente, foram pedir à Superintendência da C.M.T.C. o mais justo dos aumentos de salário.

**O Sr. Jânio Quadros** – Já estamos em plena ditadura!

A própria imprensa esportiva ficou dividida, com a maioria dos cronistas esportivos dando seu apoio ao projeto, mas apenas dois deles, com peso e fama no meio, Genaro Rodrigues, pseudônimo “Nage”, e Ari Silva, presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo, manifestaram-se contra o projeto. Ainda na sessão do dia 30/09/1949, o vereador Cid Franco leu uma carta que recebeu de “Nage”, datada em 29/09/49, na qual o jornalista fez ressalvas contra o projeto:

São Paulo, 29 de setembro de 1949

Meu caro Cid Franco

Cordial abraço.

Chegou a vez de manifestar-se o “vovô” dos cronistas esportivos de São Paulo.

Quem, em 1919, dirigiu o primeiro jornal especializado em esportes do Brasil, o “S. Paulo Esportivo” e desde essa época nunca se afastou das lides da imprensa e dos movimentos clubísticos da Capital e mesmo do Estado, parece que tem o direito de apresentar-se como “abelhudo” nessa “urumbamba” que ora se desenvolve na nossa Edilidade. (...)

(...) Atenção! – no meu modo de ver há clubes, entre os que estão para ser contemplados, que poderiam, sem ajuda oficial, possuir os maiores e melhores estádios da América do Sul, mesmo mais confortáveis e suntuosos que o próprio Pacaembu! Alguém já se lembrou, por exemplo, de investigar quanto dinheiro determinados clubes arrecadam de mensalidades dos sócios e pelos guichês das bilheterias? Nós vemos no “Diário Oficial”, mensalmente, balancetes de bancos e de firmas comerciais e industriais.

(...) Os vereadores e os deputados têm de fazer declarações de bens quando assumem os cargos. E os presidentes de clubes profissionais? Então, não é verdade que há dirigentes dos clubes que depois que se alinham nessa categoria melhoraram consideravelmente de vida? Para se saber se o clube de profissionais pode receber de mão beijada milhões de cruzeiros saídos do bolso do povo, seria necessário, primeiramente, que se fizesse, oficialmente, um exame rigorosíssimo na contabilidade desse clube, por técnicos insuspeitos, que alinhasssem as despesas, os gastos feitos por tal clube. Não vê meu amigo que os clubes não tiveram coragem de pedir à Câmara, por meio de uma representação ou memorial, as vantagens que lhes pretendem dar? (...)

O cronista Ari Silva também fez uma análise pela imprensa do projeto, com artigo publicado no “Diário de São Paulo”, edição do dia 02/10/1949. Cid Franco também fez a leitura do texto no plenário, na sessão do dia seguinte, quando as discussões sobre o projeto ganharam uma temperatura maior:

À vista do que escrevemos, fomos procurados por alguns Vereadores amigos, que nos levaram em visita à Câmara, expondo-nos com abundância de detalhes e planos, tentando esclarecer-nos sobre o que consideravam ser um confusionismo de nossa parte. Aceitamos a distinção, e como continuávamos ainda com o ponto de vista anterior, mas como não queríamos que nossas observações pudessem servir nas mãos de interesses políticos, ficamos quietos.

Cid Franco prossegue na leitura de outros trechos mais adiante, do artigo do jornalista:

E o pior é que tudo se tornou profissional dentro dos clubes profissionais. As despesas, portanto, tiveram que aumentar. O amadorismo chegou, num determinado momento, a ficar arruinado. Fora dos setores do futebol, coisa incríveis se realizaram,

tudo porque determinadas pessoas, que seria óbvio enumerar, procuraram enaltecer os seus próprios nomes, esquecendo-se dos clubes e, principalmente, do futebol. Agarraram-se os grêmios, na sua totalidade – exceção feita às realizações por nós apontadas – ao que herdaram do passado, sem forças para tentar realizar em função do presente e do futuro. Erro clamoroso, muitas e muitas vezes denunciado aqui, destas colunas, e nunca, jamais desmentido. (...) / que não diga que não foi possível realizar. Aí estão os cariocas, com quem porfiamos diretamente na estrada das maiores realizações, muitíssimos adiantados. Olha-se ali e verifica-se que clubes de lá são realmente clubes. Aqui necessitou-se apelar para ajuda dos desportistas que se encontram na Câmara. Houve muito tempo para justificar a apresentação de um Projeto superior. Quem fala aqui é o crítico, inteiramente apolítico, e que nunca deixou de condenar a apatia dos poderes oficiais. Mas injunções de ordem política determinaram um afobamento na elaboração do Projeto.

Ari Silva, na condição de presidente da entidade representativa da categoria, foi contestado pela maioria dos cronistas renomados do rádio e jornais de São Paulo, lembrando que naquele ano a televisão ainda não existia como meio de comunicação. Encaminharam um manifesto para o vereador José Cyrillo ler em plenário:

“Exmo. Sr. Vereador José Cyrillo. Os cronistas esportivos abaixo assinados, representando a opinião da quase totalidade da classe, solicitam a V. Exa. seja o porta-voz da crônica esportiva paulista, no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo, a fim que a posição e o pensamento dos que militam na crônica esportiva, falada e escrita, não sejam mais deturpados e nem confundidos.

Assim é, Sr. Vereador, que autorizamos V. Exa. a proclamar, alto e bom som, com a autoridade dos méritos que tiverem as assinaturas, abaixo contidas, que a crônica esportiva de São Paulo está inteiramente favorável ao Projeto de proteção aos esportes, com uma única exceção até agora manifestada, exceção essa que, por mais estranho que pareça, recaiu, exatamente, na pessoa do Presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo.

Estranhamos o artigo, assinado pelo Sr. Ari Silva, combatendo um ponto de vista que ele sabia ser de todos os colegas da crônica esportiva. Estranhamos porque, no momento em que toda crônica esportiva esperava que S.S. viesse a público defender a classe de ataques de alguém, cujo nome nenhum de nós conseguiu até hoje guardar, vem o Sr. Ari Silva representar o papel de ovelha desgarrada do rebanho da imprensa esportiva (...) (...) Desse artigo infeliz, quis alguém se aproveitar para interpretações demagógicas, eis a razão pela qual nos dê a honra de ser nosso intérprete nessa ilustre Casa, para que fique bem claro que a crônica esportiva é, toda ela, favorável ao Projeto de Lei n. 234 e que o comentário do Sr. Ari Silva reflete apenas a sua opinião pessoal, que respeitamos, embora dela discordemos radicalmente. (...)

De fato, a maioria dos famosos da imprensa esportiva assinou o manifesto. Entre eles: José Geraldo Bretas (Rádio Tupi e Mundo Esportivo), Geraldo José de Almeida (Rádio Record), Edson Leite (Rádio Bandeirantes), Wilson Fittipaldi (Rádio Panamericana), Raul Tabajara (Rádio Panamericana), Sebastião Barbosa (A Gazeta Esportiva e Folha da Tarde), José Silveira (A Gazeta Esportiva e Rádio Panamericana), Mario Moraes (Rádio Panamericana), Flávio Iazzeti (O Esporte), Murilo Antunes Alves (Rádio Record), Jaime Madeira (Diário da Noite e Mundo Esportivo), Lauro Dangelo (A Gazeta Esportiva e Associação dos Fotógrafos Esportivos), e tantos outros mais. Mas o manifesto foi lido com atraso no plenário, pois a questão do projeto 234 praticamente havia sido resolvida dois dias antes, na sessão do dia 3 de outubro de 1949, quando o plenário foi palco de incidentes, até então inimagináveis, que atrapalharam a aprovação do projeto

Segundo reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo”, publicada no dia seguinte (04/10/1949), as tribunas estavam repletas. A reportagem, que claramente toma posição contrária ao projeto, desce

aos detalhes de uma tarde na qual as tensões chegaram ao ponto da agressão física, Eis o relato da matéria intitulada “Inopinada e covarde agressão no recinto da Câmara”:

(...) Inicialmente, fizera o uso da palavra o vereador Cid Franco, do Partido Socialista, que, com argumentos decisivos, mais uma vez mostrou o quanto o projeto que beneficia clubes de profissionais de futebol tem de irresponsabilidade, de prejudicial à coletividade. Seguiu-se com a palavra o vereador Jânio Quadros, que, fiel à sua decisão de combater por todos os meios esse horrível projeto, alinhavava, uns após os outros, argumentos de toda ordem, de modo a por a nu a monstruosidade da medida. Justamente por basear-se a argumentação do orador no bom-senso, no respeito aos interesses da coletividade paulistana, no dever de bem cumprir o sagrado mandato popular, viu-se o ardoroso vereador desde logo alvo de inúmeros apartes lançados pelos edis que se empenham em conseguir a aprovação do projeto que conta hoje com a hostilidade da maioria dos paulistanos. Assim as discussões chegavam a tornar-se tumultuosas, com que sobreveio um incidente entre os srs. Jânio Quadros e João Carlos Fairbanks. Houve troca de palavras ásperas, naturais em momentos de tensão, encerrando-se, porém, logo, o incidente, com explicações recíprocas dos que nele se haviam envolvido.

O tom opinativo da reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo” deixa a informação de lado, sem a preocupação com as falas, o teor dos debates. O leitor mais atento fica se perguntado: quais palavras ásperas teriam sido trocadas entre os vereadores Jânio Quadros e João Carlos Fairbanks?

A troca de desaforos entre os dois vereadores pode ser recuperada nos Anais da Câmara que registram o lado oficial que acontece na sessão plenária. A seguir, as farpas trocadas entre os vereadores Jânio Quadros e João Fairbanks:

**O Sr. Jânio Quadros** – (...) Asseguro a V.v. Exas. que isso é, também, um crime. Asseguro que essa Lei cairá no Judiciário e não é possível que nos arrisquemos a sujeitar-nos a uma capitis diminutio. Com este significado é uma humilhação desta espécie, somente pela teimosia demonstrada por alguns que se recusam a retirar a proposição para oferecê-la mais tarde com a lei consentânea, agora, com o desejo de todos. Fiquem Vv. Exas. certos que isto não é possível, isto refoge ao mandato, isto escapa à nossa atribuição, aos nossos deveres: isto é um verdadeiro atentado ao nosso mandato. Eu até creio que cabe à responsabilização individual e coletiva desta Câmara...

**O Sr. João Fairbanks** – Por que observou o artigo 174 da Constituição Federal.

**O Sr. Jânio Quadros** – V. Exa. é fascista. V. Exa. está proibido de falar em Constituição. (Não apoiados!)

**O Sr. João Fairbanks** – Mas não sou imbecil. (Muito bem!)

**O Sr. Presidente** – (fazendo soar a campainha) – Está suspensa a sessão.

Sessão suspensa, apenas os jornais reportaram no dia seguinte a confusão ocorrida no plenário da Câmara Municipal, envolvendo os vereadores Altimar Ribeiro de Lima e Jânio Quadros. A cobertura da “Folha da Manhã” sobre o episódio é mais informativa em relação à do jornal “Estado”, narrando a sessão, passo a passo, até o desfecho inesperado:

(...) Vão num crescendo de violência os debates em torno do projeto de lei de auxílio aos esportes, na Câmara Municipal. A sessão de ontem superou, nesse aspecto, todas as anteriores. (...) iniciou-se com as galerias completamente tomadas por populares e num ambiente de extrema tensão. Após discussão da matéria do expediente, deu-se início ao exame de três requerimentos relativos ao projeto nº 234 e de autoria, respectivamente do pe. Arnaldo de Moraes Arruda, Cid Franco e Jânio Quadros. O pe. Moraes Arruda solicitava a formação de uma comissão especial para estudar o projeto. Os requerimentos dos srs. Cid Franco e Jânio Quadros visavam, com variantes de redação, que se adiasse a discussão do projeto até que o executivo prestasse informações consideradas necessárias.

Os discursos com que os dois primeiros destes vereadores sustentaram seus requerimentos não provocaram debates acirrados em demasia, embora o sr. Cid Franco tivesse atacado com violência os responsáveis pela direção dos grandes clubes esportivos. O mesmo não sucedeu, entretanto, quanto à oração do sr. Jânio Quadros, toda ela entrecortada de apartes, usando os contedores, não poucas vezes, linguagem nada parlamentar. Particularmente violenta foi, nessa altura dos debates, a troca de invectivas entre o orador e o sr. Ottobriani Costa.

Prosegue a narrativa do jornal:

O sr. Jânio Quadros já se achava quase ao fim do tempo que dispunha para o seu discurso, quando os ânimos voltaram a exaltar-se. A um aparte do sr. João Carlos Fairbanks, retruca o orador que um fascista não pode citar a Constituição. Responde este último: “Posso ser fascista, mas não sou imbecil”. Nesse diapasão prossegue a troca de apartes; primeiro entre esses dois vereadores, generaliza-se a seguir, criando no plenário inenarrável confusão. A campanha presidencial tilinta inutilmente o sr. Teixeira Pinto, impossibilitado de impor a ordem, suspende a sessão.

Permanece na tribuna o sr. Jânio Quadros e, embora suspensos os trabalhos, continua violenta discussão entre o orador e outros vereadores, particularmente o sr. Altimar de Lima. Num momento de calma, o presidente reabre a sessão. Recomeça a confusão. Em dado momento, o sr. Altimar de Lima avança em direção à tribuna, intervindo vários edis para evitar uma cena de pugilato. Não o conseguiram, entretanto, pois o vereador pessepista, desvencilhando-se dos que o seguravam, sobe à tribuna e agride o sr. Jânio Quadros. Este perde o equilíbrio e cai, batendo a cabeça na mesa localizada atrás da tribuna. Fere-se e sangra. As pessoas, que se achavam próximas, vereadores e jornalistas, separam os contedores. Percebendo que o sr. Jânio Quadros estava armado e temendo um gesto impensado por parte deste, o sr. Valdemar Teixeira Pinto tira-lhe o revólver.

O orador, embora ferido, insiste em continuar na tribuna, sendo aplaudido com vivas de uma parte da assistência, ao que respondem outros populares com vivas ao sr. Roberto Pedrosa.

Por ordem da mesa, os guardas civis de serviço na Câmara evacuem as galerias, o que se faz sem incidentes.

O assunto é manchete de primeira página do jornal no dia seguinte (04/10/1949), sob o título Confusão, Tumulto e Agressão Física, com a explicação de que cenas degradantes forçaram a suspensão dos trabalhos da sessão na Câmara Municipal.



O “Correio Paulistano”, na mesma data, publicou a melhor foto de capa do episódio, tanto que, depois de 64 anos, é novamente motivo de capa de uma publicação, deste livro histórico da CMSP. Mas, agora, com uma retificação na legenda da foto, que trazia o seguinte texto na época: “O Sr. Jânio Quadros era medicado, na sala de taquigrafia, pelo dr. Reynaldo Smuith de Vasconcelos”. Reynaldo era um dos muitos médicos com vocação para a política na Legislação. O redator de plantão errou a sala do socorro. Jânio permaneceu na tribuna e foi nela que foi medicado pelo colega. A reportagem, a exemplo da “Folha da Manhã”, foi mais informativa, tendo sido praticamente publicada na capa da edição com a seguinte manchete: “Agredido a socos por seu colega Altimar Ribeiro de Lima o vereador Jânio Quadros”.



FOTO ORIGINAL DO CORREIO PAULISTANO (autoria desconhecida).  
Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Reprodução e tratamento de imagem: Professor  
Dr. João Musa



Edson Ravena, jovem funcionário da época, teve a oportunidade de assistir o que seria o fim da aprovação do projeto, quando o vereador Altimar Ribeiro de Lima, moço ainda, recém-formado engenheiro, que estava no fundo do plenário, não resistindo com argumentos à oratória inflamada e ferina de Jânio, levantou-se e foi em direção à tribuna para agredi-lo:

Era o que Jânio queria, sangrar na tribuna, momento ímpar para dar seu espetáculo. Em tom dramático, passando a mão no rosto ensanguentado, bradava: "Este projeto só passará com as marcas do meu sangue". Abria o projeto e espalhava o sangue pelas folhas. Se houver oportunidade de resgatar o projeto original nos arquivos da Câmara, as marcas do sangue do Jânio devem estar lá — afirma Ravena, revendo o episódio como se fosse hoje.

Ravena, hoje com idade acima dos 80 anos, guarda de maneira indelével os acontecimentos daquela tarde no Palacete Prates, os quais jornal "O Estado de S. Paulo" reporta com outros detalhes, mas que confirmam o espetáculo protagonizado por Jânio, inclusive a sua atitude de marcar com sangue o processo que contém todo o histórico do Projeto de Proteção aos Desportos. A seguir, o relato do jornal:

(...) Foi então que um vereador, conhecido já pelas suas atitudes pouco condizentes com a linha parlamentar, o sr. Altimar Ribeiro de Lima, do PSP, tentou agredir o Sr. Jânio Quadros, sendo porém, frustrado em seu intento. Prosseguiu, pois, o sr. Jânio Quadros em seu discurso, quando, inopinadamente, no meio de uma frase, sobre ele se atira o mesmo Altimar Ribeiro de Lima tentando novamente agredi-lo. Reage o orador e se atraca com o turbulento, quando intervêm vereadores e funcionários, separando-os. Jânio Quadros estava ferido por de traz da cabeça por haver batido de encontro a uma janela. Para atacá-lo, o vereador subira à tribuna de taquigrafia, de onde se lançara sobre orador. Suspensa a sessão, fez o sr. Jânio Quadros questão de continuar na tribuna, pois, afirmava, indignadamente, que era para ele motivo de honra, a que de modo algum poderia faltar, combater o monstruoso projeto que constitui uma mancha indelével para o povo de São Paulo. Não seriam, portanto, as agressões como a que acabara de sofrer que iriam acovardá-lo, muito embora fosse necessário misturar seu sangue às palavras com que atacava o projeto inqualificável. E debruçando sobre o projeto, já então avermelhado pelo sangue que escorria pela sua cabeça, insistiu o orador em continuar o exame da medida que tanto se batem os apaniguados do governo do Estado, com vistas em subalternos interesses partidários: conquistar votos para suas campanhas eleitorais. (...)

O ESTADO DE S. PAULO — TERÇA-FEIRA — 10 DE OUTUBRO DE 1949

# CÂMARA MUNICIPAL

Completamente abandonado o distrito de Itaquera — O jogo se processa às claras em São Paulo — Não entrou em discussão o malfadado projeto dos esportes — Contra a famigerada proposição o presidente da Associação dos Cronistas Esportivos de São Paulo — Reunião de líderes das diversas bancadas na tarde de hoje

## INOPINADA E COVARDE AGRESSÃO NO RECINTO DA CAMARA

El pueblo que anteriormente vivía en el estado de Oaxaca, México, se fue a vivir a un lugar llamado Itaquera. Allí se desarrolló una vida comunitaria y se creó una escuela para los niños. El pueblo de Itaquera fue abandonado por el gobierno y los habitantes se fueron a vivir a otros lugares. Este es el relato de un periodista que visitó el distrito de Itaquera y escribió un artículo sobre la situación de los habitantes que allí viven. El artículo describe cómo el gobierno abandonó el distrito y cómo los habitantes se fueron a vivir a otros lugares. El artículo también menciona la creación de una escuela para los niños y la vida comunitaria que se desarrolló en Itaquera.

... (transcription of the rest of the page content) ...



Expressão de protesto da bancada do PSP contra o projeto de esportes, sob o olhar do vereador Jânio Quadros, que foi atacado, de surpresa, pelo sr. Altimar Ribeiro de Lima, quando ocupava a tribuna.

Após o episódio, como diz Ravena, Jânio se agigantou e Altimar, com sua valentia, diminuiu de tamanho. E o projeto de uma maioria esmagadora, líquido e certo de aprovação, em razão das desavenças em plenário, reações públicas e da sua própria inconstitucionalidade, não obteve no plenário aprovação necessária de 2/3 de votos a favor, conforme previa um de seus artigos, e foi rejeitado na sessão de 05/10/1949. Voltou a tramitar nas comissões, dormindo na burocracia por vários anos, sendo arquivado definitivamente em 19/05/1953.

### **Fontes primárias de documentação consultadas**

**Anais da Câmara Municipal de São Paulo** - período 1948/1951

**Processo n° 348**, sobre Cobrança de Ingressos e Concessão de Licença às Empresas Exibidoras Cinematográficas no Município, Arquivo da CMSP

**Processo n° 3290**, que cria a Comissão Municipal de Desportos com a Finalidade de Proteger a Atividade Desportiva e a Prática da Educação Física, Arquivo da CMSP

**Jornal “O Estado de S. Paulo”**, 04/10/1949, p. 4 – São Paulo

**Jornal “Folha da Manhã”**, 04/10/1949, capa e p.2 – Paulo

**Jornal “Correio Paulistano”**, 04/10/1949, capa e p. 2 – São Paulo

**Entrevista feita pelo autor:** Edson Aparecido Ravena, em 03/05/2012



## Prefeitos e vereadores na Primeira Legislatura: nuances da relação entre os dois poderes

*Ubirajara de Farias Prestes Filho*

*A* Câmara Municipal ressentia-se e denunciava descasos dessas administrações. Nesse período, tornou-se fundamental o papel do Poder Legislativo Municipal, que, em determinados momentos, assumia funções peculiares ao Poder Executivo, além de exercer de maneira precisa e pontual sua função de fiscalizá-lo. Os prefeitos nomeados, por não possuírem representatividade perante uma parcela da opinião pública, não se envolviam com a administração municipal, ao ponto de desconhecer os problemas da vida cotidiana dos paulistanos e de seus bairros. (Vera Lúcia M. Chaia, p. 22)

---

**Ubirajara de Farias Prestes Filho**

*Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Consultor Técnico Legislativo, na área de História, da Câmara Municipal de São Paulo.*

---

---

## 1. Cinco Prefeitos na Primeira Legislatura e uma Cidade em ebulição.

No dia 1 de janeiro de 1948, com 45 vereadores presentes, instalou-se a Câmara Municipal de São Paulo, e foi eleita sua Mesa Diretora. Trata-se de um momento significativo, pois o legislativo municipal permaneceu fechado por vários anos, entre 1930 e 1947, com exceção da curta legislatura que começou em julho de 1936 e terminou em novembro de 1937, com o Estado Novo.

Uma das questões intensamente debatidas em 1936 e 1937 foi a intolerância da medida que determinava a nomeação dos prefeitos da capital. A Lei estadual 2.484 de 1935 (Lei Orgânica dos Municípios), no Art. 18, § 2, determinou: “*No Município da Capital e no da estância hidromineral e climática de São José dos Campos, o prefeito será livremente nomeado e demitido pelo governador do Estado*”. Muitos vereadores se posicionaram a favor da eleição direta ou, pelo menos, da indicação do nome do prefeito pelo Legislativo.

Com a redemocratização, havia expectativas de que os prefeitos voltariam a ser eleitos por meio do voto popular. No entanto, a Constituição de 1946, no Art. 28, § 2º, determinou: “*Serão nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarou bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País*”. Já a Lei federal nº 121 de 22 de outubro de 1947, no Art. 1º: “*São declarados bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País, e para os fins determinados no § 2º do artigo 28 da Constituição Federal, os seguintes Municípios: ...; São Paulo, Santos e Guarulhos, no Estado de São Paulo;...*” Em setembro de 1947, a Lei Orgânica dos Municípios, decretada pela Assembleia Legislativa de São Paulo e promulgada pelo governador do Estado, apenas confirmou essa medida.

Entre 1930 e 1953, a Cidade de São Paulo teve 17 prefeitos nomeados pelo Governo. No caso da Primeira Legislatura, de 1948 a 1951, os vereadores tiveram que lidar com cinco prefeitos diferentes:

- Paulo Lauro: 29/08/1947 a 25/08/1948; nomeado prefeito por Adhemar de Barros, governador do Estado.
- Milton Improta: 26/08/1948 a 03/01/1949; tendo o prefeito Paulo Lauro pedido exoneração do cargo, passou a exercê-lo interinamente Milton Improta, Secretário das Finanças do Município.
- Asdrúbal Euritysses da Cunha: 04/01/1949 a 27/02/1950; nomeado prefeito por Adhemar de Barros.
- Linneu Prestes: 28/02/1950 a 31/01/1951; nomeado prefeito por Adhemar de Barros.
- Armando de Arruda Pereira: 01/02/1951 a 07/04/1953; nomeado prefeito por Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado.

A questão do voto estava na pauta das discussões políticas do período. Novos padrões de relacionamento entre trabalhadores e Estado emergiam, criando a necessidade de maior contato entre

políticos e os bairros. Embora analfabetos não pudessem votar, houve grande crescimento no número de eleitores, inclusive nas periferias da Cidade. Na eleição para a Câmara Municipal, em 9 de novembro de 1947, a capital contava com 523.932 eleitores.

Uma situação peculiar ilustra as condições políticas da Cidade no período. Em 1º de agosto de 1947, ocorreu na Cidade um “quebra-quebra”, resultado de uma violenta reação popular contra o aumento da tarifa de ônibus e bondes. Em vários pontos, o transporte público foi atacado, depredado e/ou incendiado. A revolta também atingiu a Prefeitura e símbolos do governo estadual. Isso mostra a tensão em que vivia a Cidade, e a forma como as reivindicações populares cresciam.

Dessa maneira, a Câmara tornou-se um grande canal para as reivindicações dos bairros por infraestrutura, saúde, educação, assistência e lazer. Aumentaram os apelos populares por mudanças. As Sociedades Amigos de Bairro levavam para a Câmara suas solicitações, que as dirigia à Prefeitura.

Entretanto, para muitos vereadores, o prefeito nomeado não era um representante popular, mas um tipo de extensão do poder do governador Adhemar de Barros. Assim, a crítica era dirigida tanto ao prefeito como a quem o nomeou. Alguns vereadores fortaleceram sua carreira em torno dessa crítica, como é o caso de Jânio Quadros, que se opôs com veemência ao governador.

A Câmara Municipal ressentia-se e denunciava descasos dessas administrações. Nesse período, tornou-se fundamental o papel do Poder Legislativo Municipal, que, em determinados momentos, assumia funções peculiares ao Poder Executivo, além de exercer de maneira precisa e pontual sua função de fiscalizá-lo. Os prefeitos nomeados, por não possuírem representatividade perante uma parcela da opinião pública, não se envolviam com a administração municipal, ao ponto de desconhecer os problemas da vida cotidiana dos paulistanos e de seus bairros. (CHAIA, p. 22)

Segundo a Lei Orgânica, o Executivo tinha poder de veto parcial ou total de projetos aprovados pela Câmara, e a obrigação de apresentar a Lei Orçamentária. Além disso, deveria apresentar à Câmara suas contas. Já os parlamentares tinham atuação ampla nas propostas de políticas públicas, e até em iniciativas orçamentárias. A Câmara poderia legislar, com a sanção do prefeito, sobre matérias financeiras, tributárias e administrativas.

Neste capítulo, o objetivo é apresentar alguns traços do intenso debate do período sobre a atuação dos prefeitos, e sua relação com o Legislativo Paulistano. A posição dos vereadores será analisada a partir de exemplos de discursos que atacavam ou defendiam a ação do Poder Executivo. O fato é que o desenvolvimento dos trabalhos legislativos colaborou para a discussão sobre a necessidade de um prefeito eleito pelo voto popular, o que só ocorreu com a eleição de Jânio Quadros, cujo mandato começou em 1953.

## 2. Adhemar de Barros e o Partido Social Progressista.

Em junho de 1946, Adhemar de Barros, ex-interventor de São Paulo, fundou o Partido Social Progressista (PSP), que se constituiu “*peça fundamental da vida política do estado de São Paulo a partir da redemocratização empreendida especialmente por setores liberal-democratas em oposição ao Estado Novo.*” (DHBB. Cpdoc. Verbete PSP). Trata-se de um partido com grande força em São Paulo, que suplantou nesse Estado os grandes partidos nacionais.

Adhemar havia formado em novembro de 1945 o Partido Republicano Progressista (PRP), que não alcançou a expressão que ele esperava. Assim, no ano seguinte, com o intuito de ampliar suas bases, fundiu o PRP a dois outros pequenos partidos de origem paulista: o Partido Popular Sindicalista, de Miguel Reale e José Adriano Marrey Júnior, e o Partido Agrário Nacional, de Mário Rolim Teles. Formou-se assim o PSP, como uma forma de Adhemar ampliar suas possibilidades de vitória nas eleições estaduais de janeiro 1947.

Para aumentar mais ainda suas possibilidades de vitória, Adhemar procurou apoio do então Partido Comunista do Brasil (PCB), que nesse momento era uma força política expressiva no estado. Após conseguir aliança com o PCB, em um compromisso que posteriormente foi rompido, Adhemar de Barros conseguiu a vitória nas eleições. Ao assumir, em março de 1947, uma de suas primeiras medidas foi a substituição dos prefeitos indicados pela administração anterior, com o intuito de fortalecer seu próprio partido e aliados.

Na Cidade de São Paulo, Adhemar nomeou como prefeito o engenheiro Christiano Stockler das Neves, que participou da fundação do PSP. Ele permaneceu na função até o mês de agosto de 1947, quando foi substituído por Paulo Lauro.

As disputas políticas em São Paulo, seja no Estado, seja nas prefeituras, sobretudo na capital, eram importantes para o cenário nacional. Tratava-se da unidade mais importante da Federação, em níveis econômico e eleitoral.

Parlamentares na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal, ligados a partidos como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), junto com partidos de menor expressão, realizaram forte oposição a Adhemar e aos políticos a ele ligados. De qualquer modo, ao longo do seu governo, Adhemar procurou costurar alianças, mesmo no interior desses partidos. O fato é que Adhemar é acusado de corrupção e de uso ilícito da máquina pública. Essa crítica acaba por se estender aos prefeitos por ele nomeados em São Paulo.

### 3. Pressões sobre o prefeito Paulo Lauro.

Paulo Lauro, nascido em 1907, era egresso da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Atuou em São Paulo como advogado criminalista, ao mesmo tempo em que se dedicava ao magistério de nível secundário. Ficou conhecido pela sua brilhante atuação na defesa do jovem negro Arias de Oliveira, acusado de assassinar, em 1938, um casal de chineses, donos de um restaurante, e dois empregados, no caso popularmente chamado de “O crime do restaurante Chinês”.



A presença do Governador Adhemar de Barros nas questões municipais. Da esquerda para a direita: governador Adhemar (2º), vereador José Adriano Marrey Júnior (3º) e prefeito Paulo Lauro (6º), 1948. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo

Participou da criação do PRP e depois do PSP. Tornou-se secretário dos negócios jurídicos da capital. Estava na Cidade quando ocorreu o “quebra-quebra” de 1º de agosto de 1947, conforme explica o historiador Adriano Luiz Duarte (2005, p. 28):

Duas caminhonetes oficiais foram tombadas e incendiadas, e o próprio carro oficial do prefeito Stockler das Neves foi apedrejado, não sendo incendiado porque a polícia conseguiu resgatá-lo da multidão. O secretário dos negócios jurídicos, Paulo Lauro, não teve seu carro oficial queimado e depredado porque um contínuo da prefeitura retirou-lhe as placas brancas, e assim passou tranquilamente pela multidão.

Ainda no mês de agosto, Paulo Lauro foi nomeado pelo governador Adhemar de Barros para o cargo de prefeito. É considerado o primeiro prefeito negro de São Paulo. (DUARTE, 2007). Precisou trabalhar junto com uma Câmara Municipal pluripartidária, que voltava de um longo período de silêncio.

No dia da instalação da Câmara Municipal, apresentou um discurso longo e eloquente, onde defende a democracia, a atuação do governador que o nomeara, e as medidas que vinham sendo adotadas em sua gestão. Destacamos os trechos a seguir:

Nós somos democratas natos...

Queremos o governo do povo pelo povo e a limitação das liberdades populares, respeitados os princípios e normas asseguradas dos Direitos do Homem.

Detestamos a ditadura e a opressão.

Sendo a democracia o ideal de nossas vidas, vivendo nós para, por intuição natural e como decorrência das tradições brasileiras, lutaremos em prol do nosso credo político, não podemos deixar de nos congratular com todos os paulistas, com todos os brasileiros, com todos os companheiros de lutas políticas, pela augusta solenidade a que ora assistimos, solenidade que marca o término da reintegração do governo da nossa grande Cidade de São Paulo no regime democrático, o que devemos, sobretudo, à atuação ímpar do nosso grande chefe, dessa figura empolgante de estadista que é Adhemar Pereira de Barros, o eminente governador que, com os dínamos da sua energia, da sua clarividência, do seu acentuado espírito público e acendrado patriotismo, soube restaurar o sentido paulista da história política, social e econômica da nossa Pátria!

(...)

Que as forças políticas representativas de todas as correntes partidárias aqui se defrontem para, afinal, atingirem a meta comum, que é o bem público; é o nosso maior desejo, é o desejo desta Cidade esplêndida de São Paulo, e a mais inflamada das esperanças da gente de Piratininga. (LAURO, 1948, p. 6 e 42)

Assim, o discurso de posse de Paulo Lauro não poupou elogios a Adhemar de Barros, e aponta para o projeto nacional do PSP. Quanto à Câmara, ressalta as diferentes correntes partidárias, e antevê os conflitos que existiriam entre os parlamentares, cujo objetivo seria o bem público. O que ele não previu foi o impacto da crítica que cairia sobre sua administração.

Entre os vereadores, dezessete eram do PSP. Mesmo assim, surgiu entre os demais partidos forte oposição ao prefeito. Como já foi explicado, a crítica a Paulo Lauro poderia também representar resistência ao governador e à nomeação do cargo de prefeito.

Uma polêmica em torno de Paulo Lauro ocorreu devido à Ordem dos Advogados do Brasil tê-lo posto fora da ética profissional, supostamente em razão de não ter prestado contas a clientes, como advogado. Tratava-se de um processo em andamento na Ordem, e que serviu para a oposição argumentar com veemência a favor da saída do prefeito do cargo.

O vereador André Nunes Júnior, do PSP, foi um dos defensores do prefeito em meio a essa discussão. Na sessão do dia 07 de abril de 1948, fez um longo discurso, com o intuito de esclarecer a

inocência de Paulo Lauro. Entretanto, outros vereadores, como Camillo Ashcar (UDN), Jânio Quadros (PDC) e José Cyrillo (PSD), combateram a defesa, e reforçaram a posição de crítica. As palavras de Ashcar, aqui selecionadas, servem de ilustração para o entendimento do problema:

**O Sr. Camillo Ashcar** – (...) Estamos diante de um dilema curioso: de um lado, afirmada idoneidade de Sr. Paulo Lauro; de outro lado, alegada falta de ética da Ordem dos Advogados do Brasil. Eu nem discutiria o problema. Entre a idoneidade do Sr. Paulo Lauro e a da Ordem dos Advogados do Brasil, estarei com a da Ordem, já! A Ordem julgou até a data de hoje 1.032 processos; Vv. Excias. sabem por certo, que muito pequeno foi o número das punições porque, via de regra, a Ordem converte o julgamento em diligência ou absolve o querelado por falta de provas.

Quando a Ordem condena é porque uma falta muito grave existiu. Lamento ter de fazer tal afirmação.

**O Sr. Jânio Quadros** – V. Excia. dá licença para um aparte? O meu desejo implica em acompanhar o raciocínio de V. Excia. e corroborar o que V. Excia. diz. A Ordem dos Advogados do Brasil é até arguida de não aplicar, praticamente, penas.

As críticas ao prefeito variavam bastante, conforme demonstram os discursos dos vereadores: negligência nos estudos sobre a implantação de um metrô na Cidade, não atendimento de bairros que necessitam de calçamento, ausência de concursos públicos, uso indevido de recursos públicos, administração que ignorava a existência do Legislativo, contratações sem licitação, bens não declarados, etc.

No mês de junho, sessão do dia 25, próximo às férias parlamentares, vereadores lamentaram o que poderia fazer o Executivo, livre temporariamente da vigilância do Legislativo. Segundo o vereador Cid Franco (PSB): *“A Câmara vai entrar em férias. O Sr. Paulo Lauro vai sentir-se livre, por algum tempo, dos protestos que frequentemente se levantam neste recinto contra os seus desmandos...”*.

Em diversas ocasiões, os vereadores da oposição ressaltam o fato de que o prefeito fora nomeado, e não escolhido pelo voto direto. Assim, concluíam que não havia legitimidade para suas ações.

Na sessão de 20 de agosto de 1948, grande discussão mais uma vez ocorre, em torno da figura do prefeito. Destaca-se a retórica de Jânio Quadros, que descreve sua visão do que seria um cenário calamitoso na Cidade. Após descrever ações da prefeitura que considera reprováveis concessões de favores a aliados, Jânio vocifera, e outros vereadores reagem:

**O Sr. Jânio Quadros** – Sr. Presidente, nobres colegas, estamos caminhando rapidamente para Comuna. Vv. Excias. São testemunhas do descalabro geral de que toda a Cidade dá notícia, do abandono social, do abandono econômico, do abandono urbanístico, do abandono sanitário, do abandono policial, do abandono de tudo aquilo que diz respeito a direitos e vantagens, com exceção dos gravames que crescem e se agigantam, sem serviços, na correspondência a que faz jus qualquer cidadão.

A menos que este Legislativo se congregate acima da polícia para repelir essa péssima administração que infelicitava o Município (Muito bem!!), em pouco tempo, Excias, nos encontraremos em posição tal que qualquer realizador digno de seu nome, digno de suas responsabilidades, recusará assumir a gestão da Comuna, recusará assumir a direção do Município, por ser impossível obra construtiva.

(...)

**O Sr. José Cyrillo** – E foi no governo demagogo de Adhemar de Barros que se aumentou o preço das passagens dos transportes coletivos.

**O Sr. Jânio Quadros** – Aí está! Vv. Excias. vêem tudo através do prisma da facção. Eu ignoro completamente se Paulo Lauro se afilia ou não ao Partido de Vv. Excias. Não vejo as cousas através do prisma partidário.

Apenas afirmo de plano e de público: é o pior prefeito que já apareceu no Município.

**O Sr. Dumont Villares** – Apoiado.



Em destaque, o governador Adhemar de Barros (ao microfone) e, ao seu lado, o prefeito Paulo Lauro. Ao redor, jornalistas e populares, 1948. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo

**O Sr. Jânio Quadros** – E a sua administração é verdadeiramente calamitosa. Eis o adjetivo!

**O Sr. Cantídio Sampaio** – Isso na opinião de V. Excia!

**O Sr. Jânio Quadros** – Na minha opinião e na do povo.

**O Sr. Cantídio Sampaio** – V. Excia. não tem o direito de falar em nome do povo. V. Excia. representa apenas uma pequena parcela desse povo.

(...)

**O Sr. Camillo Ashcar** – Pelo Sr. prefeito, não tenho nem mesmo amor, quanto mais paixão!

**O Sr. Jânio Quadros** – (ao Sr. Cantídio Sampaio) V. Excia. concebe alguém apaixonado pelo prefeito de São Paulo?

**O Sr. Cantídio Sampaio** – Apaixonado por ele, está o povo de S. Paulo.

**O Sr. Jânio Quadros** – Ora, Excia. o povo de São Paulo é de poucos amores.

**O Sr. Cantídio Sampaio** – Para V. Excia. ele é de poucos amores.

**O Sr. Jânio Quadros** – A Bancada de V. Excia. não teria trazido esse número para esta Casa, não fora a cassação dos mandatos.

**O Sr. Camillo Ashcar** – Na opinião do Sr. governador o prefeito Paulo Lauro é o melhor que existe.

Ainda na sessão do dia 20 de agosto, trava-se grande discussão sobre quais partidos, dentre os representados na Câmara, defendiam as eleições diretas para prefeito. Cid Franco argumentou que não seria possível autonomia municipal sem prefeitos eleitos pelo povo. Para ele, Paulo Lauro era apenas um correligionário de Adhemar de Barros. José Cyrillo completou dizendo que se tratava de um “secretário de partido”.

Diante da acusação de que os parlamentares do PSP eram favoráveis à forma como eram empossados os prefeitos, os vereadores Teixeira Pinto e Cantídio Sampaio argumentaram que seu partido defendeu a eleição direta para prefeito, mas esse não teria sido o entendimento da maioria da Câmara Federal.

#### 4. A crise na apresentação das contas do prefeito Paulo Lauro.

A sessão do dia 24 de agosto foi bastante longa e tensa. Setenta e cinco páginas dos Anais da Câmara correspondem aos debates desse dia. O objetivo foi a apresentação e discussão dos pareceres das Comissões de Justiça e de Finanças a respeito das contas da prefeitura referentes ao ano de 1947, e que haviam sido apresentadas à Câmara em fevereiro do ano seguinte.

Foi informado aos demais vereadores que a Comissão não aprovou as contas de 1947. O vereador Assumpção Ladeira (UDN) apresentou qual teria sido o grande problema: a Lei Orgânica determinava que o prefeito deveria encaminhar para a Câmara o balanço com documentos das despesas, cópias de contratos, mapas, enfim, elementos que pudessem servir de prova para as atividades do Executivo. Para a maioria dos membros da Comissão de Justiça e de Finanças, isso não teria ocorrido, o que tornava alguns gastos suspeitos. Para o vereador, o prefeito era indesculpável, pois todos os esforços teriam sido feitos pela Câmara para conseguir esses documentos, mas sem sucesso.

O interessante é que mesmo o vereador Padre Arnaldo (PSP), do partido de Adhemar, manifestou críticas em relação às pendências nas contas do Executivo:

Nunca duvidei, Sr. Presidente, da honestidade do Sr. Paulo Lauro. Acredito que o balanço que S. Excia. oferece ao nosso julgamento nada mais representa senão a síntese numérica de sua agigantada atividade em prol de São Paulo. Mas se o Executivo, nas democracias, demonstra sua honestidade e inteligência na verdade dos seus balanços financeiros, a honestidade e a inteligência do Poder Legislativo se provam pelo exame metucioso e desapaixonado desses mesmos balanços. (...)

Sendo assim, Sr. Presidente, sou de parecer que se não aprove o balanço da prefeitura ora em exame antes que tenhamos em mãos os contratos a que ele faz referências. Isto em defesa do próprio Executivo, cujo bom nome lutarei por preservar, todas as vezes que o passa fazer, sem ofensa da Lei e sem sacrifício da honorabilidade desta Casa.

A oposição aproveitou o discurso do vereador Padre Arnaldo para ampliar suas críticas ao prefeito. O vereador Cid Franco, por exemplo, diz que condena a “... *gestão do prefeito nomeado, não apenas por ser um prefeito nomeado, mas por ser um prefeito desonesto*”.

De qualquer maneira, o debate foi bastante intenso, pois alguns vereadores do PSP discursaram a favor do prefeito. Por exemplo, o vereador Castilho de Barros (PSP) argumentou que havia muita dificuldade para o Executivo enviar documentos de despesa para a Câmara, já que havia 35 mil documentos, cada um deles formando um processo administrativo. Assim, a Câmara não teria espaço nem tempo suficiente para receber e analisar tamanha quantidade de documentos. Já o vereador André Nunes Júnior defendeu que as críticas ao prefeito tinham raiz em questões políticas, e não técnicas:

**O Sr. André Nunes Júnior** – (...) Sr. Presidente e nobres vereadores, não se pode negar a utilidade da crítica aos atos do Executivo. Representantes do povo, evidentemente, exercem os vereadores, em seus nomes o direito que lhes assiste de pedir aos governantes contas dos seus atos. Parece-me, entretanto, data vênica, que, na discussão do Parecer relativo ao Balanço Anual da prefeitura do exercício de 1947, as críticas tem sido encaminhadas - e muitos frequentemente - para o lado político-partidário, tendo as vezes o sabor da antipatia pessoal que anima alguns daqueles que se encontram em campo oposto ao partidário do atual Chefe do Executivo Municipal.

Além disso, André Nunes disse que os prefeitos anteriores não foram tão criticados por que não havia oposição. Por isso, criava-se uma ideia de que as administrações anteriores eram melhores que as atuais. Para ele, isso seria um engano.

O fato é que, depois de muitos se posicionarem no plenário, ao fim da sessão, foi realizada votação para decidir sobre aprovação ou rejeição das contas apresentadas pelo prefeito Paulo Lauro. Decidiu-se pela rejeição.

No dia seguinte, o prefeito Paulo Lauro caiu. A repercussão do que havia ocorrido na Câmara foi grande, forçando Adhemar de Barros a ter que fazer outra escolha.

Em 1951, Osvaldo Chateaubriand, irmão de Assis Chateaubriand, publicou um livro com duras críticas aos políticos de São Paulo, sobretudo aqueles ligados a Adhemar de Barros. O título escolhido foi “Terra Arrasada: aspectos inéditos e tenebrosos da vida pública em São Paulo”. Em um trecho do livro, comenta a situação ainda complicada das contas da prefeitura, do período de Paulo Lauro:

Estamos no ocaso de 1950 e até este momento não foram aprovadas as contas da administração Paulo Lauro, por que entenderam os vereadores, entre os quais correligionários deste antigo prefeito, que não existem documentos comprobatórios de gastos nababescos, como por exemplo, o do encarvoado projeto dos estudos do *sub-way*. Todos se lembram do clamor que produziu, na Câmara dos vereadores e na imprensa em geral, esse negócio tramado nos fundos secretos de gabinetes de luz mortiça, o qual, sem embargo do escândalo transparente, não mereceu uma palavra de censura do chefe do governo, que antes premiou o indicado com uma cadeira de Deputado à Câmara Federal. Se as contas do Sr. Paulo Lauro não forem aprovadas, o que tem por incontestável, estará no ano vindouro acobertado pelas imunidades parlamentares, fresco e fagueiro, com o rico anel de brilhante que ele ostenta, esse sem jaça, no anular displicente e descuidoso. Bem posto, próspero, pachola, refestelado numa poltrona do Palácio Tiradentes, rir-se-á com ironia dos que tiverem o desplante de examinar-lhe as contas confusas e impenetráveis.

Se há em São Paulo um departamento público reduzido a escombros, é exatamente a prefeitura. Paga a prefeitura uma verba imensa a altos funcionários encostados, e que o foram pela simples razão de recusarem a sua participação em iniciativas duvidosas e escusas. Não sendo demissíveis *ad-nutum*, o Sr. Paulo Lauro, com a ciência do chefe do executivo estadual, os pôs na geladeira, desobstruindo-se assim os caminhos tortuosos, propícios ao crime contra a coletividade paulistana. (CHATEAUBRIAND, p. 43 E 44)

Como se vê, a administração de Paulo Lauro foi muito criticada. No tempo coberto pela Primeira Legislatura, seu período foi o mais marcante e conflituoso, polarizando posições entre vereadores.

Paulo Lauro foi eleito para a Câmara Federal em outubro de 1950, e tomou posse em fevereiro do ano seguinte. No Jornal Diário de São Paulo, no dia 27 de maio de 1951, publicou um texto criticando os vereadores que o acusaram na Câmara Municipal, e defendeu-se das críticas que ainda eram feitas. Um trecho elucidava sua dura defesa:

A opinião pública sufragou o meu nome, proporcionando-me suprema ventura. (...) Conhecêssem os vinte e um edis o b-a-bá de direito e o abc da ciência das finanças, fossem menos politiquinhos, e mais probos e outros teria sido o desfecho da deliberação do plenário do Palacete Prates. (...)

O que houve em toda essa trama foi um açodamento geral, um incitamento político contra um adversário que eles todos temiam porque reconheciam o seu valor e sabiam que se não o anulassem de uma vez seriam por ele vencidos. (...)

Os demagogos serão despejados em outubro próximo, do Palacete Prates, onde nunca mais pisarão, com suas patas que enodoam e maculam as tradições da venerada Casa. Os maroteiros estão no fim. É preciso, porém, dedetizar as pulgas que vão deixar na Câmara...

O tema das contas de Paulo Lauro arrastou-se por muito tempo, não sendo concluído ao fim da Primeira Legislatura.

## 5. O curto período de Milton Improta.

Após a saída de Paulo Lauro da prefeitura, assumiu a função o então Secretário de Finanças do Município, Milton Improta. Nascido em Bragança Paulista, era um técnico e acadêmico em Economia e Contabilidade. Tinha o desafio de acalmar os ânimos da Câmara e da imprensa, justificando as práticas da administração nomeada por Adhemar de Barros.

Em seu discurso perante a Câmara, na sessão de 27 de agosto de 1948, pouco tempo após ter assumido a prefeitura, Milton Improta apresentou sua disposição para manter diálogo eficaz com os vereadores:

Assumindo numa hora de conturbação de espíritos a direção do Executivo Municipal e atendendo a um apelo imperativo da hora presente, sabendo quão espinhoso, quão difícil é o exercício do cargo de prefeito do Município de São Paulo... desejamos viver em harmonia absoluta com o Legislativo, a fim de que dentro da independência dos poderes haja concórdia e harmonia de vistas. Todos unidos poderemos trabalhar pelo bem de São Paulo e para a glória de nosso Estado.

O discurso foi bem recebido pelos vereadores. Sua gestão durou pouco mais de quatro meses, até que outro nome fosse escolhido pelo governador. Ao sair do cargo, recebeu elogios de alguns vereadores, como pode ser verificado na sessão de 07 de janeiro de 1949:

**O Sr. Brasil Bandecchi** – Exmo. Sr. Professor Milton Improta. Designado pelo Sr. Presidente desta Casa para dirigir a V. Exa. a saudação dos meus nobres pares, devo dizer de início que para mim é alta honra poder falar em nome de meus colegas de Câmara e poder ao mesmo tempo dirigir a palavra a V. Exa., homenageando um homem que, no mais alto cargo do Executivo Municipal, soube com dignidade, com altivez e com patriotismo desincubar-se das tarefas árduas que sobre os ombros lhe pesavam. (Muito bem!).

**O Sr. Marcos Mélega** – V. Exa. me permite um aparte? Desejo fazer eco com o que V. Exa. acaba de dizer da honradez, da independência do nobre ex prefeito...



Milton Improta. 21/03/1950. Grupo Folha.

**O Sr. José Estefano** – Da grande probidade.

**O Sr. Marcos Mélega** – ... em nome da Bancada da União Democrática Nacional.

**O Sr. Brasil Bandecchi** – Agradeço a V. Exa. o aparte dado com tanta elevação ao discurso que estou proferindo.

**O Sr. Derville Allegretti** – V. Exa. permite um aparte? Esse pensamento não é apenas da Bancada da União Democrática Nacional é também do Partido Republicano, principalmente meu, que tenho pelo ex – prefeito Milton Improta a maior admiração pela brilhante gestão que teve nesse curto espaço de tempo em que a exerceu.

**O Sr. João Fairbanks** – (dirigindo-se ao orador) V. Exa. permite um aparte? A legenda do Partido Social Democrático é uma parcela do... inclusive a parcela do Partido de Representação Popular que nela se inclui, e fazer próprias as palavras de V. Exa., testemunhado assim, o aprêço que tem pela figura honrada e insigne do Professor Milton Improta, em face da administração escorreita de S. Exa..

**O Sr. Brasil Bandecchi** – Agradeço os nobilíssimos apartes de Vv. Exas.

Sr. Professor Milton Improta, julgo que após os apartes que acabaram de ser dados, pouco deveria acrescentar, porquanto não me consta que na História do Município, um homem público que tenha deixado de dirigir os altos destinos da comuna em época de tanta agitação tenha recebido, numa Câmara, o apoio unânime de todos os partidos cujos representantes se encontram neste Plenário. Esta é a maior consagração que um ex- prefeito poderia desejar: o respeito dos seus concidadãos, a admiração dos representantes do povo.

Porém, em agosto de 1949, quando as contas referentes ao ano anterior estavam em análise, surgiram fortes críticas a Milton Improta. As mais duras palavras vieram do vereador Pedro Pedreschi (UDN), que também possuía formação na área contábil. Ele apontou o que, em sua análise, seriam vários erros e negligências na apresentação das contas.

Não é pretensão deste texto explorar as minúcias da discussão técnica. O fato é que o ex-prefeito Milton Improta reagiu, e publicou um livro com 331 páginas, com o único propósito de defender o trabalho técnico dos contadores da prefeitura. Com o título de “Finanças Municipais” (1949), o livro discute o contexto em que as contas da prefeitura foram analisadas, tanto em sua gestão como de Paulo Lauro.

Um dos argumentos de Improta refere-se à dificuldade que a prefeitura teria para reunir com rapidez todos os documentos contábeis do ano, por que nos tempos em que a Câmara esteve fechada, a prefeitura submetia suas contas ao Conselho Administrativo do Estado, que sempre as aprovava. A Lei Orgânica, de 18/09/1947, mudou as regras, o que tornou bastante difícil apresentar toda a documentação requerida já no início do ano seguinte.

Na ocasião reinava grande confusão em torno da prestação de contas. Não se sabia, ao certo, qual era o seu processo normal e regular. Os ânimos estavam exaltados por paixões políticas, por incompreensão, mais ou menos generalizada, por antipatias pessoais ou por injunções ou influências alheias aos problemas ou questões submetidas à apreciação do Legislativo Municipal. Transpunha-se, naquele momento, uma das fases mais críticas da vida política do Estado de São Paulo e da Nação, que ensaiava os primeiros passos no regime democrático, sob a égide constitucional. No entrechoque de antagônicos interesses e de acirradas paixões partidárias ou políticas, qualquer gota d'água constituía motivo para o desencadeamento de tempestade. (IMPROTA, 1949, p. 11)

Assim, Improta atribuiu a recusa em aceitar as contas da prefeitura a fortes interesses políticos. O livro continua com citações de vereadores, principalmente Pedro Pedreschi, para em seguida rela-

cionar suas refutações às críticas. Em uma parte técnica, reúne informações no intuito de provar que os contadores da prefeitura trabalharam com profissionalismo, responsabilidade e ética.

A publicação do livro não passou despercebida. Na sessão de 27 de abril de 1950, o vereador Pedro Pedreschi comentou a obra de Improta, e reiterou suas críticas. Argumentou que o livro possuía “banal narrativa” e “falsidades”. O vereador se defendeu do que considerou acusações contra seu trabalho como parlamentar. Explicou alguns pontos do livro, para refutar os argumentos técnicos apresentados.

Como era de se esperar, surgiram vozes em apoio a Improta, principalmente a do vereador Cantídio Sampaio. Porém, o vereador Cid Franco levantou um outro aspecto em torno da publicação: quem a teria patrocinado e quantos exemplares a prefeitura adquiriu?

Na sessão do dia 28 de abril, o assunto da compra dos livros pela Prefeitura retornou. O vereador Cid Franco insistiu no tema, argumentando que o Executivo não poderia se tornar editor do Sr. Improta. Para ele, como a prefeitura poderia gastar dinheiro público com a compra de um livro parcial, que inclusive faz acusações a vereadores?

Para sustentar a opinião que tinha sobre Milton Improta, Franco utilizou uma reportagem do “Correio de Manhã”, de 23 de novembro de 1949. Segundo a matéria, Improta era apenas um burocrata, alheio a todos os problemas políticos, sociais, administrativos e culturais da época. Tal situação seria favorável ao governador, que conseguiria manter sua influência no nível municipal. Além disso, a matéria o descreve de maneira caricatural, como um homem tímido, que fugia aos compromissos. Por fim, diz que aproveitou sua fase na prefeitura para criar um cargo para si mesmo: diretor geral da Fazenda. Os defensores de Improta se levantaram contra a matéria, defendendo sua honestidade e profissionalismo.

O fato é que, apesar de estar na prefeitura por um curto período, Improta dividiu opiniões. Muitas das críticas vieram após sua saída, principalmente em função da análise de contas do período.

## 6. Asdrúbal Euritisses da Cunha, Linneu Prestes e Armando de Arruda Pereira

Nascido em Bagé, Rio Grande do Sul, em 13 de fevereiro de 1899, Asdrúbal Euritisses da Cunha estudou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. De carreira militar, participou da Revolução Constitucionalista. Em 1946, depois de passar por vários níveis da hierarquia militar, tornou-se tenente-coronel.

Foi nomeado prefeito de São Paulo, e iniciou suas atividades em janeiro de 1949. Na sessão do dia 19, apresentou um discurso na Câmara Municipal, e argumentou a favor da integração entre o Executivo e o Legislativo, em prol do interesse comum de beneficiar a Cidade:



Prefeito Asdrúbal Euritisses da Cunha.  
Acervo Iconográfico CMSP

Por isso é que nos animamos agora a convidar, certos da aquiescência, todos os senhores vereadores para uma obra comum, que resulte menos em benefício das suas cores partidárias, do que em favor da gente que vai levando sobre os ombros a pesada e dignificante tradição da Cidade que contribuiu para o Brasil.

Como representante do governador Adhemar de Barros, o prefeito deveria fazer o máximo para conseguir maior harmonia no interior do Legislativo. Ao longo de sua gestão, houve críticas, mas ao fim do ano, a avaliação de alguns vereadores foi positiva. Na sessão de 3 de março de 1950, por exemplo, o vereador Valério Giuli (PDC) fez elogios a Asdrúbal, principalmente na área de Educação:

É de justiça que se diga que o Coronel Asdrúbal Eurytisses da Cunha emprestou o seu mais decidido apoio à Comissão do Convênio Escolar, facilitando-nos a tarefa árdua que iniciamos em 1949. S. Excia., que teve o mérito, desde os primeiros dias de sua administração de confirmar a atual Comissão que está organizada para dar desempenho às cláusulas da Constituição, continuou apoiando-a em todas as suas proposituras. Foi graças a esse apoio que conseguimos, em 1949, iniciar a construção de 11 grupos escolares e de um dispensário médico.

Alguns vereadores, de oposição, acharam estranho ter sido o prefeito afastado de seu cargo pelo governador Adhemar. Se ele realizava um bom serviço administrativo, por que retirá-lo da prefeitura? Para o vereador Décio Grisi (PTB), o prefeito teria, politicamente, desagradado ao governador. Assim, sua saída seria por razões políticas, a despeito de ter procurado manter boas relações com a Câmara Municipal.

Após Asdrúbal, o indicado para prefeito foi Linneu Prestes, que assumiu no início de 1950, e permaneceu quase um ano no cargo. Nasceu em Avaré, no dia 30 de setembro de 1896. Formou-se inicialmente na Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, e depois na Faculdade de Direito. Iniciou atividades do magistério superior, e em 1947 tornou-se reitor da Universidade de São Paulo, até ser indicado para a prefeitura da capital.

Linneu Prestes foi também um prefeito bastante vigiado e criticado pela Câmara Municipal. Osvaldo Chateaubriand descreveu, em seu livro, uma situação em que a Câmara precisou votar um projeto do prefeito que pedia verba suplementar de quase duzentos milhões de cruzeiros. O próprio governador Adhemar de Barros teria manifestado sua vontade aos vereadores aliados, pedindo que aprovassem o projeto. Porém, mesmo com a Câmara dividida a respeito do assunto, não foi possível aprovar a verba. Segundo o autor do livro, a Câmara agiu corretamente, não liberando mais recursos que poderiam ser usados para aumentar a corrupção na administração da prefeitura e do Estado. (CHATEAUBRIAND, p. 43 a 45).

Ao fim da administração de Linneu Prestes, o vereador Cid Franco enviou uma carta ao prefeito, com data de 29 de janeiro de 1951. O conteúdo do documento foi lido no Plenário da Câmara, na sessão de 02 de fevereiro de 1951. No início, Franco faz elogios a Linneu Prestes, referindo-se ao tempo em que era um dedicado estudante de Direito, que lecionava Ciências Naturais para se manter. Porém, a opinião do vereador mudou quando Prestes assumiu a prefeitura. Abaixo estão alguns trechos:

Foram-se os meses passando e comecei a perceber que o Lineu prefeito era igual a outros ruins governadores que o Município já teve. (...)

Mais algum tempo se passou e fui conhecendo cada vez melhor o prefeito Lineu, tão diferente do modo estudante de 1923 a 1928. Era um prefeito que se utilizava de sua posição para despejar propaganda eleitoral na imprensa. Era o prefeito dos estouros de verbas. Era o prefeito de um incrível pedido de suplementação. Era o prefeito do orçamento deficitário para 1951, caso inédito na história do Município. Uma diferençazinha negativa de quase 280 milhões de cruzeiros entre a Receita e a Despesa. (...)

Termino desejando-lhe muita saúde e alguma tranquilidade de espírito.



Lineu Prestes. 10/12/1947. Acervo Folha

No início de 1951, houve mudança na política de São Paulo. Terminou o mandato de Adhemar de Barros, que conseguiu eleger o engenheiro Lucas Nogueira Garcez, cujo mandato durou até 31 de janeiro de 1955. O novo governador escolheu o prefeito da capital, o também engenheiro Armando de Arruda Pereira.

Pereira nasceu em São Paulo, em 28 de setembro de 1889. Sua formação em Engenharia foi no exterior, e ao retornar ao Brasil exerceu várias atividades. Em 1947, assumiu a Presidência da FIESP. Em 1951, tornou-se prefeito em São Paulo.

Em seu primeiro discurso na Câmara, em 02 de fevereiro de 1951, como outros fizeram, propôs harmonia entre os dois poderes. Em seguida, precisou ouvir petições de dois vereadores: Cid Franco e Roberto Grassi (PTN). O primeiro apontou para problemas no bairro da Vila Mariana, e o segundo pediu atenção aos bairros mais carentes da Cidade. Além disso, reclamou que os prefeitos anteriores não deram atenção às várias indicações e requerimentos que foram apresentados pelos vereadores. *“Eles (vereadores), melhor do que ninguém, estão em condições de fazê-lo (apontar problemas), porque, além de seu permanente contato com a nossa população, tem um sagrado dever a cumprir: honrar o mandato com que foram distinguidos”*. (Roberto Grassi). De fato, nesse período os vereadores apresentaram centenas de requerimentos e indicações, que tratavam desde calçamento e iluminação de ruas, até questões mais complexas, como denúncias.

Em destaque, ao centro da foto, o Prefeito Armando de Arruda Pereira em entrevista. 30/01/1951. Acervo Folha



Os vereadores continuaram suas atividades de fiscalização e crítica, além de reivindicarem melhorias na Cidade. Uma das críticas mais fortes ao prefeito foi o uso excessivo do veto a projetos de vereadores. Além disso, também era mencionada a negligência do Executivo na discussão de propostas que tratassem de planejamento urbano.

Outra questão que pode ser destacada na gestão do prefeito Armando de Arruda Pereira foi a proposta de orçamento para o ano de 1952. Nos últimos anos, os valores do orçamento só aumentaram, e a atual proposta possuía um aumento de 20% em relação ao ano anterior. A Comissão de Finanças da Câmara Municipal, presidida pelo vereador Pedro Pedreschi, analisou a proposta, e sugeriu várias emendas, que reduziriam a previsão de arrecadação de impostos territorial, predial, de diversões públicas e de indústrias e profissões. No entanto, a oposição não conseguiu aprovar as emendas, pois a bancada do PSP, de apoio ao prefeito e ao governador, derrubou as tentativas de alteração.

Informações sobre a gestão de Armando de Arruda Pereira podem ser discutidas a partir de seu relatório, publicado ao fim de seu mandato, em 1953. Trata-se de um importante documento, que trata principalmente das realizações do Prefeito no período que se refere à segunda legislatura.

## 7. A importância do debate parlamentar.

Em meados de 1950, a Cidade de São Paulo havia atingido grande crescimento demográfico e econômico. Além dos fluxos imigratórios, que já haviam alterado a sociedade, destacou-se a vinda de muitos migrantes, sobretudo nordestinos. Diante do crescimento desordenado e acelerado, muitos problemas surgiram, e passaram a ser debatidos.

As estruturas administrativas da Prefeitura precisaram se diversificar. No início do período republicano, havia apenas quatro repartições, que gradualmente se multiplicaram. A população, por sua vez, reconhecia gradualmente o direito a infraestrutura, educação, saúde, etc.

Após o Estado Novo, a Cidade sofreu uma redefinição na esfera política. A população, incluindo a periferia e seus representantes, passou a ter um papel mais amplo no cenário estadual e nacional. Os prefeitos não poderiam mais realizar seus planos de governo sem a negociação política, mesmo que fossem nomeados pelo governador. A democratização colocara essa nova condição, e os anos da Primeira Legislatura foram essenciais no ajuste dessa ideia. Os vereadores eram, de fato, os representantes de parcelas da população, e reivindicavam melhorias específicas aos bairros.

A imprensa também exerceu papel importante, pois poderia criticar ou elogiar a ação dos governantes. Por isso, a preocupação dos políticos com a imagem perante o público era mais uma dimensão desse novo cenário. O apelo popular não poderia mais ser negligenciado.

Com relação à indicação de prefeitos na capital, a Câmara nunca deixou de pressionar os poderes públicos, exigindo eleições diretas. Enviaram até comissões ao Presidente da República, para solicitar esse direito.

Vários vereadores se destacaram, seja em defesa ou crítica ao prefeito e ao governador. No entanto, como demonstrou sua trajetória posterior, destacou-se a figura de Jânio Quadros, que se tornou um dos vereadores mais populares da Cidade. Opondo-se ao adhemarismo, construiu sua carreira a partir das visitas que fazia aos bairros, e dos calorosos discursos no Plenário da Câmara Municipal. Como escreveu Vera Chaia (p. 22) *“Foi nesse clima de desmandos e ineficácia das prefeituras nomeadas que o vereador Jânio Quadros começou a se destacar, não só através de denúncias como também de proposições de uma série de projetos para a administração da Cidade de São Paulo”*.

Foi assim que se candidatou a deputado estadual, e seguiu uma trajetória rápida e ascendente, que o levou à Prefeitura, tornando-se o primeiro prefeito eleito pelo voto direto, depois de mais de duas décadas. Tornou-se, depois, governador de São Paulo, deputado federal e Presidente da República.

São Paulo adquiriu um grande peso no cenário nacional, e as discussões do Plenário da Câmara se tornaram importantes, não apenas para tratar dos problemas locais, mas também do que ocorria no âmbito estadual e federal. Em um clima pluripartidário, apesar da censura imposta aos comunistas, travaram-se debates acirrados, cada vez mais acompanhados pela opinião pública. Assim, o Legislativo Paulistano tornou-se um canal privilegiado para as discussões de problemas urbanos, muitos deles identificados nas visitas feitas aos bairros.

Enfim, a despeito da fragilidade da democracia no período, os tempos da Primeira Legislatura foram bastante agitados, e serviram para ampliar a participação popular, tão restrita nos tempos da Primeira República e de Getúlio Vargas. Porém, pouco mais de dez anos depois, esse ambiente de discussão foi cerceado. Mas esse é assunto para outros estudos.

## Referências bibliográficas

- ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros. O Prometeu da Vila Maria**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros**. Ibitinga SP: Humanidades, 1991.
- BAUIAB, José D'Amico (org.). **Paulistânia eleitoral: ensaios, memórias, imagens**. São Paulo: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- CHATEAUBRIAND, Osvaldo. **Terra arrasada: Aspectos inéditos e tenebrosos da vida pública em São Paulo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1951.
- DUARTE, Adriano. O “Dia de São Bartolomeu” e o “Carnaval sem fim”: o quebra-quebra de ônibus e bondes na Cidade de São Paulo em agosto de 1947. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 25 - nº 50 – 2005 – p. 25-60.
- DUARTE, Adriano. FONTES, Paulo. O populismo visto na periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). In: **Cadernos AEL**. Vol. 11 - Nº 20/21 – 2004 – p. 83-125. Disponível em: <[http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/viewFile/5/5](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/5/5)> Acesso em: 01 out. 2012.
- DUARTE, Nestor. Centenário de Paulo Lauro: o primeiro prefeito negro de São Paulo. **Notícias do TRE**. Novembro/Dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.tre-sp.gov.br/institucional/cemel/index.htm>> Acesso em: 01 out 2012.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (RJ). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Cpdoc. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. DHBB. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 01 out. 2012.
- IMPROTA, Milton. **Problemas de Finanças Municipais**. São Paulo: Atlas, 1949.
- LAURO, Paulo. **Os problemas administrativos do Município da capital**. São Paulo: Prefeitura, 1948.
- MACHADO JÚNIOR, Armando Marcondes. **Resgate histórico: divisão territorial do Estado de São Paulo**. São Paulo: Mageart, 2011.
- PEREIRA, Armando de Arruda. **Vinte e seis meses prefeito de São Paulo (1951-1953)**. São Paulo: Prefeitura, 1953.

PRESTES FILHO, Ubirajara de Farias. **Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de História**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www2.camara.sp.gov.br/livro/livro\\_cmsp\\_450anos\\_100808.pdf](http://www2.camara.sp.gov.br/livro/livro_cmsp_450anos_100808.pdf)> Acesso em: 01 de out. 2012.

\_\_\_\_\_; Fontes Históricas e o Legislativo Paulistano. In: **Revista do Parlamento Paulistano**. Ano 1 – n. 1 – Dezembro de 2011, p. 89-104.

\_\_\_\_\_; O debate político na Câmara Municipal de São Paulo em 1936 e 1937: o integralismo e a liberal-democracia. (Texto em colaboração com a estagiária Marília Gabriela Buonavita). In: BAUAB, José D'Amico (org.). **Paulistânia Eleitoral: ensaios, memórias, imagens**. São Paulo: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011, p. 97-114.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 3, p. 15-51.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei**. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

\_\_\_\_\_. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SAMPAIO, Regina. **Adhemar Barros e o PSP**. São Paulo: Globo, 1982.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal Regional Eleitoral. Centro de Memória Eleitoral. **Paulística eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tre-sp.gov.br/paulistica>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura. **O poder em São Paulo: história da administração pública da Cidade, 1554-1992**. São Paulo: Cortez, 1992.





## **A pioneira Primeira Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo (1948-1951): uma análise preliminar da sua produção legislativa**

*Caio Marcelo de Carvalho Giannini*

*Este artigo apresenta uma análise de algumas leis produzidas na 1ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo entre 1948 e 1951. Essa análise foi realizada sob o prisma da Constituição Federal de 1946, da Constituição Paulista de 1947 e da Lei Estadual nº 1/47, a Lei Orgânica dos Municípios, por meio do estudo dos textos legislativos em seu contexto histórico, com base nos debates parlamentares, buscando-se contribuir para uma reflexão sobre a evolução das relações entre os Poderes Legislativo e Executivo, sobretudo no plano municipal, com o objetivo de reconhecer e afirmar o papel dos Parlamentos no regime democrático.*

---

**Caio Marcelo de Carvalho Giannini**

*Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo desde 1992, graduado em Direito e História pela Universidade de São Paulo – USP e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.*

---

Respirava-se, naquele final de anos 40, uma deliciosa sensação de recomeço. A Segunda Guerra Mundial havia acabado. A ditadura do Estado Novo também havia ruído e vivia-se uma esperança de Democracia, embora, deva ser dito, o novo presidente, o General Eurico Gaspar Dutra - que dizia fazer só o que o “livrinho”, isto é, a Constituição, permitia - fora um dos principais autores do golpe de 1937. Não se pode esquecer, também, que naqueles dias tivera início a Guerra Fria, que contrapunha de modo cada vez mais belicoso o Ocidente ao Bloco Socialista. No Brasil, os comunistas eram jogados na ilegalidade e perdiam seus mandatos no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e até nas Câmaras Municipais, sobretudo na de São Paulo, onde possuíam uma expressiva bancada.

De toda forma, o Brasil mudara e o clima era de entusiasmo e participação, especialmente pela promulgação da nova Constituição Federal, a 18 de setembro de 1946, que além de renovar bastante as instituições federais e democráticas, acrescentava ao texto da Lei Maior um importante capítulo sobre a garantia dos direitos individuais.

A nova Constituição Federal assim dispunha em relação aos Municípios:

Art. 28 – A autonomia dos Municípios será assegurada:

I – pela eleição do Prefeito e dos Vereadores;

II – pela administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente;

à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas; à organização dos serviços públicos locais.

(...)

Art. 29 – Além da renda que lhes é atribuída por força dos §§ 2º e 4º do art. 15 e dos impostos que, no todo ou em parte, lhe forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

I – predial e territorial urbano;

II – de licença;

III – de indústria e profissões;

IV – sobre diversões públicas;

V – sobre atos de sua economia ou assunto de sua competência.

Após a União, os Estados também promulgavam suas Constituições, restabelecendo no pacto federativo uma maior descentralização, ainda que não mais no grau exagerado da República Velha. Buscava-se um novo equilíbrio entre unidade e diversidade, indispensável em um país de dimensões continentais.

A Constituição Paulista de 1947, em respeito ao princípio da simetria com o disposto na Carta Magna federal, repetia em seu artigo 71, o que constava naquela Lei Maior, mas acrescentava, de modo expresse, no seu artigo 78, que “a iniciativa das leis cabe a qualquer vereador e ao prefeito, sendo privativa deste a do projeto de lei orçamentária e das que aumentem vencimentos de funcionários ou criem cargos em serviços já existentes.”

Por fim, a Lei Estadual nº 1, de 18 de setembro de 1947, a Lei Orgânica dos Municípios, que dispunha sobre a organização dos municípios do Estado de São Paulo, detalhava a ampla gama de suas competências e – o que hoje nos causa admiração – o amplo poder de iniciativa legislativa dos vereadores de então, não só se comparado ao sistema jurídico que sucedeu à ordem instaurada pela Consti-

Câmara Municipal de São Paulo

Resolução nº 2, de 25 de fevereiro de 1948.

A Mesa da Câmara Municipal de São Paulo faz publicar a presente Resolução nº 2, de 25 de fevereiro de 1948.

A Câmara Municipal de São Paulo resolve adotar o seguinte

### Regimento Interno

#### Capítulo I

#### Da Câmara

Artigo 1º - No primeiro dia de janeiro, do quadriênio para o qual tenham sido eleitos, reunir-se-ão, em sessão solene de instalação, da Câmara Municipal, os Vereadores diplomados.

Parag. 1º - A primeiro de janeiro dos anos subsequentes, em sessão especial, os Vereadores elegerão a Mesa que deverá servir durante a sessão legislativa.

Parag. 2º - A sessão legislativa se contará, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do mesmo ano.

Artigo 2º - Proceder-se-á à eleição da Mesa por escrutínio secreto, e por voto indelével, em cédulas separadas para cada cargo, e maioria absoluta de votos dos Vereadores presentes.

Parag. único - De nenhum candidato tiver obtido a maioria, realizar-se-á segundo escrutínio entre os dois mais votados, repetindo-se o caso, considerando-se eleito o que alcançar maior votação, decidindo a sorte quando hou-

Na Primeira Legislatura, a resolução do Regimento Interno em letra cursiva (de mão). Leis e Atas eram transcritas da mesma forma

tuição de 1946, a do regime militar, mas até mesmo à ordem instaurada pela “Constituição Cidadã” de 1988. Ainda que o rol de iniciativas legislativas permitidas ao Poder Legislativo tenha aumentado pela Lei Orgânica do Município de 1990, alargado por significativa emenda, jamais chegou a ter o caráter tão aberto à iniciativa parlamentar quanto o rol de iniciativas concedido aos vereadores que iniciaram suas atividades em 1948.

A análise da produção legislativa da Câmara Municipal de São Paulo na sua 1ª Legislatura (1948-1951), de modo mais exemplificativo que exaustivo, em vista das dimensões deste trabalho, pode proporcionar ensinamentos significativos sobre a evolução (ou involução) do Direito Constitucional brasileiro, especialmente no que tange às relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no plano municipal, bem como na compreensão da ação política no âmbito local naqueles dias.

Como mais de sessenta anos nos separam daquela legislatura, muitas das circunstâncias das leis aprovadas naquele período nos escapam, razão pela qual tentamos suprir um pouco dessa lacuna pelo acompanhamento das Atas das Sessões da Câmara.

Já em fevereiro de 1948 temos a apresentação do PL nº 8/48, de autoria do vereador João Fairbanks, que visava atribuir aos condutores dos veículos da Companhia Municipal de Transporte Coletivo, a CMTC, nos casos de excesso de lotação, a tarefa de redistribuir os lugares nos bancos, dando preferência aos idosos e doentes e dentre estes, aos do sexo feminino. A sensibilidade do legislador paulistano de então se antecipava em décadas à Lei Federal nº 10.048/00 que dispôs sobre a prioridade no direito de assento em veículos públicos.

O PL nº 29/48, de autoria do vereador Valério Giuli, revelava uma situação dramática, ainda que por via transversa: propunha a “isenção do Imposto de Indústria e Profissões aos estabelecimentos de ensino primário.” O Ensino Primário, em boa parte do Município, era ministrado por professores aposentados em suas casas ou em locais cedidos, fato que mostrava a insuficiência do ensino público, mesmo sabendo-se que o artigo 79 da Lei Orgânica dos Municípios dispusesse no sentido de que os municípios deveriam aplicar nunca menos de vinte por cento da renda resultante de impostos na manutenção do ensino.

O vereador Jânio Quadros, sempre presente nos debates parlamentares, apresentou, na época, o PL nº 75/48, que visava regularizar as casas lotéricas para evitar nelas o “jogo do bicho”. Começava a expor suas bizarrices que, na “era de ouro” do estilo populista, o levariam à Presidência da República doze anos depois.

Ainda que de modo cauteloso, os edis paulistanos começavam a produzir leis.

A Lei nº 3.702, de 9 de agosto de 1948, de autoria do vereador José Cyrillo, que dispunha sobre a localização de feiras livres, mostra essa cautela. Os vereadores de então “tateavam” sem saber se o que propunham era ou não de sua competência. Essa lei, apesar de afirmar que vai dispor sobre a localização das feiras livres, não o faz, mas atribui a tarefa ao prefeito, no máximo estabelecendo algumas condições de funcionamento, como se deduz de seu artigo 1º:

Art. 1º - A localização das feiras livres será feita por decreto do executivo em logradouro de uso público, aberto, de maneira a dificultar ou restringir a consecução de suas finalidades, respeitados os interesses higiênicos e urbanísticos em geral.

A Lei nº 3.706, de 23 de setembro de 1948, isentava de todos os impostos municipais os espetáculos teatrais e circenses, com base no artigo 68, inciso V, combinado com o artigo 70, ambos da Lei Orgânica dos Municípios, sendo que esta lei dispunha no sentido de que a isenção de impostos só seria autorizada quando a isenção fosse de caráter geral e fundada no interesse público. No caso, teríamos uma iniciativa de natureza cultural ou que buscava a política de “pão e circo”?

Pouco depois, a Câmara aprovava as Leis nº 3.731, de 3 de janeiro de 1949, de autoria do vereador Camillo Ashcar, e nº 3.741, de 17 de janeiro de 1949, de autoria do vereador José de Moura, ambas de natureza tributária.

Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria, 6 de agosto de 1948, da  
Fundação de São Paulo

A Câmara Municipal de São Paulo, em sessão de 6 de agosto de 1948, decretou a seguinte lei: Art. 1º - A localização das feiras livres será feita por decreto do executivo em logradouro de uso público, aberto, de maneira a não dificultar ou restringir a consecução de suas finalidades, respeitados os interesses higienicos e urbanísticos em geral. Art. 2º - O Prefeito instalará em cada sub-distrito e bairro uma feira livre semanal no mínimo. Art. 3º - Ficam onantidas as atuais feiras livres. Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de São Paulo, 6 de agosto de 1948.

O Presidente

José Adriano Marrey Junior

O 1º Secretário

Guilhermino Lopes Giannini

Lei nº 3.702 de 9 de agosto de 1948.

Decreto de 6 de agosto de 1948

A primeira assim dispunha:

Art. 1º - É vedado o lançamento de impostos sobre templos de qualquer culto, bem como as sedes de propriedade de qualquer instituição religiosa ou filosófica, regularmente constituída e de caráter não econômico.

Art. 2º - É vedado o lançamento de imposto predial sobre seminários, capelas, palácios arquiépiscopais, residências paroquiais quando da propriedade das respectivas entidades religiosas de qualquer culto, bem como sobre conventos desde que estes não tenham fins econômicos e que prestem serviços ao Município.

O artigo 31, inciso V, alínea “b”, da Constituição Federal já garantia imunidade tributária de templos de qualquer culto, porém, a referida lei paulistana ia muito além, na proteção das propriedades das instituições religiosas.

Já a Lei nº 3.741/49, ao pretender proteger e prestigiar a imprensa, exagerava e criava um privilégio, pois dispunha no sentido da isenção de impostos municipais sobre imóvel adquirido por jornalista profissional. Não obstante ter sido aprovada, essa lei foi objeto de críticas ao longo de toda a legislatura.

Note-se que essas duas leis acima citadas tinham o nítido intuito de agradar duas das mais influentes categorias na formação da opinião pública, o clero e os jornalistas.

Pouco depois, a Lei nº 3.750, de 28 de abril de 1949, extinguiu “as dívidas por impostos, taxas, multas e emolumentos exigíveis pelo Município, correspondentes aos exercícios de 1927 a 1939, bem como as dívidas correspondentes ao exercício de 1940, provenientes do lançamento de parte complementar do imposto territorial.”

A medida, que aparentemente poderia passar por demagógica, era racional e evitava que os contribuintes contestassem judicialmente a cobrança dessas dívidas alegando a prescrição delas por força do Decreto Federal nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que regravava a prescrição quinquenal.

Ainda em 1948, um problema grave se apresentava aos legisladores municipais: como saber, com o desmoronamento da estrutura normativa do Estado Novo, o que estava ou não em vigor? Isso, porque boa parte da legislação infraconstitucional derivava da ilegítima Carta de 1937, fruto de um golpe de Estado e vulgarmente chamada de “Polaca”, seja porque se assemelhava à autoritária Constituição da Polônia, seja porque era comparada maliciosamente às “polacas”, como eram chamadas as jovens europeias que se prostituíam no Brasil.

Era hora de se livrar do que chamaríamos hoje de “entulho autoritário”, de se preencher o vazio normativo de uma cidade que crescia de modo vertiginoso e possuía problemas cada vez mais complexos. Era hora de consolidar a legislação existente, limpando-a e dando-lhe coesão e clareza, chamada pelo vereador Jânio Quadros de uma “colcha de retalhos anacrônica”.

No dia 18 de agosto de 1948, o vereador Assumpção Ladeira, que era um experiente advogado da Prefeitura, apresentou o PL nº 29/48, que se transformou na Lei nº 3.078, de 4 de outubro de 1948, e que assim dispunha:

Art. 1º - Ficam criadas na Prefeitura de São Paulo as seguintes comissões encarregadas da elaboração de anteprojetos para codificação da legislação municipal:

- a) Comissão do Código Tributário;
- b) Comissão do Código de Obras;
- c) Estatuto do Funcionário Municipal;
- d) Estatuto do Operário Municipal;
- e) Código de Posturas Municipais.

Art. 2º - Cada Comissão compor-se-á de cinco membros, sendo dois vereadores designados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e três funcionários da Prefeitura, especializados no assunto, designados pelo Sr. Prefeito, para funcionarem com prejuízo de suas funções efetivas.

## Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria, 5 de outubro de 1948, da  
Fundação de São Paulo

A Câmara Municipal de São Paulo, em sessão de 29 de setembro de 1948, decretou a seguinte lei: Art. 1º - Ficam criadas na Prefeitura de São Paulo, as seguintes comissões, encarregadas da elaboração de ante projetos para modificação da legislação municipal:

- a) Comissão de Código Tributário;
- b) Comissão de Código de Obras;
- c) Estatuto do Funcionário Municipal;
- d) Estatuto do Operário Municipal;
- e) Código de Posturas Municipais.

Art. 2º - Cada Comissão compor-se-á de cinco membros, sendo dois Vereadores designados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e de três funcionários da Prefeitura, especializados no assunto, designados pelo Sr. Prefeito, para nelas funcionarem sem prejuízo de suas funções efetivas.

Art. 3º - As Comissões deverão apresentar os respectivos projetos em prazo razoável que não ultrapassará de 60 dias para as referidas nas letras "a", "b" e "c" e de 90 dias para as referidas nas demais letras do art. 1º desta lei.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, 29 de setembro de 1948.

O Presidente

José Adriano Marrey Junior

O Secretário

Amis Aidar

Foi 25 3708 de 4 de outubro de 1948.

Decreto de 5 de outubro de 1948

Ao analista atual, a solução das Comissões mistas do Legislativo e do Executivo pode parecer estranha e perigosa para a autonomia dos Poderes, mas têm sua sabedoria, pois poderia juntar nos projetos a sensibilidade política e o conhecimento técnico.

Também nos parece estranho um Código do Operário Municipal, mas o que ocorria então?

Como a Prefeitura precisava de mão de obra operária, ou seja, trabalhadores braçais, os admitia sem regra jurídica nenhuma que os protegesse, posto que se entendia que a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1º de maio de 1943, somente regulava as relações de trabalho na área privada. Com o Código do Operário Municipal visava-se a proteção do trabalhador braçal da Prefeitura, que não era considerado funcionário público.

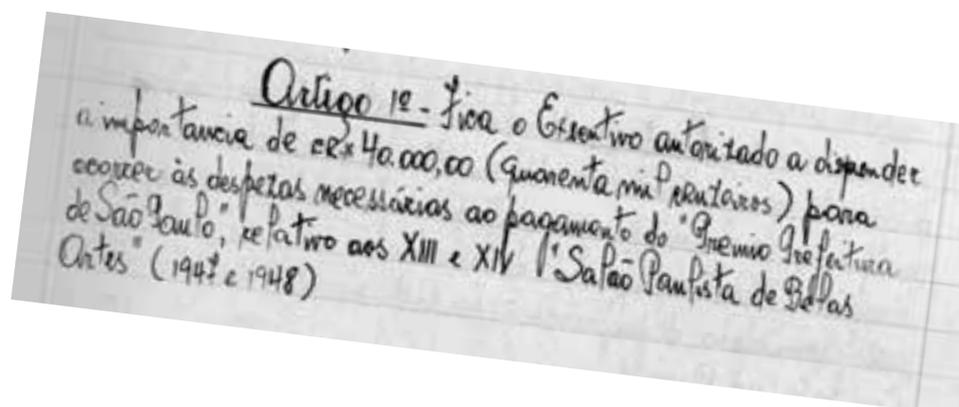
Nota-se, ao longo dessa legislatura, uma crescente preocupação com temas sociais. O PL nº 13/49, de autoria do vereador Ottobri Costa pretendia criar o Departamento de Assistência Pública Municipal para prestar socorros de urgência (domiciliar e hospitalar) e assistência médico-cirúrgica.

A Câmara Municipal também se mostrava presente no cenário cultural paulistano. A Lei nº 3.798, de 12 de setembro de 1949, de autoria do Prefeito, mas aprovada pela Câmara, abria crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para a realização da Temporada Lírica Oficial de 1949, não sem determinar que um dos espetáculos seria gratuito e realizado no Estádio do Pacaembú, podendo a Prefeitura promover ainda um espetáculo inteiramente grátis, sem distribuição de convites.

A Lei nº 3.739, de 3 de janeiro de 1949, de autoria do vereador Sebastião Gomes Caselli, autorizava a aquisição pela Prefeitura de desenhos do pintor José Wash Rodrigues sobre motivos arquitetônicos do Brasil Antigo para uso e guarda da Biblioteca Municipal. Tudo indica que esta lei fosse uma “lei autorizativa imprópria”, ou seja, uma lei na qual a Câmara concedia uma autorização para o Executivo que ele não havia solicitado, para praticar ato de sua competência que prescindia de permissão. Tais leis serviam apenas para exercer uma leve pressão sobre o Executivo e tinham muito mais uma natureza de “indicação”, isto é, de sugestão e não de “lei”.

De toda forma, revelava uma preocupação cultural pela preservação da obra de José Wash Rodrigues, autor, com Guilherme de Almeida, do brasão da cidade de São Paulo. Este artista tinha uma obra de extrema relevância como ilustrador de temas e motivos históricos, a partir de uma cautelosa pesquisa documental.

A preocupação cultural prosseguia. A Lei nº 3.829, de 28 de dezembro de 1949, de autoria do vereador Miguel Franchini Neto, criava, de modo detalhado, a Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo, subordinada ao Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Município.



Artigo 12 - Fica o Executivo autorizado a dispor a importância de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para cobrir as despesas necessárias ao pagamento do "Prêmio Prefeitura de São Paulo", relativo aos XIII e XIV "Salão Paulista de Belas Artes" (1947 e 1948)

Por fim, no que tange à cultura, foi importantíssima e criou raízes a Lei nº 3.853, de 18 de março de 1950, de autoria do vereador Valério Giuli, que dispôs sobre a instalação de bibliotecas infantis em diversos distritos e subdistritos da Capital. Apesar de suas excelentes intenções, essa lei possuía uma contradição formal, qual seja, ao mesmo tempo que em seu artigo 1º determinava que a “Prefeitura instalará Bibliotecas Infantis”, em seu artigo 2º estabelecia que a instalação de cada biblioteca deveria ser precedida por lei na qual se discriminariam os cargos criados, cujo provimento seria feito mediante concurso de títulos e provas. Em suma, essa lei instalava e não instalava.

Muitas das leis aqui analisadas revelavam um dos mais graves problemas de nosso sistema político e que perdura até hoje, a imprecisão na divisão de competências e de poder de iniciativa legislativa entre os Poderes Executivo e Legislativo. Muitas vezes o Legislativo determinava uma medida, por lei, mas o Executivo só a realizava se assim o desejasse.

Algumas leis aprovadas nessa primeira legislatura possuem um aspecto muito contemporâneo, como a Lei nº 3.793, de 1º de setembro de 1949, que torna obrigatória, a partir de 1950, a publicidade da “Relação de Contribuintes do Município de São Paulo”, com cópias em todas as repartições para consulta de qualquer interessado, revelando preocupação em conter a evasão fiscal e em dar transparência à relação entre o Poder Público e o contribuinte.

Por outro lado, a Lei nº 3.871, de 10 de abril de 1950, de autoria do vereador Jânio Quadros, que proibia o excesso de lotação nos cinemas, teatros e casas de espetáculos em geral, possui um nítido caráter de norma de defesa do consumidor.

Várias leis produzidas naquele período, hoje passados mais de sessenta anos, parecem demais estranhas como a Lei nº 3.821, de 22 de dezembro de 1949, de autoria do Executivo, que autorizava a abertura de um crédito especial de oito milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos cruzeiros para que a Municipalidade subscrevesse ações da Viação Aérea São Paulo S/A – VASP. Hoje, depois da privatização e da bancarrota da VASP, podemos nos perguntar, qual o peculiar interesse público do Município na compra de ações daquela companhia aérea? Seria um investimento interessante? Não sabemos.

Também nos causam estranheza várias outras leis pelos motivos mais diversos.

A Lei nº 3.869, de 10 de abril de 1950, proibia o trânsito de boiadas, a pé, entre Osasco e Capicuiba. Osasco deixou de fazer parte da cidade de São Paulo e as boiadas já não transitam a pé por seu território. Esta é uma lei que evoca uma cidade pitoresca que já não subsiste senão na memória de cada vez mais poucas pessoas.

A estranheza da Lei nº 3.755, de 15 de maio de 1949, tem outra causa. Ela autorizava a Companhia Telefônica Brasileira a aumentar, a título precário de 20 %, no máximo, as tarifas do serviço telefônico. Pode-se supor que as comunicações telefônicas eram serviços públicos de natureza local, de modo totalmente diverso do modelo hoje adotado, pois a Constituição, em seu artigo 5º, inciso XII, estabelecia que cabia à União explorar diretamente ou mediante autorização ou concessão só os serviços de telefones interestaduais e internacionais e se calava sobre os Estados.

Também nos parece incomum o disposto na Lei nº 3.822, de 23 de dezembro de 1949, que tratava da contribuição da Prefeitura para a Campanha de Sinalização do Trânsito da Cidade de São Paulo. Nela se previa que a Prefeitura contribuiria para essa campanha com um milhão de cruzeiros, sendo que esse auxílio só poderia ser empregado na aquisição de sinais semafóricos, placas indicativas de direção e outros recursos ou meios de natureza técnica destinados a orientar os pedestres e o tráfego de veículos (conforme os debates nos Anais, sabe-se que a previsão da quantidade de automóveis na cidade era de

cem mil para 1950). Nesse caso, o que se pergunta é a razão de uma campanha dessa natureza, pois não seria da Prefeitura o dever de realizar todas as obras voltadas relacionadas à sinalização de trânsito, uma função precípua do Poder Público? Não seria inconcebível se pensar que as autoridades de então pensassem que, sendo o transporte individual por automóveis um benefício para uma minoria, deveria seu custo ser, ainda que parcialmente, transferido para essa minoria? Cabe hoje uma reflexão, quando milhões de carros entopem o trânsito da cidade. Naquele tempo já se levantava a hipótese de um “subway”, medida que só se tornou realidade quase trinta anos depois com a inauguração da primeira linha do Metrô.

Nesse rol de leis, no mínimo curiosas, está a Lei nº 3.860, de 1º de abril de 1950, que autorizava a construção da Hospedaria Municipal e do Hospital destinado ao primeiro serviço de Pronto Socorro Central da Capital. Tratava-se de mais um caso de lei autorizativa imprópria, porém o que nos chama atenção é a criação de uma Hospedaria Municipal “exclusivamente destinada a oferecer hospedagem gratuita, completa e digna, aos pobres que demandavam esta Capital para tratamento de saúde ou para cuidar de seus interesses.” São Paulo já era então reconhecida como uma cidade que concentrava hospitais públicos que faltavam no interior. O próprio Hospital das Clínicas é dessa época. Pode-se dizer que este é um problema que persiste até hoje, pois muitos municípios de pequenas dimensões não possuem serviços médicos especializados.

A evidente diferença da São Paulo de 1950 da de nossos dias é a de que, na mesma área de 1.523 km<sup>2</sup>, sua população passou, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2.198.096 habitantes em 1950, para 11.253.503 habitantes em 2010. Isso implicava em uma dramática concentração populacional que passava de 1.354 para 7.458 habitantes por quilômetro quadrado. Até certo momento o crescimento populacional não era problema, pois a cidade ia ocupando o vasto espaço que possuía. Já nas primeiras sessões de 1948, quando o vereador Castilho de Barros propôs a criação de um crematório, o vereador Padre Arnaldo denunciou essa proposta como imoral, visto que abundavam áreas para cemitérios, pois segundo ele São Paulo possuía mais quinze mil alqueires de terras disponíveis ao seu redor.

Inexistia a “fome” imobiliária por terras que existe hoje. No feroz debate sobre o PL nº 234/49, que envolvia a construção de parques e campos de esportes, além do auxílio de 290 milhões de cruzeiros para os clubes, surgiu a informação trazida pelo vereador Altimar de Lima, de que a maioria das construções de São Paulo era com recuos de quatro metros do alinhamento, com jardim, e quintal praticamente grande nos fundos. Ainda que essa notícia possa ser exagerada, afirmamos, como dado de nossa memória, que os jardins domésticos e os quintais paulistanos possuíam importante papel ambiental, sobretudo por suas árvores que traziam sombra, uma significativa avifauna e, principalmente, uma absorção volumosa das águas pluviais.

Inexistia a ideia atualmente generalizada da necessidade de proteção do meio ambiente, apesar de algumas iniciativas nesse sentido, como a Indicação nº 106/48, que sugeria um parque nas margens “aprazíveis” da Represa de Guarapiranga, ou como a Indicação nº 1714/48, de autoria do vereador Assumpção Ladeira, que propunha ao Executivo – medida que felizmente vingou – o aproveitamento dos terrenos de charcos na região do Ibirapuera para construção de um grande parque público de recreação. Entretanto, quando o vereador João Fairbanks pediu a desapropriação de áreas para a construção de um jardim no bairro da Lapa, o vereador Cid Franco, que era até um homem capaz e com sensibilidade social, foi para o Plenário retrucar e dizer que a população precisava era moradia e não parques. Essa mentalidade que antagoniza as demandas sociais com as que hoje chamamos de ecológicas resultou em uma metrópole com um dos menores índices de área verde por habitante do mundo.

Na verdade, habitação e meio ambiente não se antagonizavam, inclusive devido ao fato de grande parte do Município ainda não estar urbanizada, mas a harmonização desses temas requeria, desde então, uma planificação mais incisiva na questão do uso e ocupação do solo paulistano.

A questão da habitação popular começava a ser tratada pela Lei nº 3.737, de 3 de janeiro de 1949, que visava dispor sobre loteamentos de terrenos urbanos do Município para a construção de casas populares pela própria Prefeitura, através de concorrência pública.

No ano seguinte, a Lei nº 3.859, de 31 de março de 1950, tratava da discriminação e demarcação das terras devolutas pertencentes ao Município (art. 1º) e, dessas terras devolutas, consideravam-se reservadas as necessárias a logradouros públicos, construções de edifícios, pontes e viadutos, parques florestais, rodovias e, em geral, a outros fins de necessidade ou utilidade pública (art. 2º). Essas reservas, entretanto, seriam declaradas caso a caso por Lei especial (art. 2º, parágrafo único). Isso limitava bastante o potencial conservacionista da lei, sobretudo no que diz respeito aos parques florestais, em face da já constatada ausência de mentalidade ambientalista dos parlamentares de então.

Em 1951 a 1ª Legislatura caminhava para seu encerramento. Por força de projeto de lei do vereador André Nunes a Câmara aprovava a Lei nº 4.184, de 16 de janeiro de 1952, que concedia auxílio ao Museu de Arte de São Paulo, o MASP, para adquirir a tela “São Jerônimo” do pintor renascentista Andrea Mantegna.

O clima político passava então a ser dominado pela recondução do ex-presidente Getúlio Vargas à Presidência da República. Discutia-se na Câmara a organização de uma delegação para ir à posse do presidente eleito, medida à qual o vereador Jânio Quadros opunha-se fortemente. Com sua personalidade histriônica, Jânio se tornava a figura mais popular da Edilidade, certamente já visando conquistar a Prefeitura. Afirmava-se como defensor implacável da moral e dos bons costumes implicando com cenas consideradas obscenas nos filmes exibidos na cidade, requerendo fosse coibida a venda de revistas pornográficas e até mesmo apresentando o PL nº 14/49 que proibia a fabricação de lança-perfume no Município.

Entre as várias manias de Jânio, uma virou verdadeira obsessão. A Lei nº 3.778, de 2 de julho de 1949, autorizara o Prefeito a despendar a importância de dois milhões de cruzeiros para as despesas de uma passagem inferior sob a Avenida São João no cruzamento com a Avenida Anhangabaú-Tiradentes. Essa obra foi inaugurada em 1951, pelo então governador do Estado, Adhemar de Barros, que Jânio intuía que iria se tornar seu principal rival na política paulista. Essa passagem foi chamada popularmente de “buraco do Adhemar”, expressão que o governador não considerava ofensiva, mas fonte de prestígio. Ora, pelo PL nº 93/51, Jânio determinava a construção de uma passagem para pedestres à altura daquele túnel, alegando que essa obra havia tornado a travessia naquele local muito perigosa, causa de desastres com mortes. Essa rivalidade dos dois políticos populistas durou até após a morte de Adhemar em 1969, só se encerrando quando Jânio voltou à Prefeitura em 1986 e mandou reurbanizar o Vale do Anhangabaú acabando com o famoso “buraco” com nome de seu adversário.

No entanto, não sejamos injustos com o vereador Jânio Quadros. Uma iniciativa louvável dele foi o projeto de lei que decretava a criação do Jardim Zoológico no Município, medida só efetivada quando ele foi eleito governador do Estado, quando criou um dos zoológicos mais completos e bonitos do mundo. Ou seja, somente quando se tornou chefe do Poder Executivo estadual.

Esse fato, para nossa análise, é muito revelador. Os parlamentares são eleitos pela população para que façam obras, criem instituições, enfim satisfaçam suas demandas de bens e serviços. No entanto, em nosso presidencialismo, nos três níveis de governo, eles pouco podem fazer, pois quase tudo que diz respeito aos atos concretos de Administração, o que mais interessa aos eleitores, são reservados

ao Poder Executivo. Os parlamentares são cobrados por não fazer o que não podem fazer, porque a lei assim os impede. As leis de iniciativa dos parlamentares que criam escolas, creches e hospitais, em nosso sistema são inconstitucionais. Obedecido ao devido rigor, esses projetos deveriam ser barrados por inconstitucionalidade, por usurpação de competências e iniciativas do Executivo pelo Legislativo quando da análise da Comissão de Constituição e Justiça ou quando da votação do projeto, do veto ou da apreciação do veto. No entanto, se mesmo assim a lei entra em vigor, pode se tornar uma lei que “não pega”, bastando o Executivo não executá-la. Foi o que aconteceu com boa parte das leis aprovadas pela 1ª Legislatura e por todas que a seguiram. Essas limitações acarretavam duplo desprestígio para o Legislativo. O primeiro era decorrente de uma certa irresponsabilidade, na medida em que o parlamentar podia sempre alegar que fez o que devia, não sendo sua responsabilidade a inconstitucionalidade da propositura. O segundo era uma dependência crescente do Legislativo em relação ao Executivo, que era quem podia viabilizar as iniciativas, mesmo que inconstitucionais, dos parlamentares, ainda que ao custo de uma maior ou menor cooptação.

Na sessão de 29 de janeiro de 1951, o vereador Cid Franco reclamava do fato da Prefeitura não dar atenção às questões discutidas e aprovadas pela Câmara.

No sistema da Constituição de 1946, o prefeito não podia nem precisava buscar a declaração de inconstitucionalidade das leis. Não havia, até 1965, o controle concentrado de constitucionalidade das leis e as leis municipais, de modo bem restrito, só podiam ter sua inconstitucionalidade arguida face à Constituição Estadual. Essas leis nem precisavam desaparecer e continuavam no “limbo” à espera de uma “história das boas intenções do Poder Legislativo”.

A melhor explicação desse grave fenômeno, sem que esse argumento exija adesão a qualquer ideologia, foi sem dúvida a fornecida por Lênin na sua análise do Estado burguês no seu livrinho “O Estado e a Revolução” de 1917. Para ele, na realidade, a deficiência do Estado representativo, ainda que cada vez mais representativo, refletindo cada vez mais a vontade popular, é cada vez menos Estado, decide cada vez menos sobre um número cada vez menor de assuntos. O Parlamento é esvaziado de competências e atribuições em benefício de uma burocracia enclausurada no Executivo, que se justifica por uma autopresumida competência técnica e que despreza o Legislativo. O Estado burguês continua burguês não pela influência das classes dominantes sobre os representantes do povo que atuam publicamente e prestam contas de seus atos, mas pela ligação direta dessas classes com a burocracia, longe das vistas da opinião pública.

A título de conclusão podemos afirmar que a solução da crise da democracia só pode ser cada vez mais democracia. Infelizmente perdemos em 1993 a oportunidade de instaurar o Parlamentarismo em nosso país, sistema no qual o Parlamento não só tem maior poder, mas tem muito maior responsabilidade. Nele os representantes seriam cobrados pelo que podem e não pelo que parecendo que podem, não podem. Outras oportunidades, porém, sem dúvida ocorrerão. Só nos resta esperar.

Um grande historiador disse certa vez que toda obra histórica é, de certa forma, uma obra de ficção, pois jamais conseguimos reproduzir exatamente fatos, personagens e circunstâncias. O melhor que se pode fazer é se aproximar cada vez mais do nosso objeto. A História é assim uma prática aberta ao constante aperfeiçoamento. Assim sendo, este breve esboço sobre a 1ª legislatura da Câmara Municipal e sua produção legislativa é apenas um ponto de partida para mais estudos sobre o mais importante Legislativo municipal do país, que esperamos sejam cada vez mais profundos e abrangentes.

**Em memória do Vereador da 1ª Legislatura Guilhermino Lopes Gianini, parlamentar regular, mas magnífico contador de histórias.**

## Fontes de pesquisa

1. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao). Acessado em 25/10/2012.
2. **Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/constituicao/1947>. Acessado em 25/10/2012.
3. **Lei Estadual nº 1, de 18 de setembro de 1947, (Lei Orgânica dos Municípios).** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1947>. Acessado em 28/08/2012.
4. **Anais da Câmara Municipal de São Paulo.** Compilação realizada pela equipe de estagiários em História da Escola do Parlamento/Câmara Municipal de São Paulo;
5. **Leis do Município de São Paulo.** Câmara Municipal de São Paulo / Secretaria de Documentação da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://camara.sp.gov.br>. Acessado em 15/10/2012.



## De vereador a presidente da República

*Luiz Casadei Manechini*

*Ó Jânio iludia bem, era um artista, verdadeiro ator. Figura pitoresca muito interessante, admirável. Nunca me enganei sobre ele, até mesmo por ser também meio artista e identificá-lo como sendo do ramo. Foi judiação ter bebido demais. Trabalhou muito no início da carreira, era um operário. Depois, delirou. Sentia-se onipotente, isso fazia parte da figura dele. Não precisava de marqueteiro, era bom naturalmente, até caixinha com caspas tinha para jogar sobre o casaco preto com a finalidade de se identificar mais com o povo. Criou aquele símbolo da vassourinha. E, ainda, era inteligente, bom para ser ouvido. As pessoas acreditavam nele, acreditavam mesmo, achavam que a sua maior virtude era ser honesto. Ele não me enganou, mas enganou muita gente, inclusive amigos meus, competentes, sérios, da melhor qualidade - (depoimento de Maria Barbosa Lima, funcionária aposentada da CMSP).*

---

**Luiz Casadei Manechini**

*Jornalista e pesquisador da Escola do Parlamento do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Mestre em Comunicação Social pela Cásper Líbero.*

---

---

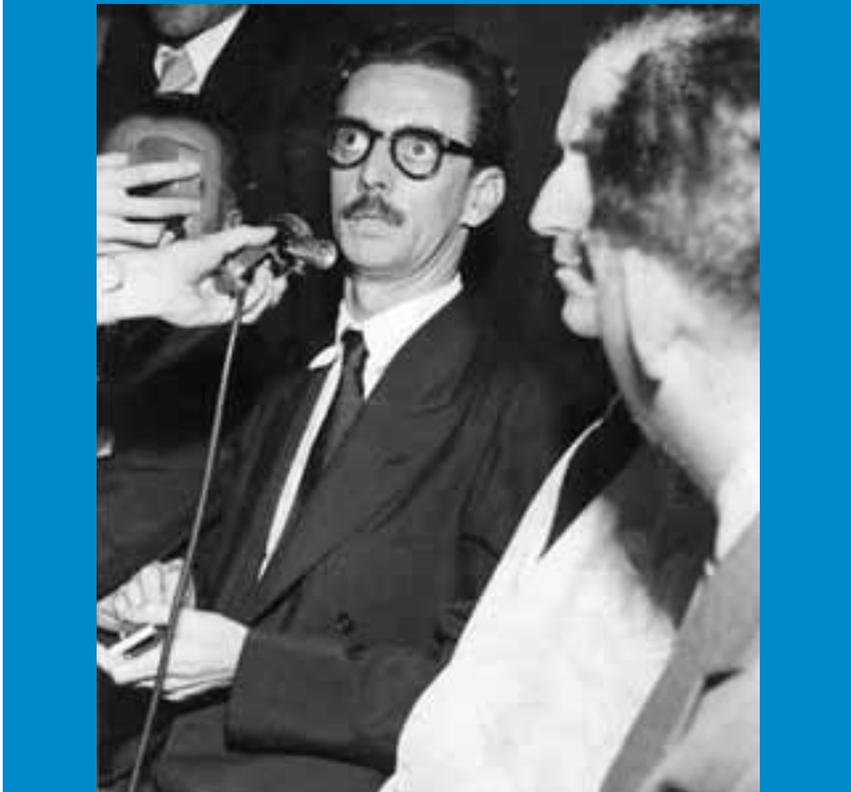
Entre os políticos que passaram pela CMSP e fizeram história na política brasileira, a maior expressão foi, sem dúvida, Jânio da Silva Quadros. Nascido no dia em que se comemora o aniversário da fundação da cidade de São Paulo, 25 de janeiro de 1917, em Campo Grande, hoje capital do estado do Mato Grosso do Sul, com um ano de idade mudou-se com a família para Curitiba (PR), onde passou a sua infância e juventude, concluindo os estudos primários no Colégio Paranaense.

Com a vitória dos revolucionários de 30, Gabriel Quadros, seu pai, médico, que ocupava um cargo na Diretoria de Saúde Pública do Paraná, foi demitido por ter lutado contra a corrente getulista. É quando a família se transferiu para São Paulo, em dezembro de 1930, e o doutor Gabriel instalou sua clínica médica e farmácia no Largo do Cambuci. Jânio estudou no Colégio Arquidiocesano, onde terminou o curso de Humanidades. Ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em 1935, e integrou-se à política estudantil, participando como primeiro secretário da Associação Acadêmica Álvares de Azevedo (1938), voltada a publicações acadêmicas, e ocupando no ano seguinte o mesmo cargo no tradicional Centro Acadêmico XI de Agosto. (CASTRO, 1956, p. 14 e 15). Eram as primeiras eleições de Jânio.

Antes de se envolver em política, gostava de decifrar palavras cruzadas, jogar xadrez, ler histórias policiais, ir ao cinema e de frequentar bailes de carnaval, embora não dançasse. Por sinal, foi em um baile de Carnaval que feriu o olho direito com um estilhaço de vidro de lança-perfume, deixando-o estrábico. Um de seus atos na Presidência da República seria a proibição do uso de lança-perfume em todo país. Como sua irmã faleceu aos 15 anos, Jânio foi praticamente criado como filho único.

Aos 21 anos, quando cursava o 4º ano de Direito, conheceu Eloá do Valle, com apenas 15 anos de idade. O encontro foi propiciado pelo pai dele que comprara uma casa no Guarujá e convidou o farmacêutico Paulo Brebaldo Valle para conhecê-la. Eloá foi junto e, não demorou muito, o início o namoro, que se desdobrou em razão de o pai de Eloá também possuir no local uma casa, vizinha à da família Quadros. Algum tempo depois, Eloá confessou a um jornalista suas impressões sobre o primeiro encontro com o futuro marido: “Eu jamais conhecera um homem tão feio quanto Jânio, eu jamais sonhei que um dia viria a ser sua esposa”. Mas Jânio foi cativante nas primeiras conversas e não se separaram mais. Eloá, depois de casada, completou a descrição: “Bom companheiro, feio, inteligente, bom pai, nervoso e desleixado”. O casal teve uma única filha, Dirce Maria, a Tutu Quadros (CASTRO, 1956, p. 16).

Jânio bacharelou-se em 1939, passando a atuar como advogado em um pequeno escritório que abriu em uma sala no centro de São Paulo, Rua Benjamin Constant. Depois de algum tempo, fechou o escritório e se incorporou como advogado criminalista à equipe do seu ex-colega de ginásio e faculdade, João Batista Vianna de Moraes. Mas foi como professor de Português e Geografia, dos colégios Dante Alighieri e Vera Cruz, que surgiu a vontade de concorrer ao seu primeiro cargo público.



Jânio tinha um desvio no olho esquerdo, resultado de um acidente com lança-perfume. Acervo Iconographia

É possível que essa aspiração tenha se concretizado a partir de uma predição do quiromante Onig Chanakarian Sana Khan que, em 1943, conheceu Jânio na sala de espera do escritório do advogado Vicente Rao e pediu para ler a sua mão. O vidente teria previsto uma carreira política brilhante pela frente, na qual sairia vitorioso em eleições sucessivas. Afirmou, ainda na ocasião, que Jânio seria derrubado, recomeçaria tudo outra vez e seria assassinado no seu segundo mandato de presidente da República. (CHAIA, 1991, p. 18).

Com a derrocada do Estado Novo e a reorganização dos partidos, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e ajudou a organizar no Comitê da Vila Mariana, mas a legenda lhe foi negada para concorrer a vereador, o que conseguiu aderindo ao Partido Democrata Cristão (PDC), conforme Magalhães (2007, p. 272). Mais tarde, na campanha presidencial de 1960, foi a vez UDN lhe oferecer legenda e, finalmente, concretizar seu sonho de poder.

Há outra versão sobre o fato de Jânio ter sido eleito vereador pelo PDC. O motivo de não concorrer pela UDN, na avaliação de J.B. Vianna de Moraes, seu amigo de sempre, é que nesse partido não teria possibilidade de dirigir-se aos interesses populares, por ser composta por integrantes das classes mais abastadas, por ser um partido mais “intimista e sofisticado”. Jânio, segundo Vianna, já tinha a percepção de “que se estava desenhando no Brasil uma política populista e haveria de chegar o momento em que o povo seria uma grande expressão. Ele olhava também para o que acontecera com o Getúlio. Ele viu que a energia e a força de Getúlio foram frutos de medidas populares, que até mesmo as tendências ditatoriais de Getúlio foram superadas pelas medidas populares”. (CHAIA, 1991, p. 18 e 19).

Jânio iniciou-se como candidato com apoio dos alunos e pais do Colégio Dante Alighieri, que se espalhavam pela cidade de São Paulo, com mesinhas e cédulas do candidato. Não era conhecido, não tinha recursos nem relações influentes. Ou seja, fez campanha singela, percorrendo bairros periféricos, feiras livres e botequins. Chamava atenção pela aparência desgrenhada e, claro, pela eloquência. Aliás, foi a eloquência do professor em sala de aula que chamou atenção de seus alunos, a ponto de incentivarem-no a sair candidato e militarem em sua campanha. Entre eles, o futuro jornalista Mino Carta, apenas com 13 anos, no quarto ano ginásial do Dante, que assim se lembrou do mestre e da sua campanha a vereador:

Jânio tinha uns 30 anos. Ele era um sujeito sério e formal, mas remediado, pobre. Sua eleição foi obra dos alunos e de suas famílias. Nós pichávamos as paredes e ele dava a tinta e as brochas. Fui à casa dele algumas vezes. Era uma casa pobre com poltronas estouradas. As molas apareciam pelo estofamento rasgado. (ARNT, 2004, p.55).

O professor conseguiu ser eleito. Algumas publicações históricas, equivocadamente, escrevem que Jânio foi eleito suplente de vereador pelo PDC, assumindo o mandato graças à cassação dos vereadores comunistas. Trata-se de uma informação lançada erroneamente que alcança credibilidade por repetição. A bem da verdade, Jânio nunca foi suplente: recebeu como candidato a vereador 1.707 votos, suficientes para se eleger como o segundo mais votado da legenda, mesmo assim figurando no final da lista dos eleitos, com uma votação modesta em relação aos registros de votos verificados em seu nome nas eleições seguintes. Foi no Palacete Prates, sede da Câmara Municipal de São Paulo até 1969, o início da ascensão meteórica, como ficou conhecida, do político Jânio Quadros.

No curto período de 13 anos, Jânio chegou à Presidência da República, passando por todos os cargos com que um político pode sonhar: vereador, deputado estadual, prefeito, governador, deputado federal e presidente. É fato que nenhum dos mandatos foi honrado até o fim, todos renunciados para assumir em seguida um cargo mais importante oferecido pelas urnas. Até ocupar o cargo de presidente da República, o topo da hierarquia, carregando a esperança de milhões de brasileiros que acreditaram em sua vassoura mágica contra a corrupção, na luta do bem contra o mal - eterna dicotomia.

Na Câmara Municipal de São Paulo, o início e a consolidação de uma carreira política que, no espaço de 13 anos, alcançaria a Presidência da República. Acervo Iconografia



Enquanto esteve na política regional, circunscrita à cidade e ao estado de São Paulo, esteios da riqueza nacional, navegou em águas calmas. Uma das descrições mais abrangentes de Jânio, do seu jeito tresloucado, histriônico, tem a lavra do jornalista Ricardo Arnt, autor da publicação Jânio Quadros - O Prometeu da Vila Maria. Nela, o jornalista enquadra-o nos vários formatos de uma figura controversa, como o trecho a seguir:

(...) Jânio usou seu talento histriônico para encenar suas virtudes e converter-se em personagem, tornando-se uma metáfora de si mesmo. Entre a representação e a realidade fundou uma carreira assentada na ambivalência, a partir do momento em que, professor ginásial do Colégio Dante Alighieri, tornou-se político para combater a política. Ao longo dos anos afinou a linguagem e aperfeiçoou o estilo. Como vereador, prefeito, deputado [estadual], governador, deputado federal e presidente, empolgou forças sociais propondo uma rejeição radical dos costumes e dos partidos políticos e uma “revolução pelo voto”. Desprezava a política e os políticos, colocando-se acima de todos, como o mais independente, o mais idealista, o mais sábio, o mais honesto e o único capaz de consertar o país. (2004, p. 18)

Pelo voto chegou ao Planalto Central, à recém-construída e inaugurada Brasília, legado de Juscelino Kubitschek. E ali, no alto de sua onipotência, porque não dizer autoritarismo, defrontou-se com um Congresso eleito anteriormente, onde não tinha maioria, que lhe tirava do sério. Eis a sua lembrança sobre os fatos ocorridos um dia antes da renúncia:

(...) No dia 24 de agosto, na calada da noite, de forma traiçoeira e misteriosa, o Congresso passou a expedir intimações a ministros meus, até mesmo para Eloi, presidente da Legião Brasileira de Assistência, para prestar depoimentos sobre uma eventual conspiração que eu estaria liderando, segundo o senhor Carlos Lacerda, para implantar no País uma ditadura. Se eu quisesse, já disse em outras oportunidades, fecharia o Congresso com um cabo e dois soldados. O golpe e a ditadura me foram oferecidos pelos ministros militares, mas eu sabia que mais para frente seria peça descartável, passando para a história como o presidente que suprimiu as liberdades democráticas. (...) Toda minha formação, tudo que sou, resulta do voto popular. Como poderia ter eu qualquer simpatia, qualquer fascínio pelo Estado totalitário?<sup>1</sup>

Aos sete meses de mandato, em 25 de agosto de 1961, a renúncia representou a derrocada de uma carreira brilhante, deixando milhões de brasileiros atônitos e que passaram a ser chamados de “órfãos de Jânio”. Só voltaria a ocupar um cargo político quase 25 anos depois, ao vencer o então senador Fernando Henrique Cardoso nas eleições à Prefeitura de São Paulo, em 1985, quando, aí sim, cumpriu o mandato de três anos (1986-1988). Na ocasião, ao desinfetar a cadeira em que o seu principal adversário havia sentado antecipadamente, cantando vitória, declarou à imprensa: “Estou desinfetando a poltrona porque nádegas indevidas a usaram”.

A seguir, um pequeno quadro das eleições de Jânio e os números verificados nas urnas

Eleito vereador (São Paulo) em 9 de novembro de 1947	1.707 votos (PDC)
Eleito deputado estadual (SP) em 3 de outubro de 1950	17.840 votos (PDC)
Eleito prefeito (São Paulo) em 22 de março de 1953	284.922 votos (PDC-PSB)
Eleito governador (SP) em 3 de outubro de 1954	660.264 votos (PSB-PTN)
Eleito deputado federal (PR), em 3 de outubro de 1958	78.810 votos (PTB)
Eleito presidente (BR) em 3 de outubro de 1960	5.636.623 votos (PTN-PDC-UDN-PR)
Eleito prefeito (SP) em 15 de novembro de 1985	1.572.260 votos (PTB-PFL)

1. Entrevista concedida ao autor (jornal Shopping News, 20-11-1983, p. 3)

## Cheiro do voto

As primeiras manifestações do populismo no Brasil aparecem com Getúlio Vargas, político de poucas palavras e sorriso enigmático, o “pai dos pobres”, por causa da legislação trabalhista que implantou. Desde o momento que tomou o poder como líder da revolução de 1930, entre outras manifestações da comunicação de massa, foi cantado e festejado em marchinhas e sambas populares, alvo de caricaturas nos jornais, mencionado em programas humorísticos de rádio e lembrado em espetáculos de teatro de revista. Durante o Estado Novo, a imagem de Getúlio era construída cuidadosamente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O populismo, como um movimento de políticos paternalistas ou salvadores da pátria, ficou mais visível no período de 1947 a 1964. A massa de trabalhadores migrantes que expandiu as periferias das cidades no sul e sudeste brasileiros, particularmente São Paulo, contava com lideranças anarquistas e comunistas no decorrer da primeira metade do século XX. Depois, com a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em maio de 1947, o qual havia substituído as lideranças anarquistas na orientação dos movimentos de trabalhadores (anos 1920), ficou um vácuo ocupado por políticos populistas. Os grandes representantes do populismo foram Getúlio, Juscelino, Jânio e Adhemar, os dois últimos com intensa atuação na cidade e estado de São Paulo.

Em São Paulo, o primeiro a sentir o “cheiro do voto” emanado das periferias foi Adhemar de Barros, político com a experiência de interventor, nomeado por Getúlio Vargas para o governo do estado de São Paulo, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940. Fundou em 1946 o Partido Social Progressista (PSP), transformando-o em uma das maiores agremiações políticas do regime democrático que vai até 1964.

(...) O chefe nacional do PSP aspirava ser sucessor de Vargas na política nacional. Preparava-se para o seu grande sonho: ser presidente da República. Assim, Adhemar governava o Estado dentro das linhas que seguira como interventor federal, nomeado por Getúlio, ao tempo da ditadura, em 1937, inaugurando obras, inaugurando estradas, hospitais, creches, postos de saúde, ginásios, grupos escolares, etc., com conversas no Palácio Campos Elíseos denominadas “conversa ao pé do fogo” [programa radiofônico], audiências públicas e, sobretudo, viagens pelo interior paulista e pelos quatro cantos do país. Em resumo, montava e azeitava a sua grande máquina eleitoral em escala nacional. Dentro dos moldes clássicos da antiga política hoje superada pelos acontecimentos, Adhemar fazia da máquina administrativa do Estado os meios de ação eleitoral, concedendo vantagens, favores, facilidades, acomodações aos grupos e correligionários de sua “panela”, com farta distribuição de cargos públicos, desde os mais baixos aos mais altos na escala hierárquica da administração. (CASTRO, 1956, p.11).

Os milhares de novos eleitores que passaram a constituir bairros e cidades operárias não passaram despercebidos por Adhemar. Na campanha a governador, em 1947, fazia parte de sua agenda visitas aos bairros da periferia, onde frequentava casas de trabalhadores, de gente humilde esquecida pelo poder público. Isso causava grande impacto e repercutia diretamente no voto. Sempre acompanhado e alentado pela primeira dama, Dona Leonor, transpirava e se cansava nessas visitas, a ponto de querer desistir pelo caminho. E o que representavam essas visitas? Para Adhemar, uma aproximação da vida simples e informal dos trabalhadores, com a finalidade de compreender seus problemas e necessidades. Para as famílias de trabalhadores que o recebiam, as visitas de uma autoridade eram motivo de orgulho e prestígio (FONTES, 2008, p. 243).



Adhemar, governador, acompanha a primeira dama Leonor na inauguração de uma creche no Itaim Bibi. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo

Adhemar dava as mãos à direita e à esquerda. Foi apoiado pelo PCB nas eleições de 1947 para governador, quando houve acordo programático com o PSP, inclusive em documento assinado pelos dois partidos e tornado público, envolvendo programa de governo, eleição dos deputados federais complementares, de dois senadores, e a participação do Partido Comunista no Governo. Segundo o jornalista e ex-vereador cassado Moacir Longo, militante do PCB por muitos anos, ele ainda não carregava a fama do “rouba, mas faz” e era visto como um grande administrador, imagem que conquistou como interventor de Vargas no governo de São Paulo. Outro participante e dirigente do Partido Comunista, o jornalista Armênio Guedes, tem a seguinte lembrança de Adhemar:

O Jânio conheci de rua, apenas. O Adhemar conheci melhor, porque algumas vezes o visitei com o Prestes. O Adhemar era um político maleável, que fazia concessões à esquerda. Agora, fazia política da camarilha dele. Mas era um sujeito com certo tato, não se deixava pegar em grandes falcatruas. Tem uma história folclórica que um taxista me contou, ocorrida durante um discurso do Adhemar como candidato a governador. Em certo trecho, o candidato disse: “Aqui nesta calça, neste bolso aqui, nunca entrou um centavo que não fosse ganho com o suor do meu rosto, de trabalho honesto”. Um popular que assistia ao comício gritou: “Tá de calça nova, hem governador!”<sup>2</sup>

2. Entrevista de Armênio Guedes concedida ao autor em 11/04/2012



Jânio combinou autoritarismo com democracia ao longo de sua trajetória política, iniciada na Câmara Municipal de São Paulo. Acervo Folha

O chamado “corpo a corpo” das campanhas eleitorais é uma prática que prevalece até hoje, com as mesmas imperfeições da época populista. O político, na maioria das vezes, faz a visita aos bairros e favelas da periferia e, depois, durante o mandato, esquece-se das promessas feitas durante a campanha, deixando de atender as demandas.

Jânio foi protagonista de outro formato de populismo, mais moderno e provavelmente com menos “tapinhas nas costas”, preocupado com os direitos do cidadão em uma cidade que crescia desordenadamente. Foi operoso enquanto vereador. Nas suas várias incursões pela cidade, ouviu e anotou os principais problemas que afligiam as comunidades distantes, trazendo-os para ser debatidos na Sala de Sessões, como era chamado o plenário da Câmara Municipal de São Paulo na época. Surgia então uma modalidade de político populista, que defendia os humildes contra os poderosos, com discurso moralista, cujos pilares eram honestidade e trabalho.

Começa, dessa forma, a se destacar como grande opositor ao “adhemarismo”, contrapondo-se à política ensejada pelo governador e seu partido. O “povo de Vila Maria” era a sua identidade maior, uma forma de reverenciar os bairros da periferia que visitava e inspecionava constantemente. Timoneiro solitário, à medida que foi obtendo sucesso nas votações, nos vários cargos que disputou, sentia-se onipotente, acima dos partidos, pois julgava o voto seu patrimônio, o povo seu porto seguro.

Uma de suas falas da tribuna do Palacete Prates, na sessão de 07/03/1949, resultado de uma visita que fez ao bairro do Tucuruvi para verificar o abandono das ruas, é bem típica dessa oposição às velhas práticas políticas, de promessas sem efeitos:

(...) Constituem a grande massa dos párias da sociedade a quem se convencionou chamar de trabalhadores e para os quais se apela, quando se pretende alguma vantagem, quando se pretende algum lucro, quando se pretende alguma honraria e, sobretudo, quando se pretende algum mandato: então surgem “os bandeirantes”, “os messias”, os “doutores promessas”, que a multidão, que possui memória, há de guardar convenientemente no âmago do coração para castigo que não virá longe, mas que se consubstanciará em votos, em cédulas, em pedacinhos de papel que hão de destruir muita ambição, hão de destruir muito embuste, hão de frustrar muita injustiça.

Mesmo com essa fala empolada, barroca, às vezes de difícil compreensão, todo mundo parava para ouvi-lo, pois, diferentemente dos políticos de sempre, Jânio iniciava um movimento político com a finalidade de moralizar a política, colocar o país nos trilhos, com fortes indícios de messianismo sem religião. Reunia as condições necessárias para ser o primeiro político a empolgar as massas: intuitivo, marqueteiro nato, exímio comunicador, discurso adequado para cada tipo de público, colocando o dedo na ferida dos problemas. Mas tudo isso não bastaria para transformar o modesto professor em fenômeno da política brasileira. Trabalhou duro como vereador, na tribuna e fora dela. É quando constrói a sua imagem de “salvador da pátria”, de político intrépido, caráter inquestionável, que segue o caminho da verdade, da lei e da honestidade.

Jânio chegou à Câmara Municipal de São Paulo sem ser uma das figuras mais conhecidas ou que tivesse um grande partido por trás para auxiliá-lo. Em três anos de mandato, conseguiu reverter este quadro e elegeu-se como deputado estadual recordista de votos no estado de São Paulo. Esta posição alcançada logo na eleição seguinte não surgiu à toa. Durante seu mandato de vereador foi o recordista de proposições, somando-se indicações, requerimentos e projetos de lei.(...) Esta participação ativa na CMSP servia para mostrar a existência de um político diferente dos outros políticos, cujo interesse fundamental não seria se locupletar com o poder. Em função disto foi capaz de construir a imagem de homem sério, honesto e trabalhador. Esta imagem estaria distanciada daquela mais comumente conhecida pelo periodismo paulistano e pelos eleitores. (MAGALHÃES, 2007, p. 277)

Atento às demandas de uma São Paulo onde faltava tudo, serviços com a mínima qualidade à massa crescente de trabalhadores, Jânio dedicou-se como vereador seriamente ao levantamento dos problemas dos bairros da periferia da cidade, com discursos memoráveis na tribuna. A Primeira Legislatuara teve o privilégio de contar com bons oradores que mantiveram acirrados debates com Jânio.

O Jânio dava show na tribuna, passou a ser o fenômeno da época. Mas não era somente o Jânio. A Câmara dos anos 48 a 51 foi um verdadeiro Parlamento. Tanto assim que as galerias viviam lotadas, as pessoas tinham interesse em assistir às sessões. O Jânio era um espetáculo à parte, dava show na tribuna. Mas não era só ele. Entre outros, destacaram-se Cantídio Sampaio, ferrenho defensor do governador Adhemar de Barros; o Brasil Bandecchi, mais acadêmico, ponderado; o jornalista Cid Franco, que tinha o dom da palavra. Nem era tão veemente, mas preciso, correto e elegante. Como tribuno, acredito até que foi melhor do que o próprio Jânio. E não podemos esquecer o Marrey Júnior, presidente em duas oportunidades na Legislatuara em questão, um político habilíssimo, com postura impecável, educado sem ser sabujo, veemente sem ser malcriado. Tinha ascendência na direção dos trabalhos e era muito respeitado pelos demais vereadores. Sem dúvida, um bom tribuno, com a vantagem dos conhecimentos que trazia da tribunal do júri, traquejo da maçonaria que os outros não tinham<sup>3</sup>.

3. Entrevista de Edson Ravena, funcionário aposentado da Câmara, concedida ao autor em 03/05/2012



Marrey Júnior, ao centro, foi presidente da Câmara em duas oportunidades na Primeira Legislatura e tinha o respeito dos demais vereadores na condução dos trabalhos. Agência OESP

Jânio sentiu pela primeira vez a notoriedade de perto. Percebeu que a sua decisão de fiscalizar o poder público aonde mal chegava, nos bairros mais distantes da capital, rendia denúncias e mais denúncias contra os desmandos, irregularidades agenciadas pelo Executivo. Suas peregrinações tinham cobertura da imprensa escrita. Levava a tiracolo o jornal “A Hora”, que lhe dava apoio, suscitando notícias e escândalos. Na sessão de 10/02/1949, por exemplo, ao defender a indicação nº 179-50, descreveu o estado lastimável de algumas ruas da Vila Anglo-Brasileira e falou um pouco de suas peregrinações pelos bairros:

**O Sr. Jânio Quadros** – Sr. Presidente e Srs. Vereadores. Sou um incansável observador dos bairros distantes. Perdoem-me a falta de modéstia, que o “incansável” denota. Precisaria, porém produzir a asserção, para Vv. Exas. ouvirem uma segunda: jamais encontrei zona da cidade tão abandonada e tão esquecida pela Municipalidade, quanto a Vila Anglo-Brasileira.

**O Sr. Angelo Bortolo** – Não sei onde existe bairro bem cuidado. Todos estão descuidados.

**O Sr. Jânio Quadros** – V. Exa. está com a razão, mas no que V. Exa. contemple as fotografias que tenho em mãos, no que V. Exa. ouça a minha justificação, compreenderá que este trabalho não é mero e rotineiro trabalho de bairro, mas revela um crime coletivo, traduz um estado de desleixo, de esquecimento quase inconcebível, que mal poderíamos acreditar fosse possível no Município de São Paulo. E repito, visito costumariamente os bairros. Tenho visto coisas pavorosas, terríveis, em Vila Formosa, em

Vila Maria, e não sei em quantos bairros desta Capital, mas sempre dentro da cidade. O que vi ontem em Vila Brasília Machado, em companhia da reportagem, é sem nenhuma dúvida o aspecto mais doloroso que me foi dado a contemplar jamais. Afirmo, nobres Vereadores, que a reportagem do jornal “A Hora”, habituada a esse trabalho na periferia da cidade, e eu mesmo, ficamos atônitos e horrorizados. (...)

Toda a dramaticidade que Jânio inseriu no discurso tem como objetivo chamar atenção da plateia e dos colegas vereadores para algumas ruas da Vila Anglo-Brasileira, que apresentavam “valas e crateras de vários metros de profundidade, absolutamente invencíveis” – descreveu o vereador, com exagero na eloquência, passando a listar as consequências:

**O Sr. Jânio Quadros** – Entendem Vv. Exas. uma coletividade sem farmácia? Pois, Vila Anglo-Brasileira é uma delas. Os armazéns dessa rua [Novo Mundo], da rua Rifaina e da rua Sapezal não recebem mercadorias há vários meses. À minha presença e a do jornalista, deixaram de entregar gêneros alimentícios, porque os fornecedores se recusam a levá-los a esses armazéns. À minha presença, uma criança não pôde comprar sal, porque o sal não era levado ao empório pelo fornecedor. Não há possibilidade de acesso. Ninguém chega a essas casas de família, exceto o distribuidor de impostos, que encontrei e que V.v. Exas. ouvirão mais adiante, dos valores que a Prefeitura lança sobre aquela gente humilde.

O drama é finalizado com uma estocada na Prefeitura. Jânio conseguia direcionar e relacionar todos os problemas da cidade à incompetência administrativa do Executivo e às distorções decorrentes, fossem elas de corrupção ou de uso indevido da máquina pública. Investigava situações e atos de locupletação com o dinheiro público, além de oferecer uma gama de denúncias de toda ordem, na maioria das sessões da Câmara, com base em relatórios bem elaborados, resultado de suas andanças pela cidade. Realmente, incomodava a bancada governista, que tinha um tribuno à sua altura – Cantídio Sampaio. Na sessão de 18/11/1950, o assunto levado por Jânio à tribuna dizia respeito à Vila Guilhermina. Os dois oradores mostravam de que lado estavam:

**O Sr. Jânio Quadros** – (...) Vila Guilhermina merecia ser vista, mas merecia ser vista pelo Sr. Prefeito [Lineu Prestes], pelo professor que está dirigindo o Município, que adquiriu um Cadillac, que disputa uma suplência no Senado. (...) Eu recomendaria a S. Exa. começar pelo que é denominado em Vila Guilhermina “galpão escolar”. Alguma coisa pequenina e suja, sem nenhuma estética, sem instalações sanitárias, obrigando as crianças a longas caminhadas, para atender certos reclamos fisiológicos. Essa a escola de Vila Guilhermina, o Grupo de Vila Guilhermina, o centro de luz da instrução, porque a outra luz, a da Light, essa não existe. Vila Guilhermina apenas a recebeu em algumas ruas, em algumas ruas, misteriosa e inexplicavelmente. É verdade que São Paulo é a terra dos mistérios inexplicáveis.

(...) Que estará sucedendo? É capaz, a Prefeitura, de dizer a esta Câmara o que sucede à Vila Guilhermina? Que sucede a Comendador Ermelino? Que sucede a Guaianazes? Que sucede a Itaquera? Que sucede com Vila Nova Cachoeirinha? Que sucede à Vila Formosa? Seria capaz, o Sr. Chefe do Executivo, de ocupando aquele estrado, aquela tribuna, a responder a uma única pergunta minha? – Tem a Prefeitura tomado as contas da Light? Só isso. Tem tomado as contas da Cia. Telefônica? Tem tomado as contas da Cia. De Gás. Mas já que falo de V. Guilhermina, deixem-me acrescentar ainda umas poucas palavras. Nenhum dentre V.v. Exas. chegarão à Vila Guilhermina, à noite ou em dias chuvosos, porque ela, no momento é inatingível. (...) O abandono em que jaz a Vila é indescritível: é uma vergonha, é um escândalo, e aí estão os comandos de obras, e aí está o farto noticiário de toda uma cadeia de jornais a indicar as realizações do Prefeito que comprou um “Cadillac”!

Depois de aguardar pacientemente a fala de Jânio e, também, os vários apartes de vereadores a favor, Cantídio Sampaio, defensor do governo na tribuna da Câmara, pede a palavra para iniciar a desconstrução do discurso oposicionista que, na sua opinião, era contumaz em denúncias:

**O Sr. Cantídio Sampaio** – É óbvio que o Sr. Prefeito da Capital não possui, como não possui esta Casa, e ninguém ignora, esse meio de obrigar a Light, a poderosíssima Light a cumprir suas obrigações com a coletividade paulistana, porque a questão da iluminação não está adstrita ao Governo Municipal – todos nós sabemos - mas a um conselho de energia elétrica federal que cuida do problema e possui a solução, de tal sorte que o problema exploradíssimo tomou proporções federais (...) É fácil chegar à tribuna, é fácil, através do jogo de palavras, carrear a responsabilidade ao Governo Municipal, que, no entanto, se atém exclusivamente, neste particular, ao Governo Federal. É muito comum, Sr. Presidente e nobres Vereadores, chegarmos nesta gigantesca capital de S. Paulo – que se espraia como por milagre em construções de novas “cidades” por toda periferia, zona de preferência para residirem as populações pobres – é muito comum – repito – lá chegar-se e encontrar-se defeitos num arruamento, na maioria das vezes clandestino. No entanto criticar sempre foi fácil, protestar sempre foi fácil, mas fazer nem sempre é tão fácil.

Foram inúmeros os embates entre Jânio e Cantídio, que no decorrer da legislatura, ocupariam muitas páginas desta publicação. Edson Ravena, que assistiu ao desempenho dos dois tribunos, acredita que ali havia um jogo de oratória com cartas marcadas, em algumas ocasiões. Desconfiava, mas depois acabou certificando-se que, realmente, havia uma combinação de ambos sobre determinados temas que discutiam em plenário. “Uma amiga minha, colega de trabalho na época, cujo nome não revelarei porque não me deu essa permissão, assistiu por uma fresta de porta, tarde da noite, quando não havia quase mais ninguém no Palacete Prates, os dois marcando posições em uma sala, ensaiando as falas que dirigiriam um ao outro na sessão ordinária do dia seguinte. “Interessante como, em política, os extremos se atraem!” – diz hoje ao recordar os velhos tempos.

O vereador Cantídio Sampaio, da bancada governista, em pé, à esquerda da foto, manteve com Jânio discussões acirradas na Legislatura. Acervo Folha



## Oratória e folclore

Nos três anos e pouco mais de dois meses de mandato, foram muitas as trocas de argumentos ou situações folclóricas oferecidas por Jânio em plenário, momentos de presença de espírito, bom humor, de provocação, cultivados pelo jovem parlamentar. A oratória era sua principal arma para seduzir e convencer as suas plateias. Foi ela quem levou o vereador Altimar Ribeiro de Lima, na falta de argumentos, a esbofetear-lo na tribuna, tamanha irritação provocada pelo discurso demolidor de Jânio contra o Projeto de Proteção aos Desportos. Esse estilo irônico, mordaz, também foi utilizado na palavra escrita. Mas não brilhava sozinho, tinha concorrentes na arte da oratória. Na sessão do dia 5 de janeiro de 1949, um exemplo do jogo afiado de palavras a que se dedicavam os vereadores da Primeira Legislatura, tanto em assuntos importantes quanto nos mais corriqueiros. O vereador Cid Franco discursava sobre os aumentos abusivos de combustíveis registrados na época de Natal e Ano Novo, quando foi aparteado por Jânio:

**O Sr. Cid Franco** – O exagerado aumento do preço da gasolina, que não parou nos índices de 1948, mas que, no princípio deste ano, como foi anunciado, dará mais um grande salto para cima, vai encarecer brutaemente os transportes.

**O Sr. Jânio Quadros** – Quando V. Exa. fala em salto, não acrescente para cima. Só esse se conhece, infelizmente.

**O Sr. Cid Franco** – Realmente, às vezes, há saltos para baixo, mas quando se trata de não proteger o povo, esses saltos governamentais são sempre para cima.

A imprensa percebeu logo a capacidade de Jânio em criar fatos, hoje chamados de factóides. E ele percebeu a importância da imprensa na sua carreira política. Trabalharam juntos, criaram fatos e notícias em parceria. A imprensa, a seu convite, especialmente os jornais “A Hora” e “Diário Popular”, documentava os problemas detectados por Jânio nos bairros periféricos e, posteriormente, ele usava as reportagens nas sessões. “Quando constatou a falta de manutenção do calçamento da cidade, carregou um paralelepípedo para exibir na tribuna da Câmara” (ARNT, 2004, pág. 59).

Discussões acirradas sobre o Projeto de Proteção aos Desportos ocorreram no segundo semestre de 1949. Em setembro, na 199ª sessão ordinária, Altimar Ribeiro de Lima não queria ceder um aparte a Cid Franco, mas Jânio, ao perceber a situação, arranjou um jeito de conseguir a palavra a seu parceiro na batalha para derrubar o projeto:

**O Sr. Altimar de Lima** – Acredito que coloquei muito bem o caso. Só indaguei quais as pessoas ricas que conseguiram algum benefício monetário...

**O Sr. Cid Franco** – V. Exa. Permite um aparte?

**O Sr. Altimar de Lima** – Excelência, não me interrompa, deixe-me concluir.

**O Sr. Cid Franco** – V. Exa. não me concedeu o aparte, então esperarei.

**O Sr. Altimar de Lima** – V. Exa. não fará mais de que cumprir o Regimento.

**O Sr. Jânio Quadros** – Permite-me V. Exa. um aparte?

**O Sr. Altimar de Lima** – Concedo-o, excelência.

**O Sr. Cid Franco** – Excelência, eu pedi antes.

**O Sr. Jânio Quadros** – Cedo o meu aparte ao nobre Vereador Cid Franco.

**O Sr. Altimar de Lima** – O aparte, então, já foi dado ao Sr. Cid Franco pelo Sr. Jânio Quadros.

Na 74ª sessão ordinária, realizada em 10 de setembro de 1948, uma declaração escrita pelo vereador Jânio Quadros foi lida pelo presidente Marrey Júnior antes do encerramento da Hora do Expediente. Nela, demonstrava a sua irritação com notícias veiculadas na imprensa sobre a sua vida pessoal:

### Declaração

Segundo notícia que me chegou, afirma um pasquim, confessadamente pornográfico, que estou construindo casa própria ou “palacete”, em local que ignoro. Declaro então a esta Casa e ao povo que nesta data faço doação, como efetivamente hei por doado, ao mesmo pasquim, todo e qualquer edifício, prédio, residência ou construção de qualquer espécie ou natureza que tenha construído ou esteja construindo, quer antes de minha eleição, quer posteriormente à mesma, doação esta livre e desembaraçada de qualquer ônus, inclusive impostos em atraso. São Paulo, 10 de setembro de 1948. (a) Jânio Quadros.

Sobre sua conduta pessoal, considerava-se acima de qualquer suspeita. Isso é notório na redação de sua declaração de bens, exigência feita a todos os vereadores da Câmara Municipal, datada em 12 de março de 1951. Redigiu o documento quando já se preparava para assumir o seu cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa. Com humor e ironia habitual, justificou o fato de ter ficado ainda mais pobre em relação à declaração anterior. Tratou o cumprimento da obrigação oficial em tom jocoso. A seguir, o documento inédito, guardado sob sigilo por quase 62 anos no Arquivo da CMSP:

Declaração de bens de Jânio à Câmara paulistana, documento inédito que permaneceu em sigilo por mais de 60 anos no Arquivo da CMSP



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

INDICAÇÃO n.º \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

Declaração de bens do sr. Jânio Quadros.

Snr. Presidente.

Os bens que possuo são os mesmos já declarados, anteriormente, com as seguintes alterações:-

- a) jóias e objetos de valor: - perdi ~~os~~ que tinha àquela data, roubados por ladrão que assaltou a minha residência.
- b) dinheiro. Não possuo qualquer parcela, tendo gasto as minhas reservas, que alcançavam quase cem mil cruzeiros, na recente campanha eleitoral.
- c) imóveis - vendi os lotes de terrenos do Guarujá, que não lembro se declarei, por cerca de vinte mil cruzeiros (22 tabelião) e comprei, há coisa de dois anos, um terreno à r. Tapera, com valor de oitenta contos, aproximadamente, pagos com o produto das minhas economias.
- d) dívidas. Devo, no momento, mais de oitenta mil cruzeiros, que assim posso discriminar:
  - 1) sessenta mil cruzeiros à tipografia IREJOS DUFONT;
  - 2) vinte mil cruzeiros a vários credores.

Aí está a minha declaração de bens, snr. Presidente.

Sala das Sessões, 12 de Março de 1951.

JÂNIO QUADROS.

*Jânio Quadros*

## Caminho presidencial

Jânio não foi somente folclore, tornou-se conhecido pela sua intensa atuação como vereador. Sua fama de político intrépido começou a correr entre as classes menos favorecidas, mas também com boa aceitação na classe média, por estar em quase todos os lugares, palmilhando a São Paulo do final dos anos 1940 e início dos anos 1950.

Ele não faltava a lugar nenhum, estava presente nas campanhas do Petróleo, da Paz. Nos eventos de reivindicação dos bairros, de calçar ruas, iluminar, por iniciativa dos comitês de bairro, o Jânio não perdia um. Por isso, quando assumiu a Prefeitura, priorizou de maneira absoluta o atendimento a essas reivindicações chamadas miúdas, dos bairros. Aí, a popularidade dele explodiu<sup>4</sup>.

Para Moacir Longo, Jânio foi o grande herdeiro da militância do PCB, depois do partido casado e, também, quando sua direção enveredou por um caminho de radicalização e de afastamento das realidades política e social do País: “Uma militância que fazia um verdadeiro arrastão pela cidade nas eleições”. Um exemplo que respalda essa visão de Moacir Longo foi um protesto que Jânio fez contra a prisão de operárias de uma fábrica de tecidos e de outras mulheres que afixavam cartazes do Movimento Pró-Paz, capitaneado pelo PCB já na clandestinidade. Na sessão do dia 21/03/1949, foi lida a mensagem:

### Protesto

Tendo chegado ao nosso conhecimento a prisão de operárias de uma fábrica de tecidos, no Cambuci, bem como de mulheres que afixavam cartazes do Movimento Pró-Paz, enviamos à Mesa nosso veemente protesto contra ambas as arbitrariedades da Polícia perpetradas contra gente ordeira e humilde, reivindicando a melhoria de salários, no primeiro dos casos, e entregue a uma nobre campanha de fraternidade e solidariedade humanas, no segundo. - Sala de Sessões, aos 21 de março de 1949.  
– Jânio Quadros.

Foi um período em que Jânio realmente souou a camisa e construiu o seu *modus operandi* de fazer política. Esse conhecimento das demandas da cidade, de idas e vindas aos locais mais remotos, investigando as lacunas no poder público, com a sensibilidade de ouvir os problemas e levá-los ao plenário da Câmara, dava início a uma carreira de verdadeiro ídolo da política brasileira. Jamir Tognini, que na época era assessor das comissões, presenciou essa fase de prestígio:

Jânio Quadros era popularesco. Meio relaxadão no vestir, andava sempre com um casaco preto comprido, algum saco de bolacha no bolso. Uma maneira única de ser. Popularizou o estilo e o povo gostou, pois era muito inteligente e tinha resposta para tudo. Vinha gente aos montes para falar com ele no Palacete Prates. Sem dúvida, foi quem mais sobressaiu na Primeira Legislatura, discutindo muito em plenário, defendendo as classes menos favorecidas e recebendo muita gente na sala dele. O jornal A Hora, sensacionalista, acompanhava-o em suas andanças pela cidade, pois o Jânio sempre rendia notícia<sup>5</sup>.

4. Entrevista de Moacir Longo concedida ao autor e a Jose D’Amico Bauab, pesquisador do Centro de Memória Eleitoral do TRE-SP, em 18/06/2012

5. Entrevista de Jamir Tognini, funcionário aposentado da CMSP, concedida ao autor em 02/08/2012



Jânio, como vereador, foi incansável na fiscalização do poder público. Na foto, verifica as más condições de uma pinguela na Vila Clementino acompanhado de um repórter do Diário da Noite. Acervo Iconographia

Jânio percebeu e traduziu como poucos as demandas da periferia e dos trabalhadores. Aliás, um intransigente defensor por melhores condições de trabalho. Percorreu vários locais como oficinas e garagens da CMTA, onde constituiu sua base trabalhista mais importante; visitou obras e serviços dos operários da Prefeitura, os chamados braçais, que não tinham qualquer direito trabalhista garantido pela CLT nem garantias do poder público. Na sessão ordinária de 25/05/1950, Jânio vai à tribuna para denunciar a situação precária de 300 operários da Limpeza Pública do Município, que trabalhavam na subzona do Ibirapuera. Suas palavras:

(...) Os homens dessa sub-zona comem ao derredor de um fogão de tijolos que eles mesmo construíram. Sentam-se em qualquer lugar: em uma carroça, em um tronco de árvore ou simplesmente no chão. O chamado vestiário é um pardieiro com várias paredes parcialmente destruídas; enxerga-se do interior todo o exterior e, por toda parte, estão sobras de material, objetos imprestáveis e entulhos. (...). Quase todos os trabalhadores, com os quais falei, vestiam farrapos que mal lhes cobriam o corpo. Especialmente os conhecidos como “reservas”. Estranhei os molambos, e ouvi como explicação que não recebem seus uniformes de longa data. Parece que falta verba. Falta verba! Para isso, sempre falta verba, que é abundante para a gasolina de carros de passeios(...); que é abundante para comissionamentos de altos funcionários, que é abundante para várias despesas da extravagância oficial.(...) Não são gente. A Prefeitura entende que são bestas de carga, cujas energias explora sem qualquer escrúpulo.

Se encerrasse a carreira no seu primeiro mandato, poderia ser considerado homem de esquerda, tal o volume de trabalho que apresentou visando uma cidade melhor em favor dos menos favorecidos.

Os discursos de Jânio na tribuna da Câmara narravam e protestavam contra muitos problemas vividos cotidianamente pelos trabalhadores da capital. A carestia, os abusos cometidos por comerciantes inescrupulosos, a falta de moradia e transportes, os atrasos dos trens - eram, entre outros, temas constantes e veementemente repetidos pelo vereador. (...) Ele priorizou os bairros populares como centro da sua atuação e, ao politizar a difícil rotina de seus moradores e reivindicar seus direitos como habitantes da cidade, aparecia cada vez mais como uma espécie de paladino da periferia paulistana (FONTES, 2008, p. 248)

No que diz respeito ao moralismo, outra bandeira que Jânio abraçou, algumas de suas primeiras falas na tribuna da Câmara são reveladoras da sua preocupação com “a moral e bons costumes”. Na sessão de 09/04/48, faz uma indicação, a de nº. 678, ao Delegado de Costumes, na qual pede providências contra a exibição, sem esclarecimentos prévios ao público, de produções cinematográficas do gênero livre, que, sob o pretexto de trabalhos de arte, “encerram grosseiras imoralidades vexatórias da audiência desavisada”. Em seguida, justifica:

Há meses foi exibida em cinema desta cidade a película “Êxtase” e ora se exhibe na mesma tela “Follies Bergère”. Ambas, segundo a crítica unânime, são produções obscenas, que constringem, envergonham e revoltam a assistência desprevenida do conteúdo dessas películas, que deveria ser objeto de aviso obrigatório e explicativo, por parte da direção do cinema, aos frequentadores.

Até com a lisura de um concurso público para preenchimento de 36 vagas de escrivão, Jânio se preocupou, participando ativamente da Comissão encarregada de realizá-lo. Foi pessoalmente monitorar as provas de Prática ou Técnica Datilográfica, das quais participaram 407 candidatas. Na Sessão Especial para Eleição da Mesa, em 1º de janeiro de 1949, o presidente da Casa, Marrey Júnior, que encerrava o mandato referente a 1948, fez um balanço das ações e assim referiu-se ao concurso:

(...) Quero deixar bem acentuado que em minha longa vida política não vi concurso realizado, perante o poder público, com a seriedade impressa ao nosso. Nenhuma solicitação nos foi feita. Não houve, pois, preocupação de partidarismo ou filhotismo. Noutros tempos, de maneira diferente se procedia. (...) Tenho a grata satisfação de dizer que o êxito desta nossa primeira experiência democrática de administração pública é devido à honorabilidade dos ilustres colegas Jânio Quadros, Valério Giulli, Décio Grisi e Cid Franco (...)



Na foto de 1948, Jânio monitora a prova de datilografia do concurso de escriturário da Câmara Municipal. Acervo Iconográfico CMSP

Jânio apresentou durante o seu mandato de vereador o maior número de proposições, projetos de lei e discursos, considerando todas as casas legislativas do país. Durante a vigência do período da Primeira Legislatura, mesmo não cumprindo os quatro anos de mandato, liderou o *ranking* dos projetos, com a apresentação de 162 projetos, dos quais 35 aprovados, incluindo os elaborados em conjunto com outros vereadores.<sup>6</sup>

6. Fonte: Equipe de Documentação do Legislativo - CMSP.

Outro exemplo de sua operosidade: durante a vigência da mesa diretora de 1949, das 3.180 proposições e indicações, foi responsável por 200; dos 1.640 requerimentos, subscreveu 340; dos 430 projetos apresentados, foi autor de 50. (MAGALHÃES, 2007, pág 276)

Jânio apresentou vários projetos de lei, como, por exemplo: sobre o limite de lotação nos cinemas, teatros e casas de espetáculos, proibindo o excesso da venda de ingressos; a respeito do funcionamento das bancas de jornais, das casas de espetáculos e também das bombas de gasolina; em coibir a fixação de cartazes ou impressos em logradouros públicos; em proibir a abertura do comércio no horário noturno. Ou apontava para: a necessidade da implantação do Jardim Zoológico, instalação de sanitários separados para homens e mulheres em estabelecimentos comerciais. Batalhou pela criação da Seção de Iconografia no Departamento de Cultura para preservar a memória da cidade e pela criação da Seção de Serviços Domésticos na Secretaria de Higiene, Divisão de Saúde e Identificação, regulamentando a situação trabalhista de jardineiros, arrumadores, lavadeiras, amas, entre outros prestadores de serviços. Foi pioneiro na proposição do fornecimento gratuito de leite aos filhos dos operários da Prefeitura, entre tantas outras proposições de lei.

Mais que projetos, a atuação de Jânio durante seu mandato de vereador teve relevância em razão das denúncias de problemas que prospectou nas mais diversas da cidade. Abusou do direito de usar

Jânio inspeciona o desperdício de verduras estragadas, apenas uma das denúncias que levou à tribuna. Acervo Iconographia



a tribuna ou fazer apartes em excesso. Na 357ª Sessão Ordinária, realizada em 2 de fevereiro de 1951, pouco antes de Jânio deixar a Câmara e se mudar para a Assembleia Legislativa, justificou-se por ocupar a tribuna com frequência maior que dos demais vereadores:

**O Sr. Jânio Quadros:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, vou ser rápido para facilitar o trabalho de V. Exa. Desejo apenas observar que tenho notado, aqui e acolá, alguma má vontade de colegas em relação ao fato de ocupar a tribuna em todas as sessões. Lembraria à Casa que me inscrevo regularmente e lembraria, também, que uso a palavra quase sempre através de desistência expressa de companheiros.

Foi uma de suas últimas participações na tribuna. Deixava para trás, em 12 de março de 1951, um mandato incompleto, de três anos e dois meses, que honrou com extrema dedicação, e um legado de serviços prestados à população da cidade de São Paulo dos mais relevantes. A partir daí, com o seu desempenho de vereador da Câmara paulistana, estava pronto para alçar voos de condor na política, até alcançar a Presidência da República.

## Referências bibliográficas

- ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros: O Prometeu da Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- CASTRO, J. Viriato - **O Fenômeno Jânio Quadros**. São Paulo edição do autor, 1956
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. São Paulo: Humanidades, 1991.
- FONTES, Paulo Roberto Ribeiro – **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista**. São Paulo: FGV, 2008.
- MAGALHÃES, Felipe Santos. Varrendo a Imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 271-290, dez. 2007

## Fontes primárias de documentação

- Anais da Câmara Municipal de São Paulo - período 1948/1951
- Jornal Shopping News, 20/11/1983, pág. 3 – São Paulo

## Entrevistas feitas pelo autor, pela ordem cronológica:

- 1 - Armênio Guedes, em 11/04/2012
- 2 - Francisco Sammartino, 23/04/2012
- 3 - Edson Aparecido Ravena, em 03/05/2012
- 4 - Moacir Longo, em 18/06/2012, com a participação de José D'Amico Bauab, pesquisador do Centro do Memória Eleitoral TRE-SP
- 5- Jamir Tognini, em 02/08/2012
- 6 – Clóvis e Maria Barbosa Lima, em 17/08/2012

# Reflexos de uma documentação na história de São Paulo

Lia Mara Meneghel Ribeiro Chagas

*A Câmara Municipal de São Paulo é o espaço institucional onde são pensadas, discutidas e aprovadas as políticas públicas que afetam diretamente os munícipes. Conhecer a sua história é imprescindível para conhecer a história de São Paulo. O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a cidade a partir da atuação do Legislativo. A utilização do acervo documental produzido pela Câmara, e por ela preservado, foi fundamental para a realização das pesquisas que basearam os artigos integrantes deste livro e, com certeza, ainda contribuirá de forma importante para a o estudo da Cidade de São Paulo.*

Foi uma boa surpresa a notícia da publicação deste livro, integrado por vários artigos sobre a primeira legislatura da Câmara Municipal de São Paulo – período de 1948 a 1951.

Surpresa melhor ainda quando se sabe que vem sendo acompanhada de outras iniciativas recentes, como a instituição da Escola do Parlamento e o aparecimento da Revista do Parlamento Paulistano.

Todas essas atividades contam com a participação de servidores do Legislativo, demonstrando não só sua capacidade e empenho como o interesse em conhecer e dar a conhecer um universo ainda pouco estudado, e sem o qual não se pode saber a história de nosso país.

Essas iniciativas, me parece, revelam um novo ciclo por que passa a Câmara Municipal, um momento em que pensa sobre a Cidade, mas também sobre o seu próprio papel.

Para tudo isso, precisa conhecer sua própria história, o lugar que ocupa na Cidade de São Paulo ao longo dos tempos – vamos dizer séculos, porque a Câmara Municipal existe como instituição desde 1560.

Se, no início de nossa colonização exercia sozinha as funções legislativas, executivas e judiciárias, hoje seu papel não é menos importante, pois é partícipe necessária, no desenho democrático constitucional, para a gestação e implementação das políticas públicas, lado a lado com o Poder Executivo.

Desde o período colonial até hoje, ao desempenhar suas funções, gera documentos que estão custodiados, seja no Arquivo Municipal, seja em seu próprio Arquivo.

O acervo da Câmara é, assim, fundamental, pois vem dando testemunhos da vida paulistana, ininterruptamente, desde o século XVI. Quase ininterruptamente. Há que se descontar os períodos em que os Legislativos ficaram fechados nos períodos ditatoriais.

Funcionária da Câmara por mais de 30 anos, lembro-me do impacto que me causou este acervo quando fui trabalhar na Seção de Arquivo, no final dos anos 80. Embora

acondicionado, naquela ocasião, sem observância dos conceitos da Arquivologia, o material me impressionou.

Documentos esparsos do final do século XIX, e outros um pouco mais numerosos, do início do século XX, são suficientes para que o pesquisador dê-se conta de como o dia-a-dia de São Paulo transparece através deles, adquire vida. É um material “vivo”. As demandas da cidade, então em crescimento vertiginoso, estão todas ali. São requerimentos, projetos de lei, discussões sobre melhoramentos urbanos, horários de trabalho do comércio, transportes, as novas linhas de bonde, o preço dos alimentos. Há, também, as discussões no Plenário, consubstanciadas nas Atas e nos Anais.

De 1948 para cá, pode-se dizer que todos os documentos que a Câmara produziu ou recebeu estão preservados.

Funcionários da Câmara, sabíamos da importância desse material. Mas eram tempos menos propícios para “pensar” a Câmara e seu papel.

Primeiro, o período de exceção. Instrumentos como o decurso de prazo limitavam a possibilidade de grandes discussões sobre projetos importantes para a Cidade.

Depois, a explosão de trabalho já no período da redemocratização, quando aos Legislativos se garantiu plenamente o papel de interlocutor mais próximo dos munícipes, e fiscalizador privilegiado do Poder Executivo.

A começar pela elaboração da Lei Orgânica do Município de São Paulo, processo que demandou grande esforço da Câmara – de vereadores e servidores, num período em que o quadro de funcionários ainda era proporcional ao papel reduzido do Legislativo.

Ainda assim, em 1992 foi formada a primeira Comissão de Avaliação de Documentos – CAD, criada para estabelecer critérios para destinação e custódia de documentos. Foi um primeiro passo, tímido mas suficiente para garantir que o acervo fosse preservado até sua organização final. De lá para cá muito foi feito. Não tudo. Mas já suficiente para que as primeiras pesquisas possam ser feitas com base nesse acervo. As Atas e os Anais já estão disponíveis há mais tempo. São, ambos os conjuntos, fontes primárias para o pesquisador. É em grande parte com base neles que são apresentados os artigos contidos nesta obra. Artigos que, seguramente, serão sucedidos por muitos outros, porque o material para pesquisa é muito rico, e o período sobre o qual eles refletem, pouco estudado.

Muitos dos colegas que se empenharam no cuidado e na guarda do acervo da Câmara, tenho certeza, ficarão sensibilizados com a publicação deste livro. Sem dúvida vão se sentir um pouquinho partícipes, e, com certeza vão se lembrar das muitas reuniões da CAD, em momentos em que ainda não víamos luz no fim do túnel.

Aos colegas que ainda estão na Câmara, e que continuam entusiasmados com este trabalho, desejo sucesso, na certeza de que farão o melhor.

O mesmo para os que, estando de passagem, se sensibilizaram com este projeto, e tiveram o empenho necessário para transformar ideias em fatos.

**Lia Mara Meneghel Ribeiro Chagas**, formada em História e Direito pela Universidade de São Paulo, especialista em Organização de Arquivos Públicos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP e aposentada da CMSP no cargo de Consultora Técnico-Legislativo.



# Galeria de imagens



## **José Adriano Marrey Jr. – 1948 e 1950**



Acervo Iconográfico CMSP

Filho do comendador José Adriano Marrey e de Clara Monteiro de Barros Marrey, nasceu em Itamarandiba, Minas Gerais, em 7 de agosto de 1885. Fez os estudos primários na cidade mineira de Teófilo Otoni e, em 1898, aos 13 anos, mudou-se de vez para a capital paulista, onde se formou pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1906. Depois passou a advogar na capital e logo foi eleito juiz de paz.



Em 1915, tornou-se vereador pela cidade e iniciou uma intensa carreira política. Doze anos depois, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático (PD), que ajudara a fundar sob a liderança do conselheiro Antônio de Almeida Prado. Sua principal bandeira era combater o Partido Republicano Paulista (PRP), de Júlio Prestes e Washington Luís, famoso por usar métodos fraudulentos para manter-se no poder. Logo, Marrey Jr. consagrou-se como um dos mais destacados líderes da chapa da Aliança Liberal, que apoiou Getúlio Vargas à Presidência da República nas eleições de 1930.

Dois anos mais tarde, na Revolução Constitucionalista, foi um dos idealizadores do projeto de governo pretendido pelos rebeldes. E, em outubro daquele ano, com o fracasso do levante, publicou uma análise acusando a direção do Partido Democrático de irresponsável por ter deflagrado aquela “aventura”, sem contar antes com alianças nacionais sólidas. Suas críticas lhe valeram a exclusão dos quadros daquela agremiação.

Só em 1936, Marrey voltou à política: foi o vereador mais votado da capital paulista. Um ano mais tarde, com o golpe de estado desencadeado por Vargas, afastou-se da vida pública, à qual só retornou em 1941, quando o interventor federal em São Paulo, Fernando Costa, convidou-o a integrar o Conselho Administrativo do Estado. Ocupou ainda os cargos de secretário estadual da Justiça e de Viação e Obras Públicas, quando desenvolveu um projeto financeiro que permitiu a expansão das redes de água e de esgotos.

Em novembro de 1947, novamente, conseguiu ser o candidato mais votado de São Paulo para a CMSP, tornando-se seu presidente nos anos de 1948 e 1950. Antes de encerrar a segunda presidência, em outubro, elegeu-se deputado federal. Manteve o mandato até 1953, ano em que o recém-eleito Jânio Quadros o convidou para ocupar a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos do município de São Paulo. Em 1955, Jânio, já governador do estado de São Paulo, levou-o a pasta da Justiça.

Morreu aos 80 anos, em 14 de março de 1965, e seu legado foi lembrado pelas inúmeras autoridades e personalidades presentes ao enterro. Também os advogados lamentaram a perda. Apesar de sua intensa vida político-partidária, Marrey Jr. sempre participou das lutas da categoria. Foi membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dos institutos dos Advogados Brasileiros e de São Paulo, tendo exercido neste último o cargo de vice-presidente.

Todos que acompanharam a 1ª Legislatura ressaltam as qualidades do político Marrey Júnior. Alguns depoimentos, a seguir, mostram essa unanimidade:

*Muita experiência como político, até de câmaras anteriores. Além de ser respeitado, impunha respeito, fazia a Câmara produzir. Quando tinha convicção que um projeto tinha condições de ser aprovado, depois de discutido, levava o assunto logo a voto e encerrava a questão. **Jamir Tognini, funcionário aposentado da Câmara, que na época era secretário de Comissão Permanente.***

*Depois do Jânio, sem dúvida o maior destaque da Câmara na Primeira Legislatura pós-Getúlio, a atuação de Marrey Junior deve ser destacada como presidente da Câmara. Ele era muito citado pela imprensa, parece que era um democrata decente. **Moacir Longo, jornalista e ex-vereador cassado da CMSP.***

*Não podemos esquecer o Marrey Júnior como presidente da Câmara na Primeira Legislatura. Era um político habilíssimo que me deixou, pela qualidade, uma recordação indelével. Dono de uma postura impecável, era educado sem ser sabujo, veemente sem ser malcriado. Ele tinha ascendência na direção dos trabalhos, era muito respeitado pelos demais vereadores. E, sem dúvida, bom tribuno, considerando que trazia nos seus conhecimentos a tribuna do júri. Defendeu, inclusive, o Monteiro Lobato quando foi preso pela Ditadura de Vargas e recolhido à Casa de Detenção. Maçom, era um político profundo, com a vantagem de um traquejo que os outros não tinham. **Edson Aparecido Ravena, advogado, funcionário aposentado da Câmara na condição de assessor técnico.***

(fontes: [www.justica.sp.gov.br](http://www.justica.sp.gov.br) e depoimentos concedidos ao jornalista Luiz Casadei Manechini)

## Waldemar Teixeira Pinto – 1949



Acervo Iconográfico CMSP



asceu em São Paulo em 1905. Formou-se médico em 1929 e exerceu suas atividades profissionais na região de Santo Amaro, onde residiu por muitos anos. Em sua clínica, atendia com a mesma atenção tanto as pessoas carentes quanto as mais abastadas. Participou da Revolução Constitucionalista como oficial médico, atuando na frente de batalha, na região de Buri, interior do estado.

Ingressou na carreira política ao assumir a Subprefeitura de Santo Amaro, em 1947, período em que conseguiu, em razão do seu prestígio pessoal, dotações dos terrenos necessários para a abertura da atual Avenida João Dias e, também, a duplicação da Estrada de Santo Amaro.

Essas obras receberam muitas críticas da oposição na época, mas se mostraram, anos depois, fundamentais para o desenvolvimento da região.

Com o nome parlamentar de Teixeira Pinto, foi eleito pelo Partido Social Progressista (PSP) para as três primeiras legislaturas após o período do Estado Novo, quando o funcionamento dos Legislativos foram suspensos em todo País: na primeira, de 1948 a 1951, obteve 3.206 votos; na segunda, de 1952 a 1955, teve 3.688 votos e, na terceira, foi eleito com 4.863 votos. Ocupou a presidência da Casa em três oportunidades: 1949, 1953 e 1956.

Na CMSP, foi ainda: membro da Comissão de Redação em 1948; membro do Serviço de Utilidade Pública em 1950; membro da Comissão de Estatística, Cadastro, Fomento Econômico e Ruralismo em 1953/54; membro da Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos em 1955 e membro da Comissão de Serviços de Utilidade Pública em 1958/59.

Após 12 anos de vereança, foi Secretário de Higiene do Município e diretor do Pronto Socorro Municipal, onde se aposentou. Faleceu aos 86 anos, em São Paulo, em 1991.

(fonte: Arquivo Histórico – SMC)

## **André Nunes Júnior – 1951**



Acervo Iconográfico CMSP

 André Nunes Júnior nasceu em 31 de julho de 1909, no Rio de Janeiro, onde fez os cursos elementar e ginásial. Mudou-se a seguir para São Paulo, onde viveu até o seu falecimento, ocorrido em 15 de janeiro de 1970.

Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, na qual colou grau no ano de 1933. Em seguida, ingressou na carreira de Delegado de Polícia, função que exerceu nas cidades de Iacanga, Quatá, Santo Anastácio, Mirassol e São Pedro, entre 1933 e 1937.

Eleito suplente de vereador em 1947, pelo Partido Social Progressista (PSP), assumiu no primeiro dia da Legislatura uma das vagas abertas com a cassação dos 15 vereadores comunistas eleitos pelo Partido Social Trabalhista (PST). Passou para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, posteriormente, para a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Reeito vereador várias vezes, exerceu a Presidência da Câmara Municipal de São Paulo por três vezes: 1951, 1952 e 1958, ano em que se candidatou a deputado estadual. Eleito, tomou posse em março de 1959, tendo sido líder do Governo na Assembleia Legislativa durante o Governo do professor Carvalho Pinto.

Foi autor de vários projetos de lei, destacando-se o da criação da Polícia Municipal e o da criação de prontos-socorros nos bairros da Capital.

Foi também destacado desportista, tendo exercido o cargo de presidente da Federação Paulista de Remo. Não concebia uma cidade como São Paulo ser desprovida de condições para sediar importantes provas olímpicas, nacionais ou internacionais. Sempre batalhou pela edificação de uma raia olímpica. Faleceu quando sua ideia estava sendo seriamente estudada pela administração municipal.

Sobre André Nunes Júnior, Jamir Tognini, ex-diretor legislativo da CMSP, teceu o seguinte comentário:

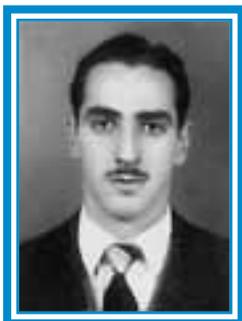
*Tinha muita personalidade e foi um presidente muito eficiente. Era agressivo quando queria decidir coisas. Lembro que uma vez me convidou para ir à casa dele porque queria conversar sobre a estrutura da Câmara. E a razão: “não queria falar no meio daquela gentarada”. Ele era assim, despachado.*

(fontes: Arquivo Histórico – SMC e depoimentos concedidos em entrevistas ao jornalista Luiz Casadei Manechini)

# Relação de Vereadores



Aloysio Greenhalgh



Altimar de Lima



André Nunes Júnior



Angelo Bortolo



Anis Aidar



Antenor Betarello



Assumpção Ladeira



Brasil Bandecchi



Camillo Ashcar



Cantídio Sampaio



Castilho de Barros



Cid Franco



Décio Grisi



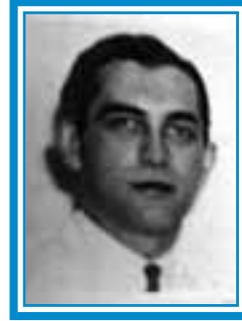
Derville Allegretti



Dumont Villares



Ermano Marchetti



Ferreira Keffer



Franchini Neto



Hígino Pellegrini



Jânio Quadros



Jarbas Tupinambá



João Fairbanks



João Toniolo



José Cyrillo

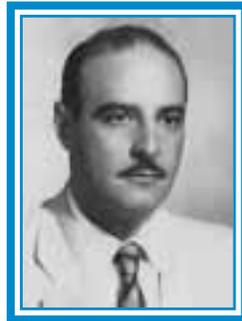
# Relação de Vereadores



José de Moura



José Diniz



José Estefno



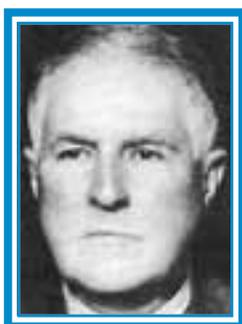
Lauro Cruz



Lopes Gianini



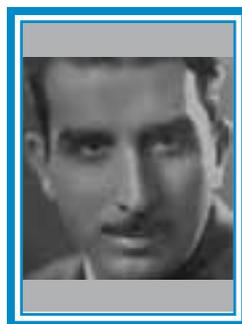
Marcos Mélega



Marrey Júnior



Miguel Russiano



Nicolau Tuma



Ottobrini Costa



Padre Arnaldo



Pedro Fanganiello



Pedro Pedreschi



Roberto Grassi



Roberto Gomes Pedrosa



Sebastião Gomes Caselli



Smith de Vasconcelos



Teixeira Pinto



Valério Giuli



Yukishigue Tamura



Cunha Mattos

# Autores



**Décio Grisi**  
depoimento



**José D'Amico Bauab**  
capítulo 1



**Carla Reis Longhi**  
capítulo 2



**Luiz Casadei Manechini**  
capítulo 3 e 6



**Ubirajara de Farias  
Prestes Filho**  
capítulo 4



**Caio Marcelo de Carvalho  
Giannini**  
capítulo 5



**Lia Mara Meneghel  
Ribeiro Chagas**  
epílogo



**Reinaldo José Stávale**  
Iconografia – coordenação

# Entrevistados



**Armênio Guedes**



**Francisco Sammartino**



**Edson Aparecido Ravena**



**Moacir Longo**



**Jamir Tognini**



**Clóvis Barbosa Lima e Maria Barbosa Lima**



**Irmãs Irene e Fanny Abramovich**

# São Paulo daqueles tempos





Viaduto do Chá e seus passantes, 1949. Acervo Instituto Moreira Salles

# São Paulo daqueles tempos



Parque Dom Pedro II, 1945/50. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Sebastião de Assis Ferreira)



Visita do prefeito Paulo Lauro (o segundo, com chapéu, à direita) à feira livre da Lapa, 1947/48.  
Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Sebastião de Assis Ferreira)

## São Paulo daqueles tempos



Avenida Rangel Pestana, 1947/48.  
Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de  
São Paulo (fotógrafo - Ivo Justino)



Pavimentação do Vale do Anhangabaú, 1945/50. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Sebastião de Assis Ferreira)

## São Paulo daqueles tempos



Praça da Árvore, 1948. Acervo Instituto Moreira Salles



# São Paulo daqueles tempos



Porteira do Brás, 1950. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Ivo Justino)

Avenida Prestes Maia, bairro de Santa Ifigênia, 1950/55. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo desconhecido)



## São Paulo daqueles tempos



Frigorífico Municipal, Carapicuíba, 1950/55. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo desconhecido)

Vista panorâmica do bairro de Campos Elíseos, 1950/55. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo desconhecido)



# São Paulo daqueles tempos

Túnel Nove de Julho, anos 1950. Acervo Instituto Moreira Salles





# São Paulo daqueles tempos



Avenida Nove de Julho com vista para o Jardim América, 1945/50. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Sebastião de Assis Ferreira)



Construção do Viaduto Dona Paulina, 1945/50. Acervo Iconográfico da Casa da Imagem de São Paulo (fotógrafo - Sebastião de Assis Ferreira)

# São Paulo daqueles tempos



Os dois palacetes Prates, com o Edifício Altino Arantes  
(antigo Banespa, o mais alto ao fundo), 1949.

Acervo Instituto Moreira Salles





## **Ficha Técnica**

### **Coordenação editorial**

Luiz Casadei Manechini

### **Orientação da pesquisa histórica nos Anais**

Professora Carla Reis Longhi

Estagiários: Adriana Boaventura, Clayton Soares, Tiago Buono e Vinicius Flauaus

### **Revisão ortográfica e histórica**

José D'Amico Bauab

### **Projeto gráfico e diagramação**

Marli Santos de Jesus

### **Pesquisa iconográfica**

Reinaldo José Stávale

### **Tratamento de imagens**

Leandro Alves Branco e Leonídio Gomes

### **Capa**

Ricardo Ferreira

### **Imagem de capa**

Autor desconhecido – Coleção Correio Paulistano,

Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Reprodução e tratamento da imagem: Professor doutor João Musa.

### **Editoração, CTP, impressão e acabamento**

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

formato 21,5 x 31,5 cm  
tipologia Perpetua e Helvetica Neue  
papel miolo | Couche brilhante 90g/m<sup>2</sup>  
capa | Couche brilhante 230 g/m<sup>2</sup>  
número de páginas 184  
Tiragem 1000

**“Era preciso atravessar a rua, andar pouco mais de 100 metros para encontrar algumas memórias vivas da história da CMSP dispostas a colaborar, e muito, no resgate de acontecimentos marcantes da Primeira Legislatura. Daí em diante, foi um desvendar de fatos, que trouxeram a sensação do novo, da descoberta, do caminhar pela mata que se tornara fechada depois de muito tempo, sem os passantes.”**

